

PLANO BÁSICO AMBIENTAL DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DO DEGredo

2ª EDIÇÃO

Fevereiro de 2019

Herkenhoff & Prates
TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

HERKENHOFF & PRATES

Este estudo foi elaborado pela Herkenhoff & Prates, atendendo aos termos e às condições estabelecidas pelo contrato nº 4800001211, firmado entre essa consultoria, a Fundação Cultural Palmares e a Fundação Renova. O trabalho é parte integrante do processo de reparação e compensação pelos impactos ambientais incidentes sobre a Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) do Degredo, localizada no município de Linhares (ES).

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação do Projeto

Cássio Barbosa
Coordenação Executiva – Mestre em Ciência Política

Carlos Eduardo Marques
*Coordenação Técnica dos Estudos Antropológicos –
Doutor em Antropologia*

Flávia Peres Nunes
*Coordenação Técnica dos Estudos Ambientais – PhD
em Ecologia*

Núcleo Relacionamento com a Comunidade

Jaqueline Silva
*Mobilização e Engajamento Comunitário; Gestão do
Relacionamento*

Cássio Barbosa
Gestão dos Processos

Núcleo Pesquisa e Análise

Daniel Martins
Sociólogo – Doutor em Sociologia

Fred Ribeiro
Geólogo – Especialista em Geotecnia

Guilherme Silveira
Gestor Público – Mestre em Ciência Política

Jaqueline Silva
Antropóloga – Doutoranda em Antropologia

Roberta Miranda
*Bióloga – Mestra em Conservação e Manejo da Vida
Silvestre*

Núcleo Comunicação Social

Well Mendes
Criação de Arte – Jornalista

Catarina Furst
Direção de Arte – Jornalista

CONTATO

Rua Alvarenga Peixoto, 1408 | Sala 1303 Santo
Agostinho | Belo Horizonte - MG | 30180-121
Telefone: (31) 3292-2855
E-mail: hep@hpconsultores.com.br

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a segunda versão do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ) da Comunidade Remanescente de Quilombo do Degredo, elaborado pela consultoria Herkenhoff & Prates (H&P), como parte do contrato N° 4800001211, celebrado junto à Fundação Renova. O Plano fornece as orientações revisadas para a atuação dessa instituição, no âmbito do Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais, na reparação e compensação dos impactos causados à comunidade em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, conforme processo orientado pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e coordenado pela Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT).

A construção deste PBAQ teve como ponto de partida a aprovação do Estudo de Componente Quilombola (ECQ), pela população do Degredo, durante consulta pública realizada no território em 17 de março de 2018. A esse ponto inicial, foram agregados os resultados dos Estudos Complementares, dadas as ressalvas que vieram anexas à validação do ECQ, que versaram sobre a avaliação dos impactos, principalmente quanto aos aspectos fisiográficos do território. Os resultados foram apresentados à comunidade em 27 de outubro

deste ano. O Plano de Trabalho definido para elaboração deste PBAQ também foi construído participativamente com a comunidade, tal qual o fora com o ECQ, e foi validado junto à referida Câmara Técnica, contendo escopo de atividades, cronograma e produtos previstos.

Em adesão à metodologia prevista, o PBAQ foi estruturado com ampla participação da população quilombola atingida, por meio da realização de oficinas com quatro grupos de trabalho – Meio Ambiente e Pesca; Cultura, Identidade e Território; Saúde e Educação; e Socioeconomia e Empreendedorismo. Esse processo contou com o envolvimento de mais de 113 pessoas da Comunidade do Degredo, entre os meses de outubro e novembro de 2018, como forma de garantir os direitos de sua população e conferir ampla oportunidade de participação e de transparência ao processo. Além de conduzir as dinâmicas de trabalho, a Herkenhoff & Prates foi responsável pela sistematização e organização dos conteúdos.

Os resultados do trabalho desenvolvido em campo são apresentados em formato de projetos, neste documento, que deverão ser posteriormente validado junto a toda a Comunidade do Degredo, em nova consulta pública, a ser realizada em 23/02/19 no território quilombola.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
SÍNTESE DO PLANO	14
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	17
PROJETO 1 Meio Ambiente e Pesca	22
PROJETO 2 Cultura, Identidade e Território	37
PROJETO 3 Saúde e Educação.....	50
PROJETO 4 Etnodesenvolvimento e Segurança Alimentar.....	64
EIXO TRANSVERSAL Gestão Territorial e Processos Integrados	80
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	87

INTRODUÇÃO

O Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), foi apresentado à Comunidade Remanescente de Quilombo do Degredo, em 01/12/18, trazendo em seu conteúdo original as primeiras orientações para o desenvolvimento do trabalho de reparação e compensação dos impactos causados aos moradores e ao território. Na oportunidade daquele documento, argumentou-se sobre como a Fundação Renova, por meio do Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais, no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), deveria conduzir o processo de reparação no quilombo.

Ao longo de todo o processo de elaboração do documento original do PBAQ, o trabalho foi desenvolvido com a participação efetiva dos comunitários, contando com intenso engajamento das lideranças do Degredo nos vários fluxos. Por meio dessa construção conjunta, foi empreendida a busca por ações que expressassem, ao mesmo tempo, as necessidades técnicas de reparação dos danos e as expectativas da população local, com medidas que estimulassem a promoção da sustentabilidade comunitária e do fortalecimento do modo de vida tradicional do grupo.

As ideias lançadas pela comunidade, e sistematizadas pela H&P no documento original, foram validadas em reunião plenária, realizada em 10/11/18, que contou com a participação de cento e vinte seis (126) moradores do Degredo. Adiante, o documento foi submetido a Consulta Pública, conduzida pela Fundação Cultural Palmares (FCP), com a supervisão da Câmara Técnica Indígena e

Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT), em reunião realizada em 15/12/18.

Naquela ocasião, que contou com a participação de cento e oitenta e seis (186) moradores do Degredo, não se atingiu consenso sobre as pautas apresentadas. Várias delas foram emendadas, levando as instituições presentes ao entendimento de que havia necessidade de profunda revisão do documento. Nesses termos, foi concedido prazo de sessenta (60) dias para que a consultoria realizasse tais revisões e foi marcada nova reunião para Consulta Pública a ser realizada em 23/02/18.

Essa nova versão do PBAQ expressa o resultado desse mencionado esforço de revisão: tal qual o original, continua organizado em três seções. Nesta Introdução, são abordadas questões auxiliares que apoiam o leitor na sua compreensão dos fundamentos do Plano, considerando: (a) o conceito de comunidades tradicionais, (b) os impactos causados a Degredo, e (c) o contexto sociopolítico de construção do PBAQ. Na sequência, na seção seguinte, é delineado o Enquadramento Metodológico do Plano. Adiante, são apresentados os Programas de Reparação e Compensação propostos como primeiras ações para o trabalho de reparação e compensação.

As propostas de ações aqui apresentadas continuam alicerçadas no conjunto de impactos identificados por meio de Estudo de Componente Quilombola (ECQ), que analisaram os aspectos próprios da tradicionalidade local comprometidos em função do rompimento da barragem de Fundão, pertencente à Samarco Mineração S.A., em

novembro de 2015. Além disso, considera os resultados de Estudos Complementares ao ECQ realizados no território, que descaracterizaram com maior precisão supostos danos gerados aos meios físicos e bióticos do território. A novidade, como

introduzido, é a incorporação em texto dos vários conteúdos sugeridos pelas partes envolvidas na consulta, notadamente a comunidade do Degredo, em caráter de aprimoramento das propostas de reparação.

O DEGREDO E O CONCEITO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

Povos e comunidades tradicionais podem ser entendidos como coletivos humanos que construíram, no decorrer do tempo, modos de fazer, saberes, viveres e racionalidades muito particulares. Tais populações apresentam características diferenciadas, em consonância com o ambiente que habitam, constituindo grupos sociais variados como dos ciganos, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiros, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras,

praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, vazanteiros, pantaneiros, caatingueiros, apanhadores de flores sempre viva, faiscaidores, povos de circo, povos de terreiro, veredeiros e os próprios quilombolas.

De acordo com o Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, essas populações são definidas como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição¹.

O reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombos enquanto povos tradicionais, e sua proteção prevista na legislação brasileira, buscam fazer frente à invisibilidade desses grupos sociais diante das diversas pressões que sofreram ao longo da história. Visa, ainda, a fortalecer e salvaguardar modos de vida próprios, relações territoriais, saberes e fazeres no uso de recursos naturais que são reconhecidos pela Constituição Federal Brasileira como parte central e constitutiva do patrimônio cultural nacional. Seu reconhecimento formal, a promoção e a

defesa dos seus direitos contribuem para a redução da desigualdade e para a promoção da justiça social².

A construção da identidade quilombola se dá a partir das práticas diárias de relação com a natureza e entre os próprios sujeitos, que são reforçadas pela memória de um passado comum e pelas relações parentais³. Além dessas características, em muitas regiões do país é comum a adoção de formas de propriedade compartilhada, principalmente pelo caráter familiar da organização do trabalho. As propriedades de uso comum

¹ Decreto 6.040, art. 3o, § 1o.

² Baseado em: CIMOS, Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais; MPMG, Ministério Público de Minas Gerais. Direitos dos povos e comunidades tradicionais. Cartilha. Belo Horizonte. 2017

³ GONZAGA, Amilton Vitorino. Conflitos em territórios quilombolas: a elaboração de uma cartilha para o enfrentamento do racismo ambiental. Dissertação. Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a povos e terras tradicionais. Universidade de Brasília. 2017.

podem se referir tanto a relações produtivas baseadas em sistemas de solidariedade, quanto ao uso compartilhado de elementos presentes no território, como rios, floresta, locais reservados à roça, ao extrativismo, a atividades religiosas, festividades, entre outros. Tais atributos expressam resistência frente a diferentes formas de dominação que lhes foram impostas ao longo do tempo, o que incluem os conflitos decorrentes de impactos ambientais, como o vivido desde novembro de 2015 pela Comunidade do Degredo.

Importante destacar que um território quilombola não diz respeito apenas ao ambiente natural humanamente ocupado, Como elaborado no Estudo de Componente Quilombola do Degredo,

A tradicionalidade quilombola está associada à sua trajetória de resistência social, cultural, política e econômica diante das distintas formas com que sua população foi excluída, discriminada e violentada, e que, historicamente, levaram à manutenção e à construção de maneiras próprias de existência, especialmente a partir das noções de pertencimento a um coletivo e a um território.

O modo de vida do Degredo, em especial, torna-se singular por se tratar de território que se constituiu a partir da confluência de saberes negros e indígenas, em diálogo com a dinâmica das águas do mar e dos rios da região, opondo-se às diversas pressões sofridas no seu território ao longo dos anos. As terras inicialmente ocupadas pelo Finado Atalino e seus descendentes apresentam hoje uma configuração construída ao longo de mais de 100 anos de (r)existência. Território, identidade e tradição são aspectos indissociáveis, uma vez que não se produz identidade porque se compartilha um território comum, mas é a identidade que gera e instaura o território⁴. Nessa perspectiva, território pode ser compreendido como um espaço apropriado materialmente e simbolicamente por indivíduos e grupos, dotado de significado e

tampouco à superposição dos meios físicos, sociais e bióticos. O território quilombola deve ser compreendido dentro de um espaço de existência e de produção de cultura, por abrigar certos grupos que desenvolveram práticas de resistência, organização política, manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos. Também devem ser entendidos como a principal base material de grupos que possuem trajetória histórica, política e social distinta. Assim, o conceito contemporâneo de quilombo não pode ter um caráter homogeneizador, pois deve levar em consideração as especificidades de cada grupo social.

sentido. Assim sendo, o espaço social concreto apropriado pela Comunidade do Degredo, onde sua vivência se efetiva, é também um espaço simbólico, resultante da apropriação imaterial pelo grupo que se identifica com esse espaço, estabelecendo laços fundamentais de identidade e afeto.

Dessa forma, entende-se como estreita a relação existente entre o território e a comunidade do Degredo, podendo essa relação se expressar em maneiras específicas de comportamento, em modos particulares de manejo do ambiente, em significados e valores associados a representações sociais, bem como em atitudes de resistência e defesa ante possíveis ameaças ao modo tradicional de organização comunitária.

⁴ SEGATO, Rita Laura. Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea. História Revista, v. 10, n. 2, p. 1, 2005.

O ROMPIMENTO E OS IMPACTOS CAUSADOS NO DEGREDO

Embora a Comunidade do Degredo esteja localizada no município de Linhares, litoral norte do Espírito Santo, a mais de 600km do Complexo Minerário de Germano, em Mariana (MG), onde ocorreu o rompimento, as consequências geradas pelo carreamento dos rejeitos ao longo do rio Doce e, sobretudo, sua chegada ao Oceano Atlântico, tiveram repercussões significativas para a sua população. Em especial, o impedimento da pesca marítima, atividade de maior expressão no Degredo, responsável pela geração de trabalho, renda e subsistência da Comunidade, afetou de distintas maneiras o modo de vida tradicional dos moradores locais.

Os impactos que incidiram sobre a Comunidade foram analisados e organizados pelo Estudo do Componente Quilombola, que contemplou a descrição e análise dos aspectos fisiográficos, bióticos, socioculturais e econômicos da Comunidade. A partir dele, foram destacados nove impactos que afetaram negativamente as diferentes dimensões da tradicionalidade do Degredo, relacionadas à sociabilidade, territorialidade, produtividade e culturalidade da comunidade quilombola, conforme listado abaixo:

1. *Comprometimento das condições de geração de renda e subsistência dos comunitários.*
2. *Comprometimento das práticas tradicionais relacionadas à cadeia produtiva da pesca.*
3. *Comprometimento da transmissão intergeracional dos conhecimentos de pesca.*
4. *Comprometimento das atividades de navegação típicas da comunidade.*
5. *Comprometimento dos vínculos da comunidade com o território.*
6. *Fragilização dos hábitos domésticos e das relações sociais mantidas pela comunidade.*
7. *Indícios de comprometimento das condições de saúde física e mental da população.*
8. *Comprometimento da prática e reprodução dos bens culturais da comunidade.*
9. *Comprometimento dos vínculos comunitários e geração de expectativa em função do processo de reparação e compensação dos impactos.*

Os impactos identificados estão diretamente relacionados aos aspectos socioculturais e econômicos da Comunidade do Degredo, considerando a abordagem antropológica predominante ao longo do Estudo. Não obstante, entende-se que a completa reparação desses impactos deve contemplar ações que envolvam os aspectos físicos e bióticos mapeados, uma vez que a relação existente entre comunidade e ambiente é a

base sobre a qual se estabelecem as dimensões da tradicionalidade quilombola, identificadas ao longo do estudo e modificadas em decorrência do evento. Cabe frisar que os Estudos Complementares reforçaram o entendimento de ausência de impactos diretos sobre as variáveis físicas e bióticas do território, estando apenas as questões socioculturais e econômicas sujeitas à reparação.

CONTEXTO DE CONSTRUÇÃO DO PBAQ

Considerando tais impactos, o PBAQ projeta ações buscando reparar e compensar os danos existentes e prevenir que ocorrências não previstas repercutam na comunidade. Ao mesmo tempo, é orientado para a promover as bases de sua sustentabilidade econômica futura. Para tanto, é composto por um conjunto de iniciativas que visam à garantia do direito fundamental ao meio ambiente saudável e da preservação da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, o Plano é um instrumento de planejamento e de orientação da implementação das medidas necessárias para garantir a recuperação dos aspectos socioculturais e econômicos de sua população.

Em linhas gerais, os principais objetivos do PBAQ para o Degredo são:

- Definir diretrizes iniciais e indicar propostas preliminares de ações para a reparação e compensação dos impactos gerados à Comunidade do Degredo.
- Permitir amplo envolvimento e participação da comunidade atingida na

definição das medidas de reparação e compensação a serem implementadas.

- Garantir a recuperação das condições de plena manifestação da tradicionalidade da população do Degredo.

O foco do PBAQ recai, portanto, sobre o conjunto de impactos identificados pelo Estudo do Componente Quilombola. Assim sendo, a metodologia adotada para a construção dos projetos de reparação junto à população local possui estreita relação com os danos anteriormente mapeados, bem como com o atual cenário vivido pela Comunidade do Degredo, haja visto que essa dependência da trajetória, em que se enquadra o processo, exige que se coadunem tanto as preferências e expectativas dos comunitários, quanto as necessidades objetivas impostas pelo processo de reparação e compensação.

A seguir, são apresentados alguns dos elementos de destaque que delineiam o cenário de construção conjunta do PBAQ e que baliza o olhar para os resultados alcançados pela empreitada:

PRESENÇA DE NOVOS ATORES NA REGIÃO

O momento de elaboração deste PBAQ, entre outubro e dezembro de 2018, esteve distante três anos do rompimento da barragem de Fundão. Ao longo desse período, uma série de atores sociais e institucionais atuaram no território quilombola, repercutindo de forma direta sobre a dinâmica social e política da comunidade do Degredo. Retomando argumentação conceitual desenvolvida no ECQ, considera-se que a identidade é composta por mecanismos de diferenciação acionados de acordo com diversos fatores, conforme contexto histórico e político no qual o grupo está inserido. No caso da comunidade do Degredo, no momento em que a pluma contendo rejeitos alcançou o litoral norte capixaba, oriunda de Mariana – momento etnográfico por excelência de todo o trabalho desenvolvido na comunidade – diversos fatores pré-existentes foram impulsionados, revividos, reclassificados e ressignificados, inclusive sob o fomento desses novos atores. Vale chamar a atenção de que, no Degredo, assim como em diversas outras comunidades espalhadas pelo país, a ideia do que é ser “quilombola” encontra-se em permanente construção, a partir de diálogos com os diversos atores que têm circulado pelo território: pesquisadores,

professores universitários, empresas, consultorias públicas e privadas, ONG’s, órgãos federais como Ministério Público e a Fundação Cultural Palmares, entre outros. Todos eles são importantes atores frente aos quais a comunidade é por vezes instigada a elaborar e adotar um discurso linear a respeito de algo que é, na verdade, tortuoso e cheio de nuances. Esse fator torna, por vezes, as lideranças quilombolas exauridas pelo excesso de reuniões, viagens, plenárias e assembleias. Como consequência, em termos práticos a sobreposição desses eventos, construção da reparação e construção da própria identidade quilombola, permite a influência de questões alheias aos impactos sofridos pela comunidade, no momento de decisão sobre os termos das ações futuras. Diferentes atores, com diferentes perspectivas, atuando no território em momento tão delicado para a comunidade, podem enviar decisões, alterar posicionamentos e aumentar ou diminuir a relevância de questões específicas quaisquer. Todos pontos a serem cuidadosamente observados no momento de formalização das demandas comunitárias expressas ao longo deste Plano.

DIVERSIFICAÇÃO E CONCORRÊNCIA NO ASSOCIATIVISMO DO DEGREGO

Atualmente, a comunidade se organiza em torno de quatro instituições associativas:

- **Comissão de Atingidos:** formada por intermédio da Fundação Cultural Palmares, após o rompimento da barragem de Fundão, para ser a representante dos atingidos da Comunidade do Degredo no âmbito do processo de reparação levado a cabo pela Fundação Renova. Atualmente, conta com representantes de cada um
- **Associação de Pescadores Extrativistas do Degredo Atalino Leite de Araújo (Asped):** fundada em 13 de março de 2004, a associação tem como objetivo a organização dos pescadores locais, buscando melhorias de trabalho e renda para as famílias envolvidas com a cadeia produtiva da pesca. Atualmente, é presidida por José Leite Costa.

- **Associação de Moradores e Produtores Rurais do Degredo (Amprod):** fundada em 8 de setembro de 2003, como organização em defesa dos direitos sociais, objetiva resguardar direitos difusos e coletivos dos moradores do Degredo. Atualmente, é presidida por Gilcemar de Jesus Gomes.
- **Associação dos Pescadores e Extrativistas Remanescentes de Quilombo do Degredo (Asperqd):** fundada em outubro de 2018, como um desdobramento da Asped, ainda vive processo de formalização de sua personalidade jurídica. Composta também por membros da Comissão de Atingidos, a Asperqd surge com a missão de defender o direito ao território ocupado pelos quilombolas do Degredo, promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da comunidade, preservar as manifestações religiosas e culturais, respeitar e fazer respeitar a autonomia e autodeterminação do quilombo e promover a qualidade de vida. Foi constituída por iniciativa de parte dos moradores, após estabelecerem diálogo com diversas instituições e reconhecerem como relevante criar uma associação formada por representantes de todas as “famílias tradicionais” do território, unindo as lideranças locais antigas e mais jovens.

Ao longo de todas as ações realizadas em campo, até o momento de redação deste documento, a Comissão de Atingidos tem sido a principal interlocutora da Fundação Renova e de suas consultorias⁵.

⁵ Vale ressaltar que, ao mesmo tempo em que foi concedido protagonismo à Comissão de Atingidos, buscou-se a inclusão dos demais moradores de maneira ampla, notadamente das

Nesse contexto, importa destacar que atualmente a relação entre as associações existentes no Degredo, em especial entre a Amprod e a Asperqd, vem sendo permeada por conflitos e tensões, que perpassam a dinâmica de reconhecimento identitário e esbarram no processo de implementação das medidas de reparação e compensação, sobretudo no que se refere ao procedimento de concessão do Auxílio Financeiro Emergencial. Há, em campo, confusão conceitual entre as noções de “quilombola atingido” e de “quilombola não-impactado”, que extrapola a relação da Comissão com a Renova e alcança o mérito da representação comunitária nas demais instâncias governamentais que zelam por esse interesse. Por essas razões, principalmente, é que a manutenção do processo de reparação dentro do escopo de gestão da Comissão de Atingidos tem sido benéfica para a rápida e alinhada evolução do processo.

Outra situação vivida atualmente no território, que desvia o foco da construção do PBAQ para o equacionamento de outras situações concomitantes e que interferem inevitavelmente na plena realização das expectativas e entendimentos da comunidade acerca das ações futuras, é a necessidade de definição do público alvo das medidas vindouras: delicada ante o mencionado conflito entre associações e que, portanto, merece reflexão futura mais aprofundada., no momento da execução das ações de reparação em campo. As dimensões, “não quilombola impactado” e “quilombola não residente” são outras que merecem especial atenção e que, nesse mérito, demandam articulação da comunidade, por meio de suas associações representativas, com outras instâncias governamentais e outros programas da Fundação Renova, cuja atuação vai além do escopo deste PBAQ.

duas associações representativas dos moradores – as mencionadas Asperqd e Amprod, convidando-os para todas as atividades realizadas no território.

MIGRAÇÃO DE RETORNO À COMUNIDADE

Nos últimos seis meses, tem se intensificado o retorno de pessoas para o território do Degredo, nascidas na comunidade ou descendentes de ex-moradores, que emigraram pelos mais diversos fins para cidades próximas (como Linhares e Vitória) ou para locais distantes (até mesmo para outros estados). Atualmente, na comunidade, observa-se a presença de maior número de casas espalhadas por todo território, muitas delas ainda em construção. Essa nova realidade precisa ser analisada de maneira parcimoniosa, uma vez que pode ser entendida de diferentes formas. De todo modo, pode

influenciar o planejamento aqui apresentado, considerando novamente eventual alteração no público-alvo das ações.

Cabe ressaltar que a comunidade reconhece como “quilombola” todos os descendentes dos troncos familiares narrados como tradicionais, conforme identificados no ECQ, mesmo que estes não morem atualmente no território. Mas “quilombolas atingidos” seriam aqueles que necessariamente estavam no território no momento da “chegada da lama”, ainda em 2015, e tiveram o seu modo de vida prejudicado pelo desastre.

TENSIONAMENTO DA RELAÇÃO COM FAZENDEIROS E CHEGANTES

Embora seja um território quilombola, ao longo dos anos a região do Degredo recebeu contingentes de pessoas vindas de outras partes, em busca de lugar para tocarem suas vidas. Tais grupos são nomeados pelos quilombolas como “chegantes”, os quais estabeleceram relacionamento harmônico, não sendo a temática fundiária questão de vulto no território. Entretanto, tendo como pano de fundo o atual momento de tensão entre as associações atuantes no território, têm ocorrido recentes abordagens aos fazendeiros da região, levando-os às discussões em torno da formalização do território quilombola.

Apoiados no Decreto Nº 4.887, de 2003, que confere ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a competência, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas, alguns comunitários realizaram contatos com proprietários de terras da região, alegando que a Comissão de Atingidos, estaria em articulação com o Incra para que suas terras fossem desapropriadas e concedidas aos quilombolas do Degredo.

Independente da origem e finalidade de tais abordagens, cabe ponderar nesse momento que para tal processo ter início, seria necessário que a Comunidade do Degredo encaminhasse à Superintendência Regional do Incra, no Espírito Santo, solicitação de abertura do processo administrativo para a regularização de seu território, o que não foi feito por nenhuma de suas associações, tampouco pela Comissão de Atingidos. Considerando o histórico de violência que marca a questão fundiária no Brasil, a suposta ameaça do pedido de titulação das terras foi suficiente para que integrantes da Comissão de Atingidos passassem a temer por retaliações por parte dos fazendeiros da região.

Esse evento, ocorrido especificamente durante o processo de construção do PBAQ, aumentou sobremaneira os níveis de tensão entre os comunitários e, com isso, diminuiu a ambiência adequada para a construção conjunta de ações universalizantes de reparação. Esse assunto por vezes tomou as pautas dos grupos de trabalho e, em alguma medida, terminou por afastar outros moradores desse processo de construção coletiva. Eventuais questões

relacionadas ao uso do solo, por exemplo, ficaram em segundo plano ou mesmo foram evitadas com vistas a diminuir as possibilidades de aumento do escopo desse conflito. Nesses

termos, essa situação se junta às demais no rol de limitações que incidiram sobre os resultados da construção conjunta do PBA.

REDEFINIÇÃO DOS PRAZOS DE ELABORAÇÃO DO PBAQ PELA CÂMARA TÉCNICA

Por definição da Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT), instância que regula o processo de reparação e compensação direcionados à Comunidade do Degredo, ficou decidido que o cronograma inicial de elaboração do PBAQ seria reestruturado, com vistas à conclusão do processo ainda no ano de 2018. Diante dessa indicação, a Herkenhoff & Prates empreendeu esforço adicional e adequou a metodologia inicialmente proposta, como forma de dar celeridade à construção participativa do PBAQ, sem que houvesse comprometimento técnico dos resultados do processo de planejamento junto à comunidade.

Em observância ao cronograma estabelecido pela CT-IPCT, as reuniões dos quatro grupos de trabalho precisaram ser conduzidas de forma mais célere, com apenas um encontro para cada tema, à revelia dos pelo menos quatro encontros propostos pela metodologia inicial. Em paralelo, o ambiente para realização da metodologia revista mostrou-se pouco favorável às atividades propostas, dadas as supracitadas situações de tensão vivenciadas atualmente no território. Também foi reduzido o prazo para a consolidação dos resultados e elaboração dos projetos executivos, que envolvem informações de elevada complexidade.

Via de regra, esses são processos que requerem oportunidades para ajustes e revisões em torno das deliberações. Portanto, a decisão de encurtamento do prazo de construção do PBA funcionou como fator agravante do contexto já restritivo de realização da atividade. Por essas razões, o produto final que se apresenta neste documento merece maior aprofundamento, em momento oportuno à participação comunitária na reflexão e construção dos conteúdos.

Nesse sentido, ainda que as ações de reparação e compensação listadas neste volume estejam apresentadas em linhas executivas, tal qual a CT-IPCT determinou nas orientações de revisão, reforça-se a importância da realização futura de atividades de aprofundamento desses conteúdos, de novas reflexões e reavaliações, principalmente, sobre as metas e sobre os métodos de execução das ações. Recomenda-se a construção de Planos de Ação e Planos de Negócio específicos, junto com a comunidade, para que se viabilizem os projetos de reparação, notadamente aqueles de cunho econômico. Com isso, será garantida maior adequação das proposições e eficácia no processo de reparação e compensação na comunidade.

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Conforme acordado com as instituições envolvidas na governança do processo de gestão dos impactos do Degredo, a elaboração do PBAQ seguiu o seguinte cronograma:

- 24 de outubro | Reunião de Planejamento dos Grupos de Trabalho
- 29 e 30 de outubro e 02 de novembro | Realização dos Grupos de Trabalho
- 10 de novembro | Plenária para Validação dos Resultados dos Grupos de Trabalho
- 30 de novembro | Entrega do Plano Básico Ambiental Quilombola
- 15 de dezembro | Consulta Pública para Validação do Plano Básico Ambiental Quilombola

Durante a reunião de planejamento das atividades, os consultores da Herkenhoff & Prates e integrantes da Comissão definiram os conteúdos que deveriam ser objeto dos grupos de trabalho (GTs), divididos por eixos temáticos. Em cada um desses GTs, estariam presentes membros das associações e moradores do Degredo com notório saber acerca dos temas, ou por comunitários com declarado interesse nos tópicos, além de no mínimo dois consultores da H&P, responsáveis por dinamizar os encontros por meio de diálogos orientados, induzidos por pautas, bem como por mediar discussões, registrar e sistematizar os resultados em *Cartas de Intenções*, que seriam apresentadas para toda a comunidade, em plenária, ao final do processo.

Membros da Comissão de Atingidos foram responsáveis pela mobilização da comunidade, garantindo que integrantes de todas as famílias estivessem representados em cada um dos GTs. A intenção era que os presentes atuassem como representantes dos saberes a serem

discutidos nas rodas de conversa e, posteriormente, como multiplicadores, repassando para os demais membros de suas famílias o processo e os resultados das discussões.

Os quatro eixos temáticos definidos em conjunto com os comunitários foram:

- A. Meio Ambiente e Pesca** – direcionado aos aspectos físicos e bióticos do território e aos danos causados pela interrupção da pesca tradicional realizada pelos comunitários do Degredo, refletindo sobre eventual relação entre essas variáveis.
- B. Cultura, Identidade e Território** – direcionado às manifestações culturais típicas da comunidade e sua vinculação com o território, que se encontram enfraquecidas, ou mesmo interrompidas, como consequência direta ou indireta da “chegada da lama”.
- C. Saúde e Educação** – propõe-se à discussão sobre agravos de saúde física e mental, em meio a outras enfermidades, entre os moradores do Degredo, alegadamente associadas às consequências do rompimento da Barragem de Fundão. Concebeu a dimensão “Educação” em seu escopo, a partir dos preceitos de Educação Ambiental, vigente, notadamente em sua modalidade “não-formal”.
- D. Socioeconomia e Empreendedorismo** – dedicado à elaboração de ações que visem à retomada das atividades produtivas no território, tendo em vista os instrumentos legais que restringem a reprodução da dinâmica do trabalho na comunidade e as restrições à

proposição de alternativas para o uso sustentável dos recursos naturais.

Durante as reuniões dos GTs, a rotina pretendida incentivava intervenções que estimulassem a criatividade dos presentes, por meio da interação intensiva. Uma das premissas básicas para tais grupos de trabalho é a de que todos têm conhecimento para compartilhar. Cada um traria consigo seu leque de histórias, perspectivas, ideias e conhecimentos. Com a integração destes elementos, enfatizar-se-ia a visão sistêmica do processo, por meio de conversas baseadas na horizontalidade e na colaboração.

A metodologia proposta mostrou-se produtiva e adequada ao contexto e expectativas dos moradores do Degredo. A comunidade demonstrou forte interesse em participar das discussões propostas, se apropriando dos conceitos apresentados. O fato de a mobilização ter sido feita pelos próprios quilombolas garantiu a diversidade das representações, sendo possível atingir moradores das mais diversas origens e faixas etárias. A participação das mulheres, que exercem historicamente papel significativo no âmbito político e social do Degredo, também foi bastante significativa.

As *Cartas de Intenções* resultantes das reuniões dos grupos de trabalho foram entregues para a Comissão de Atingidos, com intuito de validar seu conteúdo entre as lideranças locais e prepará-las para a plenária, realizada uma semana depois do término dos GTs. O passo seguinte foi a realização de tal reunião aberta, no dia 10 de novembro, para garantir amplo

conhecimento aos comunitários a respeito das decisões tomadas no âmbito dos GTs, bem como para proceder correções ou alterações que julgassem necessárias. Todos os membros da Comissão de Atingidos estiveram presentes na plenária, para a qual elaborou-se apresentação com linguagem mais simples do que a presente nas Cartas, na finalidade de tornar a informação acessível para a toda a comunidade.

A reunião contou com a presença de 126 pessoas (cerca de 29% de toda a população local). Na ocasião, os consultores da H&P e os membros da Comissão explicaram ponto a ponto cada um dos resultados dos eixos temáticos, esclarecendo dúvidas a respeito dos temas e dos processos previstos. Ao final, firmou-se o entendimento sobre o que se espera do PBAQ e de seus respectivos programas.

Seguiu-se momento de escrita do relatório final, a partir dos dados obtidos em campo, que culminou na entrega daquele primeiro volume. O evento de Consulta Pública, agendado para 15/12, próximo, encerrou o fluxo previsto no Termo de Referência que orientou todo o processo.

Ao longo do rito de consulta, emendas foram feitas ao documento original acerca de vários tópicos abordados. A CT-IPCT indicou nova rodada de validação, em novo rito de Consulta Pública agendado para 23/02/18. Nesse interim de 60 dias empreendeu-se período de revisão da primeira versão do PBAQ. Este documento materializa esse esforço de revisão.

PROGRAMAS DE REPARAÇÃO E COMPENSAÇÃO

As propostas levantadas nos grupos de trabalho foram divididas em quatro projetos que possuem como base as dinâmicas territoriais e as narrativas sobre tradição, assumindo como pressuposto metodológico o desenvolvimento local e territorial. Esse conceito é bastante plural e, por vezes, controverso, mas nos ajuda a levantar características centrais para a elaboração e desenvolvimento de projetos elaborados de maneira colaborativa em territórios e comunidades tradicionais:

[...] entre as características do desenvolvimento local que suscitam maior consenso, destacam-se: atividades de bricolagem; atividades de muito compromisso social; implicação progressiva e participação; parcerias e efeitos de sinergia; criação e gestão partilhada de capacidades e de recursos; promoção da cidadania; contextualização territorial; autoorganização; entre outros⁶.

Dentre estas características do desenvolvimento local, salienta-se a importância da dimensão sócio-política e territorial como opção que contrasta com a tecnicização dos processos. O Brasil acumula processos de gestão territorial, cultural e de impacto que, trazendo propostas deslocadas do contexto das comunidades alvo, podem não cumprir o objetivo a que se propõem, além de gerar novos impactos ao criarem construções, projetos e iniciativas alheias ao que a comunidade quer e pensa sobre si mesma.

A essa questão, relaciona-se a necessidade central de haver claro entendimento das dinâmicas sociais locais que envolvem especificamente: a) relações de parentesco, b)

lógicas locais de distribuição de poder e c) relações com agentes externos. Todos esses aspectos, que devem ser compreendidos de modo interseccional, dizem sobre o engajamento das comunidades nas ações propostas, aspecto crucial para a realização de programas de desenvolvimento local:

Normalmente, as apostas e os sucessos, as dificuldades e obstáculos, derivam do modo como as pessoas, embora sempre por processos sociais, se empenham no desenvolvimento, não se mobilizam ou a ele se opõem⁷.

Ainda em diálogo com a literatura sobre desenvolvimento local, ressalta-se o carácter educativo das propostas consoantes a esta ação:

Trata-se de um processo permanente de formação, predominantemente de natureza informal, no "ombro a ombro" dos atores, enquanto agem sobre os seus problemas. O lugar maioritário do "face a face" das formações formais tende a ser ocupado por esta formação que tem como principal efeito educativo o voltar a acreditar, o apostar nos recursos próprios e nas potencialidades, em espaços onde domina o fatalismo e a resignação⁸.

Em todas as etapas do trabalho realizado até então pela H&P, buscou-se promover a participação social, sendo a população quilombola residente no Degredo parte central na definição das ações, garantindo o seu protagonismo e evitando a construção de visões idealizadas acerca dessa comunidade tradicional. A dimensão educativa pode ser percebida pela sofisticação dos argumentos elaborados pela comunidade, assim como pela confiança que a mesma tem apresentado na

⁶ AMIGUINHO, Abílio. EDUCATION IN RURAL AREAS AND LOCAL DEVELOPMENT. Rev. Port. de Educação, Braga, v. 18, n. 2, p. 07-43, 2005. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872005000200002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 nov. 2018.

⁷ Idem.

⁸ MELO, Alberto. O desenvolvimento local como movimento de resistência ao domínio totalitário da globalização financeira. Seara Nova, 76, pp. 11-13. 2002

abordagem que tem sido desenvolvida. Nesses termos, apresentamos em seguida o conjunto de ações para gestão dos impactos construída.

SÍNTESE DO PLANO

AÇÕES PREVISTAS

EIXOS	AÇÕES
MEIO AMBIENTE E PESCA <i>Objetivo: Mitigar os efeitos da “chegada da lama” sobre a Pesca, principal fonte de renda da população do Degredo; compensar os danos sofridos de forma a restabelecer o sustento das famílias impactadas; contribuir para o entendimento acerca do atual status da qualidade ambiental do território, gerando rol de informações que embasem futuras ações de gestão da qualidade de vida.</i>	MONITORAMENTO AMBIENTAL <ul style="list-style-type: none">Definição dos Pontos de AmostragemRealização das Campanhas de Coleta para MonitoramentoRealização de Análises LaboratoriaisApresentação dos Resultados ETNOMONITORAMENTO DA ICTIOFAUNA DO RIO IPIRANGA <ul style="list-style-type: none">Definição dos Pontos de AmostragemRealização das Campanhas de Coleta para MonitoramentoRealização de Análises LaboratoriaisApresentação dos Resultados MONITORAMENTO DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO <ul style="list-style-type: none">Definição dos Pontos de AmostragemRealização das Campanhas de Coleta para MonitoramentoRealização de Análises LaboratoriaisApresentação dos ResultadosAção Estruturante para Abastecimento de Água
CULTURA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO <i>Objetivo: fomentar o acesso dos comunitários a equipamentos culturais e favorecer a retomada de práticas culturais típicas do Degredo; promover a salvaguarda dos bens culturais da comunidade e potencializar sua reprodução intergeracional.</i>	INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DEGREGO <ul style="list-style-type: none">Levantamento PreliminarPesquisa de CampoValidação do Itens InventariadosConsolidação e Publicação do InventárioPublicação da Agenda Cultural do Degredo INCENTIVO AO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DEGREGO <ul style="list-style-type: none">Etapa de PlanejamentoEtapa de Execução CASA DA TRADIÇÃO DO DEGREGO <ul style="list-style-type: none">Etapa de Planejamento da ObraEtapa de Construção da CasaEtapa de Planejamento da IntegraçãoEtapa de Implementação da Integração QUADRA POLIESPORTIVA <ul style="list-style-type: none">Etapa de Planejamento da ObraEtapa de Construção da CasaEtapa de Planejamento da IntegraçãoEtapa de Implementação da Integração

SAÚDE E EDUCAÇÃO

Objetivo: Reparar efeitos diretos da “chegada da lama” sobre eventuais alterações nas condições de saúde física e mental da população do degredo

VIVEIRO DAS PLANTAS E ERVAS MEDICINAIS DO DEGREDO

- Implantação do Viveiro de Mudanças e de Sementes Nativas
- Nivelamento dos Conhecimentos Técnicos e Tradicionais
- Registro das Informações para Consulta Permanente

ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR DAS FAMÍLIAS DO DEGREDO

- Etapa de Planejamento
- Etapa de Articulação e Gestão Institucional
- Etapa de Execução do Acompanhamento
- Etapa de Encaminhamentos e Tratativas

PUBLICAÇÃO DO “LIVRO DE MEDICINA DO FINADO ATALINO”

- Pesquisa Inicial de Conteúdo
- Planejamento Conjunto da Construção do Livro
- Organização do Conteúdo
- Redação Final do Livro
- Publicação e Apresentação

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

- Elaboração e Publicação de Materiais Educativos
- Estabelecimento de Parcerias com Escolas e Prefeitura

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

- Elaboração de Cartilha Educativa

ETNODESENVOLVIMENTO E SOBERANIA ALIMENTAR

Objetivo: Incentivar a retomada da capacidade produtiva e econômica da CRQ do Degredo, que foi impactada diretamente com a “chegada da lama”.

INTENSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DE APICULTURA NO TERRITÓRIO

- Etapa de Diagnóstico
- Etapa de Execução
- Etapa de Assessoria à Produção
- Etapa de Finalização

RETOMADA DAS ATIVIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR

- Mapa de Restrições Legais
- Etapa de Diagnóstico
- Etapa de Planejamento Estratégico
- Etapa de Articulação Técnica
- Etapa de Articulação Institucional
- Etapa de Articulação Governamental
- Etapa de Distribuição de Mudanças e Sementes
- Elaboração de Plano de Ação e Negócios

IMPLEMENTAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE BENEFICIAMENTO E COMÉRCIO DAS POLPAS DE FRUTAS TÍPICAS DA REGIÃO DO DEGREDO

- Etapa de Mapeamento
- Etapa de Diagnóstico
- Etapa de Execução
- Etapa de Finalização

	<p>INCENTIVO AO TURISMO ECOLÓGICO-CULTURAL</p> <p>Etapa de Diagnóstico</p> <p>Etapa de Planejamento</p>
<p>GESTÃO TERRITORIAL E PROCESSOS INTEGRADOS</p> <p><i>Objetivo: Garantir a adequada e efetiva implementação das ações propostas pelo PBAQ e permitir a ampla participação e controle social pelos atingidos, gerando autonomia à comunidade e sustentabilidade às ações de reparação e compensação.</i></p>	<p>CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS QUILOMBOLAS</p> <p>Formação Comunitária</p> <p>Acompanhamento e Suporte Técnico-Antropológico</p> <hr/> <p>MONITORAMENTO E GESTÃO DAS AÇÕES DO PBAQ</p> <p>Construção do Plano de Monitoramento</p> <p>Monitoramento da Implementação do PBAQ</p> <p>Apoio à Gestão e Autonomia dos Atingidos</p> <hr/> <p>DIÁLOGO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL</p> <p>Relacionamento Permanente com a Fundação Renova</p> <p>Participação e Controle Social</p> <hr/> <p>SEDE ADMINISTRATIVA DA COMISSÃO DE ATINGIDOS E DEMAIS ASSOCIAÇÕES LOCAIS</p> <p>Etapa de Planejamento da Obra</p> <p>Etapa de Construção/Adequação da Sede</p>

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades é parte fundamental da concepção do PBAQ. O entendimento de seu conteúdo é impreterível para a plena noção do momento de execução das atividades nele previstas e do tempo de duração de cada uma delas. Ao longo da tabela disposta abaixo, o leitor perceberá que alguns conjuntos de atividades são hierárquicos, ou seja, o início da atividade subsequente depende impreterivelmente do término da atividade anterior. Em outras oportunidades será possível perceber a ocorrência de atividades simultâneas, independentes. O mais importante de ser apreendido com a leitura do cronograma, disposto ao longo da tabela abaixo, são as legendas gráficas dispostas nas células. Cada uma das legendas, indica uma possibilidade de ocorrência para as atividades que merecem atenção especial, para o amplo entendimento acerca do fluxo de execução das atividades em campo. As legendas e seus respectivos significados são as seguintes:

Preenchimento liso: Significa que a atividade será executada no exato instante de sua previsão.

Traços diagonais descendentes à direita: Significa que a atividade será realizada em campo, em ciclos de atividades, como o monitoramento por exemplo, até que a pesca seja liberada no Mar do Degredo e a retomada dessa atividade produtiva seja possibilidade aos moradores.

Traços horizontais e verticais (quadriculados): Significa que a atividade se inicia no marco identificado e tem previsão de duração até o marco final. Mas pode terminar a qualquer momento, nesse período, viabilizando o início imediato da atividade subsequente.

Traços diagonais descendentes à direita e à esquerda (xadrez): Significa que a atividade será realizada em campo, até que laudo técnico indique que não há mais a incidência do impacto.

Linhas Horizontais: Significa que a atividade se prolonga por todo o período de execução do PBAQ.

Cada ação, e seu respectivo conjunto de atividades, terá momento de início distinto. Na oportunidade de elaboração dos Planos de Trabalho, a Comissão de Atingidos indicará quais serão as atividades prioritárias, a serem executadas em campo, e qual a ordem das atividades, enfileiradas pelo momento de execução. Isso interfere diretamente no entendimento da leitura do cronograma. Não significa que, sendo o PBAQ validado na consulta de 23/02/19 próximo, seu cronograma se inicia de imediato. Os tempos de duração das atividades só começam a ser contados quando a comunidade indica seu início. Um exemplo. Suponhamos que a atividade de monitoramento seja indicada para começar em junho de 2019, conforme solicitação da Comissão. Nesse exemplo, então, o mês 1 do ciclo de monitoramento será junho, no cronograma; o mês 6 será dezembro e o mês 9 será março, subsequentemente.

Importa ao leitor, portanto, estar atento ao momento de início das atividades, ao tempo de duração dessas e às vinculações (legendas) a que elas se submetem para o completo entendimento do cronograma disposto a seguir.

ATIVIDADE PREVISTA	CICLO DE MONITORAMENTO / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
	Projeto 1. Meio Ambiente e Pesca											
Definição dos Pontos de Amostragem 1												
Campanha 1 de Monitoramento												
Análise Laboratorial 1												
Liberação de Relatório de Pesquisa 1												
Definição dos Pontos de Amostragem 2												
Campanha 2 de Monitoramento												
Análise Laboratorial 2												
Liberação de Relatório de Pesquisa 2												
Definição dos Pontos de Amostragem 3												
Campanha 3 de Monitoramento												
Análise Laboratorial 3												
Liberação de Relatório de Pesquisa 3												
Definição dos Pontos de Amostragem 4												
Campanha 4 de Monitoramento												
Análise Laboratorial 4												
Apresentação Resultados Campanhas Monitoramento												
Planejamento do Provisonamento de Água												
Implantação da Estrutura de Provisonamento de Água												

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 1 / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Projeto 2. Cultura, Identidade e Território												
Levantamento Preliminar do Inventário												
Pesquisa de Campo do Inventário												
Planejamento do Incentivo ao Patrimônio Cultural												
Etapa de Execução do Incentivo ao Patrimônio Cultural												
Casa da Tradição do Degredo												*
Quadra Poliesportiva												*

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 2 / Mês do Cronograma											
	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Pesquisa de Campo do Inventário												
Etapa de Execução do Incentivo ao Patrimônio Cultural												

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 3 / Mês do Cronograma											
	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Pesquisa de Campo do Inventário												
Etapa de Execução do Incentivo ao Patrimônio Cultural												

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 4 / Mês do Cronograma											
	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48

<i>Eixo Intensificação da Apicultura no Território</i>											
Etapa de Diagnóstico											
Entrega do Plano de Negócios da Apicultura											
Etapa de Execução											
Etapa de Assessoria à Produção											
Etapa de Finalização											

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 1 / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

<i>Eixo Retomada das Atividades de Agricultura Familiar</i>											
Mapa de Restrições Legais											
Etapa de Diagnóstico											
Entrega do Plano de Negócios da Agricultura Familiar											
Etapa de Planejamento Estratégico											
Etapa de Articulação Técnica											
Etapa de Articulação Institucional											
Etapa de Articulação Governamental											
Etapa de Distribuição de mudas e sementes											

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 1 / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

<i>Eixo Cadeia Produtiva das Frutíferas</i>											
Etapa de Mapeamento											
Etapa de Diagnóstico											
Entrega do Plano de Negócios da Cadeia Produtiva das Frutíferas											
Etapa de Execução											

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 2 / Mês do Cronograma											
	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24

Etapa de Execução												
Etapa de Finalização da Cadeia Produtiva das Frutíferas												

<i>Eixo Incentivo ao Turismo Ecológico-Cultural</i>											
---	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 1 / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

Etapa de Diagnóstico												
Entrega do Plano de Negócios do Turismo												
Etapa de Planejamento												

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 2 / Mês do Cronograma											
	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24

Etapa de Planejamento												
-----------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 3 / Mês do Cronograma											
	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36

Etapa de Planejamento												
-----------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 4 / Mês do Cronograma											
	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
Etapa de Planejamento												
ATIVIDADE PREVISTA	ANO 5 / Mês do Cronograma											
	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Etapa de Planejamento												
ATIVIDADE PREVISTA	CICLO DE ATIVIDADE / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<i>Eixo Transversal. Gestão Territorial e Processos Integrados</i>												
Formação comunitária												
Acompanhamento e Suporte Técnico-Antropológico												
Construção do Plano de Monitoramento												
Monitoramento da Implementação do PBAQ												
Apoio à Gestão e Autonomia dos Atingidos												
Relacionamento Permanente com a Fundação Renova												
Participação e Controle Social												
Sede Administrativa da Comissão												

PROJETO 1

MEIO AMBIENTE E PESCA

A “chegada da lama” ao litoral de Linhares, proveniente da barragem de Fundão, causou a interrupção da pesca tradicional realizada pelos comunitários do Degredo, ocasionando consequente perda da principal fonte de renda local; “adormecendo” a dinâmica de transmissão intergeracional dos saberes associados ao ofício, reduzindo as opções de lazer, comprometendo as funções relacionadas à cadeia da pesca e as noções de percepção ambiental da comunidade acerca do próprio território.

Os cursos d’água são elementos de destaque na paisagem do Degredo, importantes para a dinâmica econômica e social da comunidade. Além do litoral, o território é banhado pelo rio Ipiranga e por lagoas e lagunas costeiras. Inserida no bioma Mata Atlântica, com a predominância da Restinga e suas variações paisagísticas em diferentes estágios de conservação, sua localização, em região litorânea, próxima à foz do rio Doce, contribui para a diversidade ambiental. A composição de espécies, aspectos de história natural e ecológicos de ocorrência exclusiva credenciam a região como área reconhecidamente prioritária para a conservação da biodiversidade brasileira.

Entre todos os fatores existentes na localidade, historicamente, desde as navegações do Finado Atalino, realizadas para a troca e comercialização da farinha de mandioca, a hidrografia local constituiu-se como símbolo do território, determinante para o modo de vida tradicional da comunidade em várias de suas manifestações. Com a proibição do manejo antrópico nas áreas de Restinga, na década de 1990, a importância dos cursos d’água para o Degredo se tornou ainda mais central. A medida levou ao impedimento do plantio de mandioca no território, fazendo com que a coleta de peixes passasse a ser a principal fonte

de renda para os moradores. Antes do rompimento da barragem de Fundão, quase a totalidade das famílias do Degredo (95,2%) possuía ao menos um integrante que se dedicava às atividades ligadas à pesca.

A pesca era exercida de maneira artesanal, contando com participação direta ou indireta dos demais membros da unidade familiar. Em geral, os pais eram responsáveis pela realização da coleta e da transmissão dos saberes e conhecimentos aos seus filhos. As mulheres limpavam e salgavam os pescados para que eles pudessem ser consumidos ou comercializados. A maior parte dos peixes (59,4%) era vendida diretamente a consumidores quilombolas e não quilombolas residentes no próprio território. Outra parte era destinada a bares e restaurantes de Pontal do Ipiranga, zona urbana mais próxima do quilombo. Em uma boa semana de pescaria, na alta temporada, de acordo com relatos, chegava-se a obter 650 reais, em média, com a venda de peixes.

Os pescadores utilizavam mais de um local para a realização da atividade, com destaque para o mar, preferido por 87,1% dos pescadores, e o rio Ipiranga. Segundo relatos colhidos em campo, a pesca no mar era a mais rentável, tornando-se modalidade proeminente no território. Essa forma de organização explícita “um conhecimento profundo dos ecossistemas

dos quais fazem parte, o que permite a produção e a reprodução social no tempo, além

CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS

Esse cenário alterou-se fortemente após a “chegada da lama” no Degredo. Atualmente, a pesca marítima está proibida em todo o território por determinação da Justiça Federal. De acordo com relatos dos moradores, os rejeitos teriam atingido o rio Ipiranga e as lagoas da região, impactando seus principais cursos d’água e comprometendo, de forma significativa, a atividade pesqueira no território. Além da possível contaminação da água e da drástica eliminação da ictiofauna, outra suposta resultante do evento, na percepção dos comunitários, teria sido o afugentamento dos animais que usavam os rios e lagoas como fonte de alimentação ou dessedentação.

As análises técnicas realizadas no território, principalmente após a realização dos Estudos Complementares, indicam que não há possibilidade de que os “rejeitos” tenham subido o rio Ipiranga, até as áreas de ocupação pela comunidade. Embora seja notória a “chegada da lama” na região de sua foz, bem como na região estuarina – distante cerca de 12km da área ocupada pelos quilombolas. Paralelamente a isso, as atuais condições ambientais desse rio evidenciam a existência de diversas pressões sobre a paisagem historicamente constituída. O meio é caracterizado por forte intervenção humana, especialmente a partir da ação de fazendeiros, com a abertura de extensos pastos para criação de gado, áreas de plantações, desmatamentos, queimadas, seccionamento ou aterramento de trechos do rio Ipiranga, abertura de valas (canais de fuga) para drenagem pluvial, para irrigação e para bebedouro dos animais. Empreendimentos industriais de significativo impacto ambiental também se fazem presentes no território, com as estações de extração e os dutos de transporte de óleo e gás, da Petrobrás;

da conservação dos próprios recursos naturais de que dependem para sobreviver” .

e seus processos de instalação e operação geraram, e em alguma medida ainda geram, negatividades sobre o ambiente.

A impossibilidade de uso do mar pela interdição da pesca representa, dessa forma, o principal impacto causado no Degredo em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. De forma complementar, o cenário da pesca antes da “chegada da lama” na região já apresentava redução dos estoques de peixes, principalmente das espécies dulcícolas, como traíra e grumatã, encontradas principalmente na calha do rio Ipiranga. Atualmente, apenas 4% das unidades familiares da Comunidade do Degredo possuem algum de seus integrantes exercendo a atividade da pesca, o que representa um total de seis famílias, das quais cinco o fazem apenas para consumo próprio, de forma esporádica.

Os danos históricos causados ao ambiente, agravados pela “chegada da lama” à foz do rio Ipiranga, comprometeram as condições para a atividade pesqueira, desestruturando toda sua cadeia produtiva. Como o peixe constituía a base alimentar e comercial da comunidade, a “chegada da lama” também impactou a provisão da alimentação das famílias e interrompeu as atividades coletivas, por meio das quais os laços de amizade, parentesco, compadrio e solidariedade eram mantidos e atualizados. Como não se encontram mais para a pescaria, os moradores têm interagido cada vez menos e reclamam que a vida tem perdido o sentido de antes. Percebe-se o afastamento das pessoas, consequentemente reduzindo a harmonia e a colaboração entre elas. As visitas de familiares que residem em outros locais também não são mais tão frequentes.

ESCOPO DE AÇÕES

As ações, seus objetivos, premissas e restrições são resultado de elaboração coletiva junto a um Grupo de Trabalho formado para esse propósito, que contou com a participação de 51 comunitários, em atividade realizada no dia 2 de novembro de 2018.

Considerando as características ambientais da região, a importância da pesca como eixo central da tradicionalidade do Degredo, os

impactos desencadeados pelo rompimento da barragem de Fundão, os encaminhamentos resultantes da Consulta Pública realizada em 15/12/18 e o conteúdo da Nota Técnica Nº 1/2019/COPAB/DPA/PR, foi revisado o escopo de ações de reparação e compensação direcionadas à dimensão do Meio Ambiente e da Pesca. A síntese do processo é apresentada a seguir.

OBJETIVOS

Em vista dos conteúdos introduzidos nesta discussão, o Projeto que ora se apresenta tem como finalidades:

Objetivo Geral: mitigar os efeitos da “chegada da lama” sobre a Pesca, principal fonte de renda da população do Degredo; compensar os danos sofridos de forma a restabelecer o sustento das famílias impactadas; contribuir para o entendimento acerca do atual *status* da qualidade ambiental do território, gerando rol de informações que embasem futuras ações de gestão da qualidade de vida.

Para tanto, a caminhada em busca desses pontos de chegada passa por:

Objetivos específicos:

- Conferir amplo acesso, para os comunitários do Degredo, aos demais programas de reparação previstos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC);
- Determinar as bases para o engajamento dos comunitários na retomada das atividades tradicionais ou alternativas voltadas ao sustento e renda.
- Provisionar e regular o uso de recursos financeiros diretos ou por meio de terceiros que viabilizem a reparação e compensação nos aspectos indicados pela comunidade;
- Organizar ações de gestão para o Impacto 1, Impacto 3, Impacto 4 e Impacto 9 discutidos no âmbito do ECQ⁹;

⁹ **Impacto 1.** Comprometimento das condições de geração de renda e subsistência dos comunitários. **Impacto 3.** Comprometimento da transmissão intergeracional dos conhecimentos de pesca. **Impacto 4.** Comprometimento das atividades de navegação típicas da comunidade.

Impacto 9. Comprometimento dos vínculos comunitários e geração de expectativa em função do processo de reparação e compensação dos impactos

PREMISSAS E RESTRIÇÕES

A partir das discussões empreendidas no âmbito do *Grupo de Trabalho Meio Ambiente e Pesca*, e dos resultados encaminhados naquela sessão, foram definidas algumas diretrizes, assumidas como entendimentos preliminares acerca do escopo de ações. Cabe dizer que os itens abaixo dispostos são frutos das reflexões dos próprios comunitários. Os dois últimos tópicos, acrescidos nesse volume revisado, são frutos das relações institucionais estabelecidas entre a H&P e a CT-IPCT:

- **Limites da alternativa de pesca embarcada:** anteriormente à “chegada da lama”, a modalidade de pesca tradicional realizada no Degredo era a chamada “*pesca de peito*”, praticada em águas próximas à costa, de baixas profundidades. Nessa área, atualmente encontra-se proibida a realização da pesca, por determinação da Justiça Federal. De acordo com a própria população local, apenas uma pequena parcela dos moradores do Degredo possui os conhecimentos necessários para a prática da “*pesca embarcada*”, que poderia constituir-se em alternativa para geração de renda aos comunitários, por meio do acesso a águas mais profundas, abaixo de 20 metros de profundidade. Dessa forma, a concessão de barcos com motor de popa seria insuficiente para a retomada da atividade pesqueira no Degredo, uma vez que atenderia apenas a um universo restrito de pessoas. Além disso, avalia-se que o pescado possivelmente encontrado por meio de pesca embarcada também estaria comprometido pelo contato com os rejeitos, não apresentando a qualidade necessária para sua comercialização.
- **Inexistência de alternativa locacional para realização da pesca:** avalia-se que não são conhecidos na região outros locais adequados para a prática da pesca em ambientes naturais, seja em faixa oceânica costeira, seja em lagoas e lagunas, ou em outras porções do próprio rio Ipiranga. Tal constatação leva a um limite para a retomada dessa atividade por parte dos moradores do Degredo, haja visto que mesmo a possibilidade de transporte diário de pescadores para outras localidades, que porventura viabilizassem a pesca, foi descartada pelos comunitários ao longo da reunião. Há, dentre os moradores, forte predileção pelos pontos de pesca constituídos na tradição, que por ora estão inviabilizados.
- **Limites da aquicultura para os moradores do Degredo:** segundo os comunitários, a alternativa à pesca por meio da produção de peixes em tanques, com o emprego de técnicas de aquicultura, não ofereceria solução suficiente para a perda de renda dos pescadores do Degredo, uma vez que proveria peixes típicos de água doce, de valor comercial reduzido, e os proveria em quantidade inferior quando comparada ao que era costumeiramente obtido durante a pesca marítima. A prática da cultura em tanques é considerada de elevado custo para fins de subsistência, tanto em relação ao esforço de trabalho, quanto para os recursos materiais necessários à sua implantação e manutenção. Por fim, não haveria na região local apropriado para a instalação de tanques rede em cursos d’água naturais, devido à indisponibilidade de ambiente livre de contaminação, seja vinculado ou não ao rejeito, para o cultivo das espécies com valor de venda no mercado local.

- **Pouco interesse por iniciativas de cooperativismo:** os comunitários expressaram o entendimento de que não há interesse, entre eles, para o estabelecimento de organização produtiva e econômica segundo modelo de cooperativismo. Tal solução, inicialmente, não deve ser considerada para reestruturação da cadeia da pesca no território. Ao longo da reunião do Grupo de Trabalho, foi colocada em pauta alternativa de organização dos pescadores em torno de cooperativa, que compraria os peixes coletados em pontos confiáveis de pesca para beneficiá-los no território, tornando o Degredo um porto de desembarque da produção. Tal ideia foi rechaçada por grande parte dos presentes, com o argumento de que não seriam “pescadores de cheque”, ou seja, que a tradição diz da prática da pesca, da ida ao mar, e não simplesmente da obtenção da matéria prima e sua simples comercialização.
- **Inexistência de interesse por outras atividades produtivas:** não há, por parte da população quilombola do Degredo, interesse no desenvolvimento de outras atividades que porventura pudessem substituir a prática da pesca como ofício primeiro e fonte de renda principal para os comunitários. Uma das justificativas está relacionada à percepção de que a pesca é parte fundamental da tradicionalidade local e que sua substituição poderia desencadear maiores danos à estrutura social e à reprodução cultural da comunidade.
- **Impossibilidade de reparação da pesca:** predominou a percepção entre os comunitários presentes no encontro do grupo de trabalho que, consideradas todas as premissas até aqui listadas, não há ação possível de reparação dos impactos sobre a pesca, a ser implementada pela Fundação Renova no curto prazo. Na concepção dos

comunitários, apenas o retorno da pesca, executada ao longo da rotina tradicional que dá sentido à comunidade, é que torna possível a reparação de maneira adequada e suficiente. Nesses termos, a expectativa é a de liberação da zona de proibição de pesca e de emissão de qualquer laudo que ateste a atual qualidade do pescado nas faixas litorâneas, notadamente no Mar do Degredo. É inclusive de entendimento da comunidade que essas atribuições fogem ao escopo de atuação da Renova e que, por isso, requerem da Fundação a compensação em caráter indenizatório dessa perda tida como irreversível, no tempo indeterminado.

- **Necessidade de acompanhamento da situação dos solos e das águas da região:** os moradores do Degredo manifestaram a necessidade de que sejam realizadas análises periódicas da qualidade da água na região, especialmente que atestem as condições da água do rio Ipiranga e do pescado obtido nesse local. Os resultados dos Estudos Complementares ao ECQ, que agregou análises de campo e de laboratório, indicou a desvinculação entre a “chegada da lama” no oceano e o atual status da qualidade da água na área da ocupação residencial pela comunidade. Por mais que tenha sido notório impacto na região da foz do rio Ipiranga, e de sua região estuarina, as análises complementares descartaram a hipótese que o “rejeito” tenha subido seu leito. Sendo assim, o contato do rejeito com águas da foz é mais um elemento que se junta a outros de igual relevância, não relacionados ao rompimento, para dizer do atual status da água e do solo. Por essa razão, a comunidade solicitou, por tempo indeterminado, até que se tenha completa segurança acerca da qualidade ambiental do território, que sejam replicadas as campanhas de monitoramento dos parâmetros físicos, químicos e biológicos, com vistas a aprofundar o entendimento sobre quais são as ações de gestão mais

adequadas à dinâmica territorial, depois de desacreditados os impactos diretos sobre a calha principal do rio, seu leito e suas margens; e em virtude das ações emergenciais já implementadas pela Fundação Renova, que merecem aperfeiçoamento para sua continuidade.

- **Desvinculação da Indenização do PBAQ:** Por meio da Nota Técnica N° 1/2019/COPAB/DPA/PR a Câmara Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais (CT-IPCT) compartilhou o entendimento de que as questões relacionadas às indenizações não devem ser tratadas no âmbito do PBAQ, haja visto que o documento submetido à Consulta não apresentou de antemão formato de cálculo das indenizações, tampouco sua matriz de danos já materializada. Nesse contexto específico de uma comunidade tradicional: ainda conforme avaliação da CT-IPCT, não foram devidamente esclarecidos os métodos de dimensionamento e computação dos danos. Embora tenha sido aprofundada a questão, ao longo do rito de consulta, tendo a comunidade manifestado interesse em construir ela própria a matriz de danos, sob parâmetros e condições específicos, particulares ao Degredo, a Câmara Técnica resolveu desvincular a pauta da indenização do ordenamento geral do PBAQ. A alegação foi de que equipe especializada deva ser mobilizada para essa questão, possuindo condições técnicas, materiais e de cronograma para realização de todas as etapas do processo de indenização de maneira ágil e independente dos limites de atuação da Fundação Renova, no escopo do PBAQ. A intenção subliminar, com essa iniciativa, seria, de acordo com a CT-IPCT, evitar que outros programas e

outros processos a serem implementados pela Renova exerçam coerção ou concorrência com o processo de indenização pleiteado pela comunidade¹⁰.

- **Pesquisas em Ambiente Marinho:** É lugar comum para todos os envolvidos no processo de reparação executado no Degredo que, tanto o conteúdo do Estudo do Componente Quilombola (ECQ), quanto o conteúdo do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBAQ), assim como o tom das relações comunitárias mantidas em paralelo com as lideranças do Degredo, deixam claro que o impacto no mar é evidente e que as investigações que merecem a atenção principal são sobre o potencial impacto no rio Ipiranga. Não obstante, pesquisas estão sendo realizadas pela Fundação Renova, por meio de suas consultorias especializadas, acerca das questões da qualidade da água e do pescado no Oceano Atlântico. A Rede Rio Doce Mar, vinculada à Universidade Federal do Espírito Santo, tem sido a organização condutora dessa empreitada. Por essas razões, e respeitada a ciência da comunidade de que o principal empecilho à pesca no Mar do Degredo é a proibição imposta pela Justiça Federal, nenhum dos documentos da H&P traz direcionamentos sobre pesquisas no oceano e isso não tem sido problema apontado pela comunidade impactada. No entanto, ao longo das discussões que dinamizaram o rito de consulta realizado em 15/12/18, chegou-se ao entendimento que os futuros relatórios de monitoramento, a ser elaborados por consultoria eventualmente contratada pela Fundação Renova para tal finalidade, trarão dados produzidos pela Rio Doce Mar, na finalidade primeira de integração dos comunitários do Degredo com esse

¹⁰ A H&P preveniu a CT-IPCT, via ofício, acerca dos riscos vinculados à retirada da questão da indenização da pauta do PBAQ, alegando que a medida desconsiderava o

processo de construção da solução, obtida por meio de reunião do Grupo de Trabalho específico, e que extrapolava o entendimento do instrumento para além daquilo que foi concebido pelos comunitários.

conteúdo, mas principalmente para fins de comparação e reinterpretação dos resultados das análises pelas lideranças locais.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Considerando tais premissas, o Grupo de Trabalho Meio Ambiente e Pesca definiu proposta inicial de ações a serem implementadas pela Fundação Renova na comunidade, diretamente ou por meio de consultoria especializada, para reparação e compensação dos danos causados ao território. Tal proposta foi avaliada e emendada pela CT-IPCT. O escopo revisado e atualizado pela H&P

é composto por atividades previstas para serem implementadas já no primeiro ano de execução do PBA, sendo mantidas ativas até que a Justiça Federal, embasada em laudo técnico adequado ao contexto e conclusivo do status ambiental do meio, desobstrua o acesso ao Mar do Degredo, possibilitando o retorno dos quilombolas à atividade pesqueira¹¹.

MONITORAMENTO AMBIENTAL

<i>Objetivo:</i>	Acompanhar o status dos aspectos ambientais do território, de forma continuada ao longo do tempo, e produzir informações que subsidiem estratégias de formulação de eventuais ações de gestão da qualidade ambiental na comunidade
<i>Período:</i>	A ser executado trimestralmente, em campo, até que a Justiça Federal, embasada em laudo técnico adequado ao contexto e conclusivo do status ambiental do meio retire a proibição imposta, possibilitando o retorno dos quilombolas à atividade pesqueira.
<i>Descrição:</i>	<p>O Monitoramento Ambiental envolve a implementação de quatro macro atividades, descritas abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição dos Pontos de Amostragem: as ações de monitoramento ambiental serão orientadas para prover informações úteis e de interesse da comunidade para o processo reparatório. Com vistas a esse objetivo, a primeira etapa deste trabalho envolve a definição participativa da malha amostral a ser monitorada no Degredo. Além dos pontos de coleta já utilizados no ECQ e nos Estudos Complementares, para os quais devem-se gerar informações atualizadas a título de comparação, deve ser empreendida revisão desse acervo de pontos, reavaliando suas pertinências, para só depois indicar outros novos pontos de reconhecida importância ecológica ou de simples interesse dos moradores. Essa rotina de identificação de eventuais novos pontos de amostragem será dinamizada por meio de pesquisa qualitativa com lideranças locais, prioritariamente por Grupo Focal. Por determinação da CT-IPCT, as lagoas e lagunas de preamar deverão ser consideradas como pontos privilegiados para coleta de amostras. Em relação aos dados provenientes das pesquisas em ambiente marinho, agora conforme encaminhamentos da primeira Consulta Pública realizada em 15/12/18, as lideranças do Degredo deverão ter acesso aos pontos amostrados pela Rede Rio Doce Mar. Nesse caso, a Fundação Renova o fará diretamente, ou por meio

¹¹ Conforme já descrito neste volume, a comunidade nutre o entendimento de que eventual retirada da proibição da pesca, pela Justiça Federal, é indicador robusto da recuperação da qualidade ambiental do meio marinho. Linha de raciocínio que a

H&P compartilha. Não havendo incidência de impacto no oceano, não haverá portanto impacto sobre o rio Ipiranga. A qualidade ambiental desse meio estaria, por consequência, igualmente restabelecida

de consultoria contratada para a execução deste projeto, interface com aquela, vinculada à UFES, que já vem realizando as pesquisas marinhas, para essa necessária integração da comunidade do Degredo.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 1 semana, a partir do início do cronograma de atividades.

- **Realização das Campanhas de Coleta para Monitoramento:** considerando a designação dos pontos de amostragem, realizada em conjunto com a comunidade, consultoria especializada no escopo deverá realizar as seguintes atividades para o monitoramento:
 - a. Coleta e análise química de sedimentos de fundo do rio Ipiranga, para medição e avaliação dos quantitativos identificados de possíveis agentes contaminantes.
 - b. Coleta e análise química de solo na área marginal do rio Ipiranga, para avaliar a integridade ambiental do meio e sua evolução temporal.
 - c. Coleta e análise quali-quantitativa de organismos aquáticos pertencentes a três grupos (fitoplâncton, zooplâncton e benton), para avaliação da integridade ambiental dos corpos d'água.
 - d. Coleta e análise química de água bruta, para medição e avaliação dos quantitativos identificados de possíveis agentes contaminantes, associados aos parâmetros físicos, químicos e biológicos previstos na legislação.

Ao longo da coleta das amostras, deve-se garantir ampla transparência e participação comunitária, permitindo o acompanhamento dos moradores em todas as atividades realizadas, bem como sua orientação, na condição de guias remunerados por diárias, até os locais definidos e uso de instrumentais.

Esta atividade deverá ser executada em ciclos trimestrais de coleta, até que a Justiça Federal, embasada em laudo técnico adequado ao contexto e conclusivo do status ambiental do meio retire a proibição imposta, possibilitando o retorno dos quilombolas à atividade pesqueira.

- **Realização de Análises Laboratoriais:** a análise técnica laboratorial das amostras coletadas será realizada com base nos parâmetros já utilizados pelo ECQ e Estudos Complementares, todos previstos pela legislação, para fins de comparação, bem como de outras referências indicadas pela equipe técnica responsável e por meio de alinhamento junto aos comunitários. Devem ser consideradas as seguintes referências:
 - a. Parâmetros biológicos: bactérias heterotróficas, coliformes termotolerantes e coliformes totais.
 - b. Parâmetros físicos: cor aparente, cor real, odor, temperatura e turbidez.
 - c. Parâmetros químicos: salinidade, acidez, alcalinidade total, cloreto, DQO, dureza total, ferro total, DBO, oxigênio dissolvido, PH, fósforo total, manganês total, nitrogênio total, magnésio total e metais pesados (cobre, chumbo, zinco, níquel, arsênio, cádmio, cromo, mercúrio). Por determinação da CT-IPCT, e

	<p>para além dos requisitos legais, a análise química considerará necessariamente o parâmetro alumínio dissolvido.</p> <p><i>O período previsto para a execução desta atividade é de até 2 meses a cada conclusão de novo ciclo de coleta de amostras para monitoramento.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação dos Resultados: os resultados das análises serão apresentados em formato de relatório consolidado, com informações atualizadas e em perspectiva longitudinal, a cada nova campanha de monitoramento. Conforme determinação da CT-IPCT, os relatórios deverão trazer os dados brutos, em planilhas e laudos do laboratório, para além do texto de discussão técnica dos resultados. Além disso, serão realizadas apresentações explicativas à comunidade, em linguagem adequada, por meio de reuniões abertas a todos os moradores. Cabe enfatizar que tanto os relatórios, quanto as reuniões de apresentação dos resultados, trarão como conteúdo dados provenientes das pesquisas marinhas realizadas pela Rede Rio Doce Mar, para plena integração dos comunitários do Degredo com o universo dessas pesquisas empreendidas pela Fundação Renova, no escopo de outros programas do TAC Governança. <p><i>Esta atividade deverá ser realizada imediatamente após a finalização das análises laboratoriais de cada campanha de monitoramento, não devendo tardar 15 dias depois da liberação pelo laboratório.</i></p>
--	---

ETNOMONITORAMENTO DA ICTIOFAUNA DO RIO IPIRANGA

<i>Objetivo:</i>	Produzir e analisar informações sobre as condições ambientais de manutenção da vida da ictiofauna existente no rio Ipiranga, de forma continuada ao longo do tempo, possibilitando a compreensão da evolução do status da qualidade ambiental do meio, especialmente quanto à disponibilidade e sanidade dos peixes existentes no rio.
<i>Período:</i>	A ser executado trimestralmente, em campo, até que a Justiça Federal, embasada em laudo técnico adequado ao contexto e conclusivo do status ambiental do meio retire a proibição imposta, possibilitando o retorno dos quilombolas à atividade pesqueira.
<i>Descrição:</i>	<p>Quatro macro atividades foram definidas para consecução do etnomonitoramento da ictiofauna na região:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição dos Pontos de Amostragem: para dar início a este processo, será realizada a definição participativa dos pontos de amostragem a serem contemplados pelo monitoramento. Além dos pontos de coleta utilizados no ECQ e nos Estudos Complementares, bem como locais de reconhecida importância ecológica, a construção será realizada por meio de pesquisa qualitativa com lideranças locais e pescadores tradicionais da comunidade, prioritariamente por Grupo Focal. Dessa forma, a estratégia adotada permitirá adequar o trabalho de análise às práticas de uso do rio Ipiranga pelos moradores, suas formas de manejo e conservação dos recursos, bem como ao modelo de pesca realizada no local, além de proporcionar a construção de conceitos relacionados a espécies preferenciais e indicadoras da qualidade do meio. Por determinação da CT-IPCT, as lagoas e lagunas de preamar deverão ser consideradas como pontos privilegiados para coleta de amostras. Em relação aos dados provenientes das pesquisas em ambiente marinho, agora conforme encaminhamentos da primeira Consulta Pública realizada em 15/12/18, as lideranças do Degredo

deverão ter acesso aos pontos amostrados pela Rede Rio Doce Mar. Nesse caso, a Fundação Renova o fará diretamente, ou por meio de consultoria contratada para a execução deste projeto, interface com aquela, vinculada à UFES, que já vem realizando as pesquisas marinhas, para essa necessária integração da comunidade do Degredo.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 1 semana, a partir do início do cronograma de atividades.

- **Realização das Campanhas de Coleta para Monitoramento:** a partir dos pontos de amostragem definidos na atividade anterior, terá lugar a coleta das amostras que serão utilizadas para o monitoramento da ictiofauna do rio Ipiranga. A adequação dessa atividade deverá considerar as sazonalidades que incidem sobre esse contexto, sendo recomendadas campanhas trimestrais para obtenção de dados nos períodos de seca e de cheia dos corpos d'água.

Quanto à rotina das campanhas de monitoramento, sugere-se que um dia – o primeiro dia – seja destinado à mobilização da comunidade para troca de informações e planejamento conjunto das atividades a serem realizadas em campo¹². Além disso, a população local deve ter amplo acesso às informações sobre a coleta e deverá acompanhar as atividades. É impreterível ao sucesso das campanhas que os próprios pescadores do Degredo sejam envolvidos, de maneira remunerada, na obtenção das amostras, fazendo uso das técnicas e tecnologias tradicionais de pesca¹³.

Esta atividade deverá ser executada em ciclos trimestrais de coleta, até que a Justiça Federal, embasada em laudo técnico adequado ao contexto e conclusivo do status ambiental do meio retire a proibição imposta, possibilitando o retorno dos quilombolas à atividade pesqueira.

- **Realização de Análises Laboratoriais:** o material coletado em cada campanha deverá ser acondicionado conforme parâmetros técnicos adequados, de modo a garantir sua integridade durante a realização da biometria, da identificação e posterior envio para o laboratório. A biometria considerará a mensuração do comprimento total (CT), comprimento padrão (CP) e peso corporal (PC), e será realizada em campo durante a pesca tradicional. Para correlação das informações de campo e de laboratório, sobre as espécies, propõe-se levantamento de informações sobre a frequência de consumo do pescado de origem do rio Ipiranga, lista de espécies consumidas, período de pesca e eventuais tabus alimentares, durante as campanhas de monitoramento.

A análise técnica laboratorial das amostras coletadas deverá ser realizada com base nos parâmetros já utilizados pelo ECQ e Estudos Complementares, para fins de comparação, bem como de outras referências indicadas pela equipe técnica responsável e por meio de alinhamento junto aos comunitários¹⁴.

¹² As amostras devem ser coletadas em pontos do Rio Ipiranga, lagoas e lagunas de preamar indicados pelos pescadores do Degredo. Deve-se considerar a retirada das amostras de filés na musculatura latero-dorsal em campo, sendo o técnico responsável acompanhado por representante da comunidade. Deve-se considerar, ainda, o maior número possível de indivíduos das principais espécies de consumo da comunidade.

¹³ Recomenda-se utilizar o método da pesca tradicional ao longo da execução da coleta de amostras da ictiofauna, com a participação remunerada de pescadores tradicionais do Degredo. Em paralelo, a equipe técnica responsável pela execução, após obtenção da licença de coleta de material biológico emitida pelo órgão responsável, adotará, na sequência da rotina tradicional, metodologia que minimiza a sua seletividade e aprimora o esforço de coleta com amostras quali-quantitativas da ictiofauna, por meio da aplicação de métodos específicos.

¹⁴ Para os metais pesados a serem avaliados, deverá-se seguir os parâmetros considerados nos Estudos Complementares ao ECQ. Serão considerados os metais ferro (Fe), manganês (Mg) e alumínio (Al) além dos metais previstos na legislação para o RDC nº42:

O período previsto para a execução desta atividade é de até 2 meses a cada conclusão de novo ciclo de coleta de amostras para monitoramento.

- **Apresentação dos Resultados:** os resultados das análises deverão ser apresentados em formato de relatório consolidado, com informações atualizadas e em perspectiva longitudinal, a cada nova campanha de monitoramento. Conforme determinação da CT-IPCT, os relatórios deverão trazer os dados brutos, em planilhas e laudos do laboratório, para além do texto de discussão técnica dos resultados. De forma complementar, deve ser elaborada cartilha educativa, em linguagem adequada ao amplo entendimento dos comunitários. Entre os temas abordados deverão estar os conhecimentos obtidos durante o programa como gestão do recurso hídrico, práticas de pesca artesanal, sustentabilidade do meio, segurança alimentar, e eventuais comprovações possibilitadas pelo monitoramento. Esse produto visa a auxiliar na compreensão e no debate acerca de temas ligados às condições ambientais e à pesca no Degredo. Também devem ser realizadas apresentações explicativas à comunidade, em linguagem adequada, por meio de reuniões abertas a todos os moradores. Cabe enfatizar que tanto os relatórios, quanto as reuniões de apresentação dos resultados, trarão como conteúdo dados provenientes das pesquisas marinhas realizadas pela Rede Rio Doce Mar, para plena integração dos comunitários do Degredo com o universo dessas pesquisas empreendidas pela Fundação Renova, no escopo de outros programas do TAC Governança.

Esta atividade deverá ser realizada imediatamente após a finalização das análises laboratoriais de cada campanha de monitoramento, não devendo tardar 15 dias depois da liberação pelo laboratório.

MONITORAMENTO DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Objetivo:	Garantir a realização constante de monitoramento periódico da água para consumo humano disponível no território e garantir o provisionamento de alternativa para a disponibilização de água potável, para os moradores do Degredo, em casos de indisponibilidade técnica para captação do recurso nos aquíferos subterrâneos tradicionalmente utilizados pelos quilombolas para essa finalidade.
Período:	A ser executado trimestralmente, em campo, até que laudo técnico adequado ao contexto e conclusivo do status ambiental do meio ateste real possibilidade de acesso dos quilombolas à água potável, por meio de qualquer intervenção futuramente executada pela Fundação Renova
Descrição:	Cinco macro atividades foram definidas para consecução do monitoramento de qualidade da água potável na região: <ul style="list-style-type: none">• Definição dos Pontos de Amostragem: a Fundação Renova, com o apoio e acompanhamento efetivo da Comissão de Atingidos, vem realizando o monitoramento da água subterrânea, tradicionalmente utilizada pelos quilombolas para consumo humano e demais usos domésticos, a partir da amostragem em pontos de coleta previamente definidos pelas lideranças do Degredo. Para o caso deste monitoramento, ora sugerido, além dos pontos de coleta já utilizados no ECQ, para os quais devem-se gerar informações atualizadas a título de comparação, deve ser empreendida revisão desse acervo de pontos, incluso os pontos posteriormente adicionados pela Fundação Renova,

arsênio (As), cádmio (Cd), chumbo (Pb), mercúrio (Hg) e estanho (Sn). Por determinação da CT-IPCT o parâmetro alumínio dissolvido será incluído no rol dos analisáveis.

para essa finalidade, reavaliando suas pertinências. A realização de uma reunião com lideranças do Degredo, notadamente membros da Comissão de Atingidos, será suficiente para a pretendida reavaliação.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 1 semana, a partir do início do cronograma de atividades.

- **Realização das Campanhas de Coleta para Monitoramento:** considerando a designação dos pontos de amostragem, realizada em conjunto com a comunidade, a Fundação Renova deverá realizar, de acordo com a metodologia que já vem sendo empregada no território, as atividades de coleta das amostras de água subterrânea nos pontos previamente identificados na atividade anterior.

Esta atividade deverá ser executada em ciclos de coleta trimestral, até que laudo técnico adequado ao contexto e conclusivo do status ambiental do meio ateste real possibilidade de acesso dos quilombolas à água potável, por meio de qualquer intervenção futuramente executada pela Fundação Renova.

- **Realização de Análises Laboratoriais:** a análise técnica laboratorial das amostras coletadas será realizada com base nos parâmetros consagrados pela legislação, quais sejam a Portaria 2914/2011, do Ministério da Saúde, e a Resolução CONAMA 396/2008.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 2 meses a cada novo ciclo de monitoramento.

- **Apresentação dos Resultados:** os resultados das análises serão apresentados em formato de relatório consolidado, com informações atualizadas e em perspectiva longitudinal, a cada nova campanha de monitoramento. Conforme determinação da CT-IPCT, os relatórios deverão trazer os dados brutos, em planilhas e laudos do laboratório, para além do texto de discussão técnica dos resultados. Além disso, serão realizadas apresentações explicativas à comunidade, em linguagem adequada, por meio de reuniões abertas a todos os moradores.

Esta atividade deverá ser realizada imediatamente após a finalização das análises laboratoriais de cada campanha de monitoramento, não devendo tardar 15 dias depois da liberação pelo laboratório.

- **Ação Estruturante de Provisionamento de Água:** a Fundação Renova deverá, ela própria, ou por meio de consultoria especializada para tal, implementar grupo de trabalho específico, no território, reunindo lideranças formais e informais do Degredo, representantes das áreas de saúde e de saneamento e abastecimento do município, especialistas em engenharia sanitária, para discussão e elaboração de proposta conjunta de alternativa para abastecimento e/ou tratamento de água no território. A ideia é que esse GT consiga consensar solução eficiente o bastante e barata o suficiente para equacionar a questão da qualidade da água disponível para consumo humano e uso doméstico no Degredo. Em plano de fundo, há a questão da segurança hídrica e da soberania alimentar da comunidade. O grupo de trabalho criado deve se rotinizar por reuniões com lideranças, em cronograma a ser definido em conjunto com os comunitários, no momento de elaboração do plano de ação específico, até que solução definitiva seja encaminhada.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 9 meses, a partir do início de seu cronograma, sendo 6 meses iniciais de execução e os 3 meses finais de implantação das estruturas.

PONTOS DE ATENÇÃO

Para a realização das ações de reparação e compensação referentes ao tema *Meio Ambiente e Pesca*, deve-se atentar aos seguintes elementos associados:

Indicadores e Metas

Um dos principais entendimentos obtidos, entre H&P e comunidade, ao longo da realização do Grupo de Trabalho: Meio Ambiente e Pesca foi o acordo em torno da necessidade de execução das várias atividades em espaços distintos, no tempo. Disso emergiu a noção de que as ações podem ser de curto prazo (até 1 ano), médio prazo (até 3 anos), longo prazo (até 5 anos) e é fundamental que a evolução das ações e atividades elencadas reflitam os benefícios esperados, de modo a embasar a proposição dos objetivos e o caminho para o alcance deles. No entanto, é precipitado estabelecer de antemão metas vinculadas a marcos temporais, sem que os parâmetros de execução previstos nesse escopo sejam amplamente compartilhados e suficientemente entendidos pelos comunitários, particularmente pelas lideranças. Sendo assim, na oportunidade de construção em campo dos entendimentos e acordos com a comunidade, no âmbito do Programa de Gestão do Território, se estabelecerão de maneira mais acurada, e principalmente de maneira consensuada, metas mais adequadas, porque mais factíveis de avaliação de desempenho em torno da execução deste Programa.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades é parte fundamental da concepção do PBAQ. O entendimento de seu conteúdo é impreterível para a plena noção do momento de execução das atividades nele previstas e do tempo de duração de cada uma delas. Ao longo da tabela disposta abaixo, o leitor perceberá que alguns conjuntos de atividades são hierárquicos, ou seja, o início da atividade subsequente depende impreterivelmente do término da atividade anterior. Em outras oportunidades será possível perceber a ocorrência de atividades simultâneas, independentes. O mais importante de ser apreendido com a leitura do cronograma, disposto ao longo da tabela abaixo, são as legendas gráficas dispostas nas células. Cada uma das legendas, indica uma possibilidade de ocorrência para as atividades que merecem atenção especial, para o amplo entendimento acerca do fluxo de execução das

atividades em campo. As legendas e seus respectivos significados são as seguintes:

Traços diagonais descendentes à direita:

Significa que a atividade será realizada em campo, em ciclos de atividades, como o monitoramento por exemplo, até que a pesca seja liberada no Mar do Degredo e a retomada dessa atividade produtiva seja possibilidade aos moradores.

Cada ação, e seu respectivo conjunto de atividades, terá momento de início distinto. Na oportunidade de elaboração dos Planos de Trabalho, a Comissão de Atingidos indicará quais serão as atividades prioritárias, a serem executadas em campo, e qual a ordem das atividades, enfileiradas pelo momento de execução. Isso interfere diretamente no entendimento da leitura do cronograma. Não significa que, sendo o PBAQ validado na consulta de 23/02/19 próximo, seu

cronograma se inicia de imediato. Os tempos de duração das atividades só começam a ser contados quando a comunidade indica seu início. Um exemplo. Suponhamos que a atividade de monitoramento seja indicada para começar em junho de 2019, conforme solicitação da Comissão. Nesse exemplo, então, o mês 1 do ciclo de monitoramento será junho,

no cronograma; o mês 6 será dezembro e o mês 9 será março, subsequentemente.

Importa ao leitor, portanto, estar atento ao momento de início das atividades, ao tempo de duração dessas e às vinculações (legendas) a que elas se submetem para o completo entendimento do cronograma disposto a seguir.

ATIVIDADE PREVISTA	CICLO DE MONITORAMENTO / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Projeto 1. Meio Ambiente e Pesca												
Definição dos Pontos de Amostragem 1	■											
Campanha 1 de Monitoramento	■											
Análise Laboratorial 1		■	■									
Liberação de Relatório de Pesquisa 1			■									
Definição dos Pontos de Amostragem 2				■								
Campanha 2 de Monitoramento				■								
Análise Laboratorial 2					■	■						
Liberação de Relatório de Pesquisa 2						■						
Definição dos Pontos de Amostragem 3							■					
Campanha 3 de Monitoramento							■					
Análise Laboratorial 3								■	■			
Liberação de Relatório de Pesquisa 3									■			
Definição dos Pontos de Amostragem 4										■		
Campanha 4 de Monitoramento										■		
Análise Laboratorial 4											■	■
Apresentação Resultados Campanhas Monitoramento												■
Planejamento do Provisionamento de Água	■	■	■	■	■	■						
Implantação da Estrutura de Provisionamento de Água							■	■	■			

*Asteriscos indicam que ação pode não ser realizada, a depender da evolução do status do impacto.

PROJETO 2

CULTURA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO

Manifestações culturais típicas da Comunidade do Degredo foram enfraquecidas, ou mesmo interrompidas, como consequência direta ou indireta da “chegada da lama”.

O ambiente natural que compõe o território do Degredo foi decisivo para a instalação do Finado Atalino na região, no início do século XX, e posteriormente permitiu a fixação e consolidação da comunidade, a partir do conhecimento e do uso desse espaço para diversas finalidades. A reprodução do modo de vida tradicional quilombola mantém, nesse sentido, relação fundante com o território e seus recursos, nos quais foram solidificados os aspectos básicos que compõem as formas de reprodução social, produtiva e cultural dos moradores do Degredo.

Por se tratar de comunidade com importante atividade pesqueira, a relação da população com os rios, lagoas e principalmente com o mar é determinante para seu ordenamento territorial, bem como para a construção de referenciais simbólicos compartilháveis. Ao longo do tempo, no entanto, os moradores do Degredo têm sido atingidos por sucessivos reveses decorrentes da atuação de atores diversos, públicos e privados, que culminaram na diminuição de seu território, senão objetivamente em termos do deslocamento das fronteiras, certamente em termos da simbologia que há por trás da noção de território. Entre elas, destacam-se as interdições e proibições impostas pelo Ibama, na década de 1990, visando à conservação da

Mata Atlântica, que os impediram de realizar cultivos, inclusive da mandioca; destacam-se os conflitos envolvendo a Petrobras e a Aracruz Celulose; e a continuidade da expropriação fundiária realizada por fazendeiros ao longo das últimas décadas.

Ao se olhar para o Degredo, é preciso atentar-se para o fato de que a cultura local não deve ser encarada como uma figura objetiva e monolítica, algo que existe *a priori*, cujo significado se pretende alcançar. Considera-se a cultura, nesse contexto, como um conceito cujo sentido é preenchido através da vivência. Especificamente no caso de comunidades quilombolas, esse entendimento do mundo, compreendido por meio do conceito de cultura, está estreitamente relacionado ao território, base moral, conceitual, ecológica e ancestral que dá sentido à sua existência.

Aquilo que os homens e as mulheres do Degredo consideram como cultura está vinculado aos seus saberes e fazeres, bem como às formas de manifestação e reprodução de suas crenças e dos conhecimentos próprios de seus integrantes, que constituem práticas e narrativas que passam a ser consideradas como tradicionais, integrando as estruturas de longo prazo que constituem a memória social da comunidade.

CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS

As consequências do rompimento da barragem de Fundão comprometeram estruturalmente a realização da pesca, principal atividade produtiva exercida na comunidade. Assumindo como premissa as inflexões trabalhadas no ECQ, tem-se a territorialidade como pautada pela relação do homem com o espaço; e a culturalidade como a somatória de diferentes valores e categorias sociais envolvidas na construção e reconstrução da comunidade. Na intersecção das duas dimensões, compreende-se o impacto que mudanças nesse ordenamento podem ocasionar. O rio, as lagoas e o mar são importantes lugares em torno dos quais a comunidade elabora e reproduz diversas narrativas da sua existência enquanto coletividade. Seu modo de vida e suas manifestações culturais são, portanto, fortemente associados a esses espaços.

O comprometimento dos espaços e dos recursos naturais do território repercutiu sobre os modos de convivência vinculados a

ESCOPO DE AÇÕES

As ações, seus objetivos, premissas e restrições são resultado do trabalho participativo junto a um Grupo de Trabalho formado para esse propósito, que contou com a participação de 18 comunitários, em atividade realizada no dia 29 de outubro de 2018.

Considerando os aspectos próprios da tradicionalidade do Degredo, especialmente em suas dimensões da territorialidade e da

OBJETIVOS

Em vista dos conteúdos introduzidos nesta discussão, o Projeto que ora se apresenta tem como finalidades:

eles, bem como comprometeu a reprodução de saberes e fazeres tradicionais do Degredo, cuja transmissão permanecerá interrompida indeterminadamente. Espaços antes de comunhão, rio, lagoas e mar passaram a ser zonas de exclusão e tristes lembranças.

Em relação às expressões culturais, os festejos tradicionais, como o baile de forró, o Congo e a Folia de Reis, não são mais realizados ou acontecem com pouca participação dos membros do Degredo, sendo a falta de recursos financeiros e o baixo entusiasmo os principais motivos para sua interrupção. Outras manifestações culturais também foram enfraquecidas, como consequência direta ou indireta da “chegada da lama”. As percepções comunitárias acerca de impactos sobre a qualidade da água, por exemplo, têm impedido ou dificultado a realização de práticas culturais ligadas à religiosidade, especialmente aquelas cujo consumo do peixe constituía a base de sua prática.

culturalidade, os impactos desencadeados pelo rompimento da barragem de Fundão, os encaminhamentos resultantes da Consulta Pública realizada em 15/12/18 e o conteúdo da Nota Técnica N° 1/2019/COPAB/DPA/PR, foi revisado o escopo de ações de reparação e compensação direcionadas à dimensão da Cultura e da Identidade vinculadas ao Território. A síntese do processo é apresentada a seguir.

Objetivo Geral: fomentar o acesso dos comunitários a equipamentos culturais e favorecer a retomada de práticas culturais típicas do Degredo; promover a salvaguarda

dos bens culturais da comunidade e potencializar sua reprodução intergeracional.

Para tanto, a caminhada em busca desses pontos de chegada passa por:

Objetivos específicos:

- Mediar o processo de ocupação dos equipamentos culturais já existentes no território.
- Mediar o processo de construção de um novo equipamento cultural, que tenha como principal foco, fortalecer a retomada de festas e encontros tradicionais do Degredo.
- Documentar práticas e processos tradicionais, tendo em mente que a rotina de pesquisa do patrimônio cultural imaterial tem como

potencialidade atuar como parte ativa no processo de salvaguarda.

- Incentivar a transmissão de conhecimentos intergeracional e intergênero que foram interrompidas pela “chegada da lama”.
- Formar multiplicadores locais que tenham conhecimento das etapas de pesquisa, para que a comunidade tenha condições técnicas de dar continuidade ao processo de pesquisa e documentação de suas tradições.
- Criar novos vínculos comunitários e reafirmar os já existentes, aumentando a autoestima das pessoas relacionadas ao legado cultural do território.
- Organizar ações de gestão para o Impacto 5 e Impacto 8 discutido no âmbito do ECQ¹⁵.

PREMISSAS E RESTRIÇÕES

A partir das discussões empreendidas no âmbito do Grupo de Trabalho Cultura, Identidade e Território, e dos resultados encaminhados naquela sessão, construiu-se o entendimento preliminar de que todos os impactos associados à culturalidade do

Degredo foram exaustivamente abordados no ECQ, tal qual conteúdo introduzido a este programa, de forma que a restituição direta das condições de manifestação das formas da tradicionalidade local, nos termos deste PBAQ, é medida suficiente para a reparação.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Considerando tais orientações, o Grupo de Trabalho de Cultura, Identidade e Território definiu proposta inicial de ações a serem implementadas pela Fundação Renova na Comunidade Remanescente de Quilombo do Degredo, para reparação e compensação dos danos causados ao território nessa dimensão. Tal proposta foi avaliada e emendada pela CT-IPCT. O escopo revisado e atualizado pela

H&P é composto por atividades previstas para serem implementadas já no primeiro ano de execução do PBA, sendo mantidas ativas por até que as ações de reconstituição das condições socioeconômicas de produção, na comunidade, previstas adiante neste PBAQ, gerem situações financeiras favoráveis para plena realização das mesmas pelos comunitários, conforme detalhado a seguir:

¹⁵ Impacto 5. Comprometimento dos vínculos da comunidade com o território. Impacto 8.

Comprometimento da prática e reprodução dos bens culturais da comunidade.

INVENTÁRIO DO PATRIMONIO CULTURAL DO DEGREDO

<i>Objetivo:</i>	Realizar o inventário exaustivo dos bens culturais do Degredo, como forma de salvaguardar o patrimônio existente
<i>Período:</i>	O prazo máximo de execução do projeto não deve extrapolar 48 meses, a partir do início de seu cronograma de atividades. Em momento inicial da execução deste projeto, Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades e as restrições de levantamento das informações, vinculadas à sazonalidade das celebrações.
<i>Descrição:</i>	<p>O Inventário do Patrimônio Cultural do Degredo deve ser realizado por meio de processo participativo e colaborativo, protagonizado pelos próprios moradores do território, considerando patrimônios materiais e imateriais existentes na comunidade. As atividades necessárias para elaboração do Inventário estão descritas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none">• Levantamento Preliminar: como primeira etapa deste trabalho, deve ser realizada a identificação dos bens que serão inventariados, considerando, pelo menos, as seguintes categorias:<ul style="list-style-type: none">○ Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;○ Celebrações, festas e formas de expressão que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;○ Linguagens musicais, iconográficas e performáticas;○ Espaços em que se produzem as práticas culturais. <p>O ECQ constituirá a referência inicial para o levantamento dos bens que integram a culturalidade do Degredo. Tal delineamento deve ser pensado e discutido em conjunto com a população local, por meio de rodas de conversas com informantes-chaves, orientadas por perguntas norteadoras dos tópicos, buscando eventuais complementações da relação existente, bem como obtendo informações preliminares mais robustas sobre cada uma das práticas. Dessa forma, será possível compreender aquelas que permanecem em atividade e aquelas que não estão mais vigentes; bem como será possível como atualizar o rol dos informantes-chaves para cada um dos bens, direcionando os esforços de pesquisa.</p> <p>Além disso, será realizada pesquisa em fontes secundárias e documentais, como jornais, revistas, publicações acadêmicas e materiais audiovisuais, que já tenham sido publicados sobre os bens culturais de Degredo. A partir de tal pesquisa, ferramentas de pesquisa (questionários) serão elaboradas e submetidas à comunidade para sua validação, antes da aplicação junto dos informantes-chaves, na etapa seguinte.</p> <p>Como produto, a etapa do Levantamento Preliminar deverá ser gerado um documento que irá nortear todo o desenvolvimento posterior do Inventário.</p> <p><i>O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, a partir do início do cronograma de atividades.</i></p>

- **Pesquisa de Campo:** a pesquisa de campo para elaboração do Inventário consiste na aplicação das ferramentas de pesquisa (questionários) construídas durante a etapa do *Levantamento Preliminar* junto com a comunidade do Degredo. A pesquisa poderá ser feita individualmente, assim como com grupos ou famílias.

Pensar o patrimônio a partir da ideia de referências culturais tem como objetivo colocar em evidência aquilo que a comunidade considera como relevante para a constituição da sua memória e da sua identidade no tempo presente. Não raramente, esses bens culturais remetem a saberes e fazeres que são repetidos ao longo do tempo e são transmitidos oralmente e na prática, de geração em geração, e são compreendidos de forma integrada, sem divisões e fissuras traçados pelos saberes acadêmicos entre o que é do escopo da natureza e da cultura.

Sugere-se que a publicação do “Livro de Medicina do Finado Atalino”, parte do Tema de Saúde e Medicina, esteja integrada ao processo de pesquisa e publicação do Inventário do Patrimônio Cultural do Degredo.

O período previsto para a execução desta atividade não deve ultrapassar 33 meses, considerando o marco de início do cronograma, podendo ser encurtado na medida que em que todos os bens e manifestações sejam catalogadas.

- **Revisão e Validação do Itens Inventariados:** de forma complementar à coleta, deve ser empreendida supervisão do trabalho de campo, que envolve a revisão, por profissional especializado, de todo o material coletado para o Inventário. Além disso, em conjunto com pessoas da comunidade, deve-se validar as informações obtidas, com o intuito de identificar possíveis equívocos e lacunas, bem como realizar, se necessário, entrevistas complementares.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, imediatamente após a conclusão da etapa anterior.

- **Consolidação e Publicação do Inventário:** a Fundação Renova deverá consolidar e formatar o Inventário de Bens Culturais do Degredo, encaminhando sua subsequente publicação. Em conjunto com a comunidade, deve-se definir qual será o formato do volume, incluindo a possibilidade de formato impresso e/ou audiovisual. As versões produzidas devem ser apresentadas à comunidade para avaliação preliminar e ajustes iniciais, antes do envio para a edição, revisão e publicação finais.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 10 meses, imediatamente após a conclusão da etapa anterior. Cabe a ressalva de que esse período pode ser estendido em virtude dos prazos requisitados pela eventual editora para revisão final do volume, prazos esses que escapam ao escopo de atuação da Fundação Renova.

- **Publicação da Agenda Cultural do Degredo:** de forma adicional, a partir do levantamento realizado para construção do Inventário, deve ser elaborada a Agenda Cultural do Degredo, com objetivo de adequar a realização dos registros de pesquisa à temporalidade das manifestações culturais do território e de definir como se dará o registro audiovisual. A Agenda Cultural do Degredo poderá ser publicada como um produto a parte, sendo o formato a ser adotado e sua forma de divulgação definidos juntamente com os comunitários.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 1 mês, imediatamente depois de concluída a etapa Revisão e Validação do Itens Inventariados.

INCENTIVO AO PATRIMÔNIO CULTURAL DO DEGREDO

Objetivo:	Fomentar ações, articular apoios e facilitar a retomada de práticas culturais da Comunidade do Degredo que se encontram arrefecidas após a “chegada da lama”, bem como promover o intercâmbio das celebrações e manifestações com outras comunidades remanescentes de quilombo e com a própria municipalidade de Linhares.
Período:	O prazo máximo de execução do projeto não deve extrapolar 24 meses, a partir do início de seu cronograma. Em momento inicial de sua execução, Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das ações, dentre outros pormenores do fluxo representado pelas atividades que virão em sequência.
Descrição:	<p>Como forma de incentivar o patrimônio cultural do Degredo, três frentes de ações deverão ser realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Retomada da realização de todos os festejos impactados, celebrações e demais manifestações culturais do território, contribuindo para a elaboração da Agenda Cultural do Degredo, restabelecendo as condições ideais para que os comunitários as promovam por eles mesmos.• Financiamento, pela Fundação Renova, para confecção das vestimentas, uniformes, instrumentos musicais e demais aparatos materiais, para a realização os festejos impactados, celebrações e demais manifestações culturais do território, notadamente da Folia de Reis, do Tambor de São Benedito e da Banda de Congo.• Realização de atividades de formação cultural com mestres de outros quilombos da região norte do Espírito Santo, promovendo espaços para a troca de saberes e práticas, podendo se dar, por exemplo, por meio de oficinas de confecção de indumentárias e instrumentos musicais. <p>Para consecução dessas ações, duas atividades básicas deverão ser desenvolvidas pela Fundação Renova:</p> <ul style="list-style-type: none">• Etapas de Planejamento: inicialmente, será elaborado levantamento dos recursos financeiros e materiais necessários para realização das festas identificadas pelos comunitários, no período de um ano. Nessa etapa, serão identificadas também os materiais necessários para a fabricação de instrumentos, indumentárias e adereços a serem confeccionados e/ou reformados. Essa atividade será realizada por meio de <i>reuniões de diálogo</i> com os grupos responsáveis por cada uma das expressões culturais contempladas, como forma de adequar a provisão de recursos ao formato e características próprias de cada prática. Desses encontros emergirá o <i>Projeto de Valorização da Agenda Cultural</i>, por meio do qual as partes, em conjunto, documentarão a melhor maneira de reativar as manifestações culturais locais. O projeto deve abranger minimamente, i) a alocação de recursos a serem disponibilizados pela Fundação Renova para a realização das atividades; ii) o resgate das práticas antigas de organização dos festejos, por meio das quais os quilombolas dividiam o trabalho para realização das manifestações; <p><i>O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, a partir do início de seu cronograma de atividades.</i></p>

- **Etapa de Execução:** A Fundação Renova conduzirá ela mesma, ou o fará por meio de consultoria designada para tal, o acompanhamento da execução do projeto, junto com a Comissão e sua assessoria técnica, contribuindo para que os passos da organização dos eventos que dinamizam a realização das manifestações culturais e demais eventos sejam cumpridos ao contento da comunidade. A partir da retomada das atividades culturais no Degredo, será fomentado o intercâmbio com outras comunidades quilombolas do norte capixaba. Caberá à Fundação Renova garantir os recursos financeiros e materiais necessários para realização dos eventos até que a retomada da atividade pesqueira seja retomada por completo e, com ela, seja viabilizada a geração de renda para os quilombolas custearem os insumos.

Seu período de execução estará vinculado à sazonalidade dos eventos. A primeira manifestação cultural típica do Degredo deverá ser realizada já no primeiro ano de execução do cronograma de atividades. Será realizada até que a pesca seja liberada e a comunidade possa retomar sua atividade geradora de renda.

CASA DA TRADIÇÃO DO DEGREDO

Objetivo:	Mediar o processo de construção de novo equipamento cultural, que tenha como principal foco fortalecer as iniciativas de retomada de festas e encontros tradicionais do Degredo.
Período:	O prazo máximo de execução do projeto não deve extrapolar 12 meses, a partir do início de seu cronograma. O prazo pode ser estendido nos casos em que porventura seja necessária licença ambiental, ou que haja delonga no processo de negociação com eventuais promissários vendedores do terreno. Em momento inicial da execução deste projeto, Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades, dentre outros pormenores do fluxo representado pelas atividades que virão em sequência.
Descrição:	<p>A construção de espaço a ser denominado Casa da Tradição do Degredo, será empreendida com participação direta e efetiva da Comissão e sua assessoria técnica, desde a elaboração do projeto arquitetônico do espaço, até o acabamento das obras. Este espaço terá como principal objetivo servir como sede dos festejos, celebrações, oficinas e demais manifestações culturais do território, afim de que, em caráter compensatório, seja o espaço privilegiado de ressignificação dos comunitários com sua tradicionalidade impactada pela “chegada da lama”.</p> <p>O projeto que engloba a Casa da Tradição é composto por duas ações, que englobam quatro atividades. A primeira delas é a própria construção da Casa; e a segunda um subprojeto complementar de oficinas ligadas à arte e cultura da comunidade. A proposta será viabilizada a partir das seguintes etapas:</p> <p>Etapa de Planejamento da Obra: Serão realizadas rodas de conversa com membros da Comissão e sua assessoria técnica, e outros moradores quilombolas a serem indicados pela própria comunidade, para construção coletiva do projeto arquitetônico da Casa da Tradição. Espera-se que a proposta esteja arquitetonicamente integrada a paisagem cultural do território. Necessariamente, o espaço deverá possibilitar múltiplos usos como a realização de apresentações culturais, oficinas, reuniões e cursos. Para tanto, a metragem de sua área construída precisará ser condizente com o uso pretendido, não podendo ser inferior a 150m². Deverá contar, pelo menos, com um salão amplo, uma sala de reunião e uma sala para atividades formativas, além de área externa que possibilite apresentações. Em relação a mobiliário e</p>

equipamentos, a Casa da Tradição deverá contar com, pelo menos, 2 caixas de som, 4 microfones, mesa de som de oito canais, um quadro branco, 100 cadeiras plásticas, mesa de reunião, dois birôs, um armário, 3 cadeiras de escritório, *data-show*, tela de projeção, dois computadores, uma impressora e instrumentos musicais, cujo tipo e quantidade deverão ser definidos junto com a comunidade. Tendo em vista a manutenção do espaço, como alternativa para seu abastecimento de energia elétrica deve ser prevista a instalação de placas solares¹⁶. A etapa de planejamento consiste também na escolha do terreno, que deverá estar num local estratégico, para privilegiar o fácil acesso de todos os moradores da comunidade. Se não houver a possibilidade de doação de área por parte de algum comunitário para a construção da Casa da Tradição, a Fundação Renova deverá realizar a aquisição de área necessária para o atendimento do proposto.

Etapa de Construção da Casa: Inicia-se a construção da Casa, orientada por profissionais especializados, em diálogo com a comunidade. Será privilegiada a absorção da mão de obra local para a empreitada e os materiais de construção serão cotados, dentre fornecedores da região, na procura por aquele com maior qualidade e menor preço. Esta etapa contará com a elaboração de cronograma de obra e com equipe de acompanhamento designada especificamente para esta tarefa, cujos membros serão escolhidos pelas lideranças do Degredo.

Etapa de Planejamento da Integração: Concomitante à etapa de construção, equipe especializada, juntamente com as lideranças da comunidade previamente identificadas, planejarão o início das oficinas educativas a serem realizadas no espaço. Pretende-se que, após a inauguração do espaço, a ser realizada com 'evento cultural,' a comunidade elabore e rotinize agenda mensal para a Casa da Tradição, que, além de abrigar as festas culturais de acordo com o calendário local, pode abrigar encontros e trocas de saberes de grupos de Congo, Jongo, Congado, Terno de São Benedito de outras comunidades como Povoação, São Mateus e Linhares, seguindo diretriz tirada durante o Grupo de Trabalho Cultura, Identidade e Território. A programação da Casa da Tradição será fomentada pela Fundação Renova a partir da disponibilização de recursos ao longo dos três primeiros anos de seu funcionamento, estimulando e qualificando, concomitantemente, a comunidade para se tornar gestora autônoma do espaço.

Etapa de Implementação da Integração: As oficinas versarão inicialmente sobre as danças do Congo, da Folia de Reis, do Terno de São Benedito e das quadrilhas. Mas objetiva-se que esta etapa educativa esteja integrada com o Programa de Saúde e Educação, devendo a Casa da Tradição também sediar as oficinas de plantas medicinais e demais saberes tradicionais ambientais ligados as tradições do Degredo. Para a construção das oficinas, serão definidos pelas lideranças locais o público alvo – com especial atenção para jovens e mulheres; a periodicidade, a quantidade de participantes desejada e os materiais necessários (instrumentos musicais, aparelhos de som, de vídeo, etc). Os materiais necessários deverão ser fornecidos pela Fundação Renova. A ênfase destas oficinas deve estar na troca de saberes intergeracional, com o objetivo de possibilitar a continuidade das práticas. Objetiva-se que, no período de um ano, sejam realizadas no mínimo 24 encontros.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 12 meses, a partir do início de seu cronograma. O prazo pode ser estendido nos casos em que porventura seja necessária licença

¹⁶ Em observância ao solicitado pela CT-IPCT por meio da Nota Técnica N°1/2019/COPAB/DPA/PR.

ambiental, ou que haja delonga no processo de negociação com eventuais promissários vendedores do terreno.

QUADRA POLIESPORTIVA

Objetivo:	Mediar o processo de construção de novo equipamento cultural, que tenha como principais focos: fortalecer os vínculos sociais comprometidos pela “chegada da lama”, reconstituir aqueles rompidos e promover o esporte como elemento de (re)identificação dos quilombolas com sua tradicionalidade alterada.
Período:	O prazo de execução do projeto não deve extrapolar 12 meses, a partir do início de seu cronograma. Em momento inicial de sua execução, Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades, dentre outros pormenores do fluxo representado pelas atividades que virão em sequência.
Descrição:	<p>A construção da quadra poliesportiva emergiu como ideia dos próprios comunitários, na oportunidade de realização da primeira Consulta Pública para validação do PBAQ. Tal ideia foi reforçada pela CT-IPCT que, seguindo caminhos teóricos compartilhados pela Antropologia¹⁷, entende a prática esportiva como elemento de formação da cultura, apontando para uma relação circular: esporte é cultura, assim como a cultura define o esporte. Nesse sentido, ao longo daquela reunião de 15/12/18, houve relatos de comunitários acerca das oportunidades frutíferas de intercâmbio com outros quilombos da região norte capixaba, por meio da realização de eventos desportivos, no Degredo, sendo argumentos que credenciam a proposição que segue.</p> <p>O projeto que engloba a <i>Quadra Poliesportiva</i> é composto por duas ações, desdobráveis em quatro atividades. A primeira delas é a própria construção do equipamento; e a segunda um subprojeto complementar de oficinas ligadas à promoção da cultura por meio do esporte. A proposta será viabilizada a partir das seguintes etapas:</p> <p>Etapa de Planejamento da Obra: Serão realizadas rodas de conversa com membros da Comissão, sua assessoria técnica, e outros moradores quilombolas a serem indicados pela própria comunidade, para construção coletiva do projeto da <i>Quadra Poliesportiva</i>. Espera-se que a proposta esteja integrada a paisagem cultural do território e que as reuniões empreendidas tenham como resultado a escolha pelas i) modalidades que serão praticadas, tendo, portanto, o espaço adequado às finalidades; ii) pelo modelo de gestão do uso do espaço, a ser articulada entre a Comissão de Atingidos e demais associações de moradores atuantes no território; iii) pela rotina de articulações com o Poder Público para manutenção do espaço.. A etapa de planejamento consiste também na escolha do terreno que deverá estar num local estratégico, para privilegiar o fácil acesso de todos os moradores da comunidade. Se não houver a possibilidade de doação de área por parte de algum comunitário para a construção da <i>Quadra Poliesportiva</i>, a Fundação Renova deverá realizar a aquisição de área necessária para o atendimento do proposto. O produto desta etapa será o <i>Projeto de Construção da Quadra Poliesportiva do Degredo</i>.</p> <p>Etapa de Construção da Quadra: Inicia-se a construção da obra, orientada por profissionais especializados, em diálogo com a comunidade. Será privilegiada a absorção da mão de obra local para a empreitada e os materiais de construção serão cotados, dentre fornecedores da região,</p>

¹⁷ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

na procura por aquele com maior qualidade e menor preço. Esta etapa contará com a elaboração de cronograma de obra e com equipe de acompanhamento designada especificamente para esta tarefa.

Etapa de Planejamento da Integração: Concomitante à etapa de construção, equipe especializada, juntamente com as lideranças da comunidade previamente identificadas, planejarão o início das oficinas educativas a serem realizadas no espaço. Pretende-se que, após a inauguração do espaço, a ser realizada com 'evento esportivo,' a comunidade elabore e rotinize agenda mensal para a *Quadra Poliesportiva*. A programação da Quadra Poliesportiva será fomentada pela Fundação Renova a partir da disponibilização de recursos ao longo dos três primeiros anos de seu funcionamento, estimulando e qualificando, concomitantemente, a comunidade para se tornar gestora autônoma do espaço.

Etapa de Implementação da Integração: As oficinas versarão inicialmente sobre as modalidades esportivas elencadas pela comunidade ao longo da fase de planejamento. Objetiva-se que esta etapa educativa esteja integrada com o Programa Cultura Identidade e Território, com vistas a promover ações integradas à Agenda Cultural do Degredo. Para a construção das oficinas, serão definidos pelas lideranças locais i) o público alvo – com destaque para o engajamento de jovens e mulheres nesse processo; ii) as comunidades que serão periodicamente convidadas para praticar modalidade esportiva específica; iii) a periodicidade dos eventos; iv) a quantidade de participantes desejada; v) e os materiais necessários para realização das atividades de integração. Os materiais necessários deverão ser fornecidos pela Fundação Renova, na oportunidade de realização do primeiro evento, ficando a cargo da Comissão, posteriormente, os cuidados de armazenamento e manutenção desses materiais e equipamentos. A ênfase destas oficinas, que podem ser torneios desportivos, ou ações de educação física, deve estar na troca de saberes intergeracional, com o objetivo de possibilitar a continuidade das práticas.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 12 meses, a partir do início de seu cronograma. O prazo pode ser estendido nos casos em que porventura seja necessária licença ambiental, ou que haja delonga no processo de negociação com eventuais promissários vendedores do terreno.

PONTOS DE ATENÇÃO

Para a realização das ações de reparação e compensação referentes ao tema *Cultura, Identidade e Território*, deve-se atentar aos seguintes elementos associados:

Indicadores e Metas

Um dos principais entendimentos obtidos, entre H&P e comunidade, ao longo da realização do Grupo de Trabalho: Cultura Identidade e Território foi o acordo em torno da necessidade de execução das várias atividades em espaços distintos, no tempo. Disso emergiu a noção de que as ações podem ser de curto prazo (até 1 ano), médio prazo (até 3 anos), longo prazo (até 5 anos) e é fundamental que a evolução das ações e atividades elencadas reflitam os benefícios esperados, de modo a embasar a proposição dos objetivos e o caminho para o alcance deles. No entanto, é precipitado estabelecer de antemão metas vinculadas a marcos temporais, sem que os parâmetros de execução previstos nesse escopo sejam amplamente compartilhados e suficientemente entendidos pelos comunitários, particularmente pelas lideranças. Sendo assim, na oportunidade de construção em campo dos entendimentos e acordos com a comunidade, no âmbito do Programa de Gestão do Território, se estabelecerão de maneira mais acurada, e principalmente de maneira consensuada, metas mais adequadas, porque mais factíveis de avaliação de desempenho em torno da execução deste Programa. As ações de incentivo e de valorização do patrimônio cultural do Degredo terão planos de ação específicos, a serem elaborados em momento imediatamente posterior à validação deste documento.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades é parte fundamental da concepção do PBAQ. O entendimento de seu conteúdo é impreterível para a plena noção do momento de execução das atividades nele previstas e do tempo de duração de cada uma delas. Ao longo da tabela disposta abaixo, o leitor perceberá que alguns conjuntos de atividades são hierárquicos, ou seja, o início da atividade subsequente depende impreterivelmente do término da atividade anterior. Em outras oportunidades será possível perceber a ocorrência de atividades simultâneas, independentes. O mais importante de ser apreendido com a leitura do cronograma, disposto ao longo da tabela abaixo, são as legendas gráficas dispostas nas células. Cada uma das legendas, indica uma possibilidade de ocorrência para as atividades que merecem atenção especial, para o amplo

entendimento acerca do fluxo de execução das atividades em campo. As legendas e seus respectivos significados são as seguintes:

Preenchimento liso: Significa que a atividade será executada no exato instante de sua previsão.

Traços horizontais e verticais (quadriculados): Significa que a atividade se inicia no marco identificado e tem previsão de duração até o marco final. Mas pode terminar a qualquer momento, nesse período, viabilizando o início imediato da atividade subsequente.

Traços diagonais descendentes à direita: Significa que a atividade será realizada em campo, em ciclos de atividades, como o monitoramento por exemplo, até que a pesca seja liberada no Mar do Degredo e a retomada

dessa atividade produtiva seja possibilidade aos moradores.

Cada ação, e seu respectivo conjunto de atividades, terá momento de início distinto. Na oportunidade de elaboração dos Planos de Trabalho, a Comissão de Atingidos indicará quais serão as atividades prioritárias, a serem executadas em campo, e qual a ordem das atividades, enfileiradas pelo momento de execução. Isso interfere diretamente no entendimento da leitura do cronograma. Não significa que, sendo o PBAQ validado na consulta de 23/02/19 próximo, seu cronograma se inicia de imediato. Os tempos de duração das atividades só começam a ser contados quando a comunidade indica seu início. Um exemplo. Suponhamos que a atividade de pesquisa do inventário seja indicada para começar em junho de 2019,

conforme solicitação da Comissão. Nesse exemplo, então, o mês 1 do ciclo de monitoramento será junho, no cronograma; o mês 6 será dezembro e o mês 9 será março, subsequentemente. Mas, de acordo com a legenda quadriculada, ela pode acabar a qualquer momento. Inicialmente está prevista para durar 36 meses. Mas se todas as atividades forem executadas antes disso, pode-se dar a ação por encerrada, a qualquer instante, e seguir com a próxima atividade do cronograma.

Importa ao leitor, portanto, estar atento ao momento de início das atividades, ao tempo de duração dessas e às vinculações (legendas) a que elas se submetem para o completo entendimento do cronograma disposto a seguir.

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 1 / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<i>Projeto 2. Cultura, Identidade e Território</i>												
Levantamento Preliminar do Inventário												
Pesquisa de Campo do Inventário												
Planejamento do Incentivo ao Patrimônio Cultural												
Etapa de Execução do Incentivo ao Patrimônio Cultural												
Casa da Tradição do Degredo												*
Quadra Poliesportiva												*

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 2 / Mês do Cronograma											
	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Pesquisa de Campo do Inventário												
Etapa de Execução do Incentivo ao Patrimônio Cultural												

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 3 / Mês do Cronograma											
	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Pesquisa de Campo do Inventário												
Etapa de Execução do Incentivo ao Patrimônio Cultural												

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 4 / Mês do Cronograma											
	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48
Revisão e Validação dos Itens Inventariados												
Publicação da Agenda Cultural do Degredo												

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 1 / Mês do Cronograma												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
Consolidação e Publicação do Inventário			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Etapa de Execução do Incentivo ao Patrimônio Cultural	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

PROJETO 3

SAÚDE E EDUCAÇÃO

Têm sido verificados indícios do aumento de casos de agravos de saúde física, como a anemia em crianças; e mental, como por depressão e alcoolismo em adultos, em meio a outras enfermidades, entre os moradores do Degredo; supostamente associados às consequências do rompimento da Barragem de Fundão.

Segundo conta a história oral resgatada na comunidade, os locais são herdeiros de um passado de abundância e fartura de alimentos: os comunitários do Degredo costumavam viver por muito tempo. Os quilombolas contam, com orgulho, histórias de moradores que viveram até os 120 anos. Além da boa alimentação, os saberes relativos ao uso de ervas medicinais foram, até muito recentemente, suficientes para o tratamento de boa parte das enfermidades com ocorrência na comunidade. Atualmente, podem ser encontradas no território mais de 40 espécies de ervas com potencial uso medicinal, transformadas nos chamados “remédios do mato”, que representavam a primeira e principal alternativa medicinal de grande parte da comunidade.

Os serviços médicos e hospitalares serviam, nesse contexto, como complementares aos tratamentos tradicionais. A comunidade não conta com equipamentos públicos de saúde disponíveis no território, sendo atendida apenas por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), com a realização de visitas aos domicílios

por Agentes Comunitários de Saúde. Além disso, o Degredo conta com um Centro de Integração Comunitária (CIC) que, embora não seja um equipamento de saúde propriamente dito, a cada duas semanas disponibiliza o espaço para atendimento médico geral à população.

A utilização de plantas com fins medicinais para tratamento, cura e prevenção de doenças ainda se faz presente no Degredo, embora venha sendo cada vez menos frequente pelos moradores. A transmissão desses conhecimentos acontece principalmente entre as mulheres da comunidade, por meio da oralidade e da observação direta de experiências e práticas. Além disso, o Finado Atalino registrava seus conhecimentos em um “livro da medicina”, colocando-o como a principal referência local para o tratamento medicinal na localidade, com indicações precisas de qual planta deveria ser colhida e qual o modo de preparo mais adequado para cada tipo de tratamento.

CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS

Atualmente, é possível identificar diminuição do uso de plantas medicinais por parte dos moradores do Degredo. Tal fato se deve a diversos fatores, entre os quais estão a facilitação de obtenção de medicamentos alopáticos nos postos de saúde do município de Linhares; o desaparecimento de alguns dos “remédios do mato”, principalmente a partir das modificações ambientais promovidas na região pela chegada dos “de fora” (fazendeiros); e a implementação de atividades produtivas que não respeitam a relação com a natureza local.

Em paralelo, o consumo do pescado foi interrompido e muitos moradores disseram ter se alimentado por semanas apenas com os mantimentos doados, embora não haja registro formal dessa ocorrência. A abundância e riqueza alimentar dos moradores foram substituídas, nesse sentido, por situação que enseja debilidade nutricional. Como consequência mais comum do acúmulo de restrições que os impedem de plantar e de pescar, há a percepção dos comunitários de que tem aumentado o número de casos de anemia, especialmente em crianças e pessoas idosas, ainda que não haja laudo técnico que garanta essa vinculação.

Casos de diarreia, vômito, dores abdominais, coceiras na pele e outras dermatites são recorrentemente relatados pelas comunidades impactadas pelo rompimento da Barragem de Fundão, conforme estudo realizado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Esses casos também têm sido observados no Degredo, conforme contam moradores locais, embora não haja nenhuma comprovação técnica acerca do nexo causal entre a “chegada da lama” e os agravos de saúde.

As informações circulantes sobre esses casos são sintomáticas, ainda, da situação de desconfiança geral da população, que acaba por provocar efeitos somatizantes sobre aspectos físicos e psicológicos das pessoas. E estas subjetividades nem sempre são trabalhadas de maneira satisfatória pelo poder público local, insuficiente em quantitativo de pessoal e em qualificação dos recursos humanos para esta finalidade. Vale destacar que, para esses males, o conhecimento da medicina tradicional possui menor eficácia, considerando a novidade trazida por seus efeitos.

Ademais, verifica-se que o impacto da “chegada da lama” afetou a sociabilidade entre os moradores do Degredo e transformou negativamente a vida comunitária. Se antes, como já trabalhado, executavam inúmeras tarefas juntos desde a manhã até o fim do dia, atualmente passaram a se refugiar em suas casas, onde reclamam que a vida tem perdido o sentido de antes. A redução das atividades coletivas e o consequente isolamento domiciliar dos comunitários têm feito aumentar os relatos de saudade, de tristeza, de depressão e de perda dos referenciais simbólicos pelos quilombolas, que estão associados ao quadro de saúde mental da população local.

Haja visto o mencionado descarte da hipótese de contribuição dos rejeitos provenientes de Fundão para a contaminação dos cursos d’água da região, principalmente nas áreas dos aglomerados residenciais dos quilombolas, cabe argumentar que há outros fatores incidentes no Degredo que contribuem de maneira significativa para a identificação desse quadro. Do ponto de vista de potabilidade, a elevada presença de coliformes nas águas do território, coloca em questão a sua adequação para o consumo humano.

Embora os indicadores analisados pelo ECQ, acerca da qualidade da água, sejam inconclusivos sobre os impactos decorrentes do evento, são claros quanto à degradação do território por ação antrópica. A região é caracterizada por forte intervenção humana sobre o meio ambiente, devido à presença de fazendas, extensos pastos para criação de gado, áreas de plantações, desmatamentos, queimadas, seccionamento ou aterramento do Rio Ipiranga e abertura de valas (canais de fuga) para drenagem, irrigação e bebedouro para animais. Essas intervenções são responsáveis históricas pelo comprometimento parcial de características da biodiversidade local.

ESCOPO DE AÇÕES

As ações, seus objetivos, premissas e restrições são resultado do trabalho participativo junto ao Grupo de Trabalho formado para esse propósito, que contou com a participação de 28 comunitários, em atividade realizada no dia 02 de novembro de 2018.

Considerando os aspectos próprios da tradicionalidade, especialmente quanto aos

OBJETIVOS

Em vista dos conteúdos introduzidos nesta discussão, o Programa que ora se apresenta tem como objetivo geral:

Objetivo Geral: reparar efeitos diretos da “chegada da lama” sobre eventuais alterações nas condições de saúde física e mental da população do Degredo

Para tanto, a caminhada em busca dessa finalidade passa por:

Ao longo da pesquisa, também foi identificada a existência de fossas rudimentares em locais bastante próximos aos pontos de captação de água e, em alguns casos, com fossas abertas, o que potencializa o risco de contaminação. Ainda, o processo de acondicionamento do lixo doméstico, que geralmente é enterrado ou queimado, gera situação propícia para a emergência de doenças zoonóticas.

Importa ressaltar, neste momento, que os riscos de aumento dos agravos de saúde física entre os comunitários já eram constatados e que, portanto, o evento da “chegada da lama” operou como um fator agravante de uma situação pré-existente. Ademais, tratam-se de indícios desses agravos, já que o diagnóstico exaustivo dessas situações não foi objeto de estudo deste trabalho.

aspectos de sociabilidade no Degredo, os impactos desencadeados pelo rompimento da barragem de Fundão, os encaminhamentos resultantes da Consulta Pública realizada em 15/12/18 e o conteúdo da Nota Técnica Nº 1/2019/COPAB/DPA/PR, foi revisado o escopo de ações de reparação e compensação direcionadas à dimensão da Saúde e da Educação. A síntese do processo é apresentada a seguir.

Objetivos específicos:

- Conferir amplo acesso aos comunitários do Degredo aos demais programas de reparação previstos no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC);
- Provisionar e regular o uso de recursos financeiros diretos ou através de terceiros que viabilizem a reparação e

compensação nos aspectos indicados pela comunidade;

- Prover e manter recursos humanos e materiais necessários e suficientes para a realização de todas as atividades de reparação previstas nesse escopo;
- Articular o conhecimento tradicional acumulado no Degredo, acerca das

questões de saúde, multiplicando-as por meio de métodos e técnicas de Educação Ambiental;

- Organizar ações de gestão para o Impacto 6 e Impacto 7 discutido no âmbito do ECQ¹⁸.

PREMISSAS E RESTRIÇÕES

A partir das discussões empreendidas no âmbito do Grupo de Trabalho Saúde e Educação, e dos resultados encaminhados naquela sessão, foram definidas algumas diretrizes, assumidas como entendimentos preliminares acerca da reparação, para o delineamento do presente escopo de ações. Cabe dizer que os itens abaixo dispostos são frutos das reflexões dos próprios comunitários. O último tópico, acrescido nesse volume revisado, é fruto das relações institucionais estabelecidas entre a H&P e a CT-IPCT:

- **Atual situação de fragilidade dos saberes tradicionais associados à saúde:** Os saberes relativos ao uso de ervas medicinais encontram-se adormecidos, tendo como um de seus fatores a crença de que as práticas tradicionais são insuficientes para lidar com os supostos males causados pela “chegada da lama”. Esse fato, associado à diminuição já em curso do uso de plantas medicinais por parte dos moradores do Degredo, em decorrência de diversos fatores observados ao longo dos últimos anos, corroboram o quadro de fragilidade de saber na comunidade.

- **Necessidade de formalização dos conhecimentos acumulados:** A sistemática diminuição da frequência de uso dos “remédios do mato” bem como o referido “adormecimento” da prática dos saberes relacionados às ervas medicinais enseja a necessidade de registro e multiplicação deste conteúdo. Sob essa perspectiva, o resgate do “livro da medicina”, a realização de capacitações e a própria construção do viveiro são entendidas pelos comunitários como necessárias estratégias de Educação Ambiental para consolidação e memória desse conhecimento, e de produção da tradição, na comunidade.
- **Falta de eixo de ações versadas sobre a Educação:** Conforme avaliação da CT-IPCT, o eixo Saúde e Educação não apresentou, na primeira versão do PBAQ, nenhuma ação concreta de educação, enquanto que a proposição do Livro da Medicina do Finado Atalino, do modo como a ação esteve descrita, se aproximaria também do eixo Cultura, Identidade e Território, mais do que do eixo Pesca e Meio Ambiente. Por essas razões, a CT-IPCT avaliou que existia uma contradição evidente, que não destaca a valorização da transversalidade da Educação Ambiental, conforme intencionado pela H&P na elaboração da

¹⁸ Impacto 6. Fragilização dos hábitos domésticos e das relações sociais mantidas pela

comunidade; Impacto 7. Indícios de comprometimento das condições de saúde física e mental da população.

primeira versão do PBAQ. Diante dessas alegações, a H&P cria, nessa versão revisada do documento, eixo de ação específico para a educação. Traz para ele as questões de Educação Ambiental, oriundas do projeto de Meio Ambiente e Pesca, e desfaz a transversalidade, conferindo a

essas ações educacionais o foco e a centralidade requerida pela comunidade e pela CT-IPCT ao longo da reunião de 15/12/18. O conteúdo educacional é reapresentado e acrescido de novas ações adiante.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

Considerando tais orientações, o Grupo de Trabalho de Saúde e Educação definiu proposta inicial de ações a serem implementadas pela Fundação Renova na Comunidade Remanescente de Quilombo do Degredo, para reparação e compensação dos danos causados ao território nessas dimensões. Tal proposta foi avaliada e

emendada pela CT-IPCT. O escopo revisado e atualizado pela H&P é composto por atividades previstas para serem implementadas já no primeiro ano de execução do PBA, sendo mantidas ativas por tempo indeterminado, até que se cesse a percepção do impacto pelos comunitários, conforme detalhado a seguir

EIXO SAÚDE

VIVEIRO DAS SEMENTES NATIVAS E ERVAS MEDICINAIS DO DEGREDO

<i>Objetivo:</i>	Mediar a construção e a estruturação do viveiro para o cultivo de plantas tradicionalmente utilizadas pela população, notadamente as ervas que servem de matéria prima para elaboração dos “remédios do mato”, bem como assessorar a comunidade para a manutenção do viveiro, capacitar multiplicadores para registro e difusão das informações sobre as plantas medicinais e estimular o cultivo de sementes nativas da região, com destaque para frutíferas nativas do território.
<i>Período:</i>	O prazo de execução do projeto não deve extrapolar 24 meses, a partir do início do seu cronograma de atividades. Em momento inicial da execução deste projeto, Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades e o tempo de duração para essas capacitações.
<i>Descrição:</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação do Viveiro de Mudas e de Sementes Nativas: será elaborado projeto técnico contendo as especificações de espaço, local e tipos de espécies a serem cultivadas, tanto para as ervas medicinais quanto para as sementes de árvores endêmicas da região que comporão a vegetação ciliar do território, sejam elas as frutíferas nativas, ou outras perenefolhas típicas da mata atlântica. Para assegurar a manutenção do viveiro e a sobrevivência das plantas, será elaborado manual para o cultivo das ervas medicinais tradicionalmente utilizadas, que será compartilhado com os moradores e que será utilizado como material didático, e documento de consulta, para os treinamentos de multiplicadores. Para a questão específica da vegetação ciliar, a Fundação Renova deverá ela mesma, ou fazer por meio de consultoria especializada, ações de articulação com a Câmara Técnica Restauração Florestal e Produção de Água (CT-FLOR), para fins de viabilizar a inclusão das sementes germinadas no Degredo, no

rol das ações já em curso por outros programas do TTAC, criando consonância entre o projeto pretendido neste tópico e os demais projetos já em andamento.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 6 meses a partir do início de seu cronograma.

- **Nivelamento dos Conhecimentos Técnicos e Tradicionais:** Para essa atividade serão realizadas oficinas de capacitação dos moradores locais sobre i) técnicas de cultivo do solo; ii) técnicas de preparo das mudas; iii) técnicas de manejo das plantas para o consumo (elaboração dos remédios), com vistas a tornar os locais multiplicadores do uso recorrente das plantas e, por conseguinte, da tradição. Serão ministradas oficinas de oito horas de duração, mediadas por consultores especialistas embasados no conhecimento científico da etnobotânica e da farmacologia. Serão executadas rodadas trimestrais de capacitação a cada período, somando 8 oficinas ao total. Ao longo das sessões, os facilitadores buscarão nivelar e compartilhar o conhecimento tradicional de manejo e uso das ervas medicinais com as indicações e restrições que as rotinas de laboratório têm a indicar para a obtenção de resultados mais favoráveis a partir dos cultivos. Ao final do processo, os facilitadores se colocarão à disposição dos comunitários para eventual assessoramento técnico, ainda que remoto, em eventuais oportunidades futuras. Condições para viabilização dessa rotina, serão combinadas oportunamente pelas partes, ao longo das oficinas. O custeio das atividades será provisionado pela Fundação Renova Jovens e mulheres do Degredo serão público alvo privilegiado para essas atividades e deverão ser engajados pela Fundação Renova nesse sentido.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 12 meses, a partir do início do cronograma de atividades.

- **Registro das Informações para Consulta Permanente:** Em interface com o eixo de ações culturais, bem como de maneira integrada ao eixo de ações socioeconômicas e se unindo ao escopo de ações voltadas à Educação Ambiental, a publicação do “Livro de Medicina do Finado Atalino”, prevista nesse eixo, terá papel fundamental de servir como material de consulta também científica, por parte dos comunitários. A ideia proposta pelos comunitários, em reunião, foi que o livro editado traga como conteúdo o balizamento científico, e a validação do uso das ervas medicinais seguindo as quantidades, formas e tempos de uso apreendidos pela tradição. Com isso, espera-se conferir guarida técnica ao conhecimento tradicional e fazer com que o “Livro da Medicina” seja inclusive mobilizado como material paradidático para Educação Ambiental não formal dos comunitários.

Essa ação será executada enquanto as atividades de produção das ervas medicinais estiverem ativas no Degredo. Tem seu início tão logo o livro da medicina esteja publicado e tão logo os multiplicadores estejam devidamente capacitados. Enquanto houver oportunidades, essas ações de Educação Ambiental terão lugar em campo.

ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR DAS FAMÍLIAS DO DEGREDO

Objetivo:	Promover o acompanhamento domiciliar sistemático das famílias quilombolas impactadas e facilitar o encaminhamento de tratativas que necessitem de atenção do sistema de saúde, para reparação dos impactos causados e mitigação de eventuais agravos de saúde e/ou situações de vulnerabilidade ou risco social que porventura incidam de maneira subjacente à “chegada da lama”.
Período:	As ações de acompanhamento domiciliar multidisciplinar serão executadas em campo até que os relatórios de monitoramento e avaliação do processo indiquem a cessação dos efeitos diretos e indiretos da “chegada da lama” sobre as condições de saúde física e mental dos moradores do Degredo.
Descrição:	<p>O Acompanhamento Multidisciplinar das Famílias do Degredo é organizado em três etapas principais:</p> <ul style="list-style-type: none">• Etapa de Planejamento: inicialmente, deverá ser elaborado Plano de Trabalho¹⁹ específico para o acompanhamento multidisciplinar das famílias. O plano deve conter como conteúdo mínimo i) o universo de famílias a serem contempladas; ii) as dimensões, parâmetros e linhas de base para acompanhamento da situação das famílias; iii) as disciplinas e os respectivos quantitativos de pessoal necessários ao apoio do acompanhamento; iv) os métodos de abordagem aos integrantes das famílias; v) os instrumentos a serem mobilizados, ao longo das visitas, para coleta e registro das informações; vi) os indicadores e produtos que permitirão a avaliação e monitoramento do processo; os fluxos de gestão que viabilizarão a implementação do trabalho. O Plano deverá ser apresentado e validado junto à comunidade, para definição de sua implementação. <p><i>O período previsto para a execução desta atividade é de até 1 mês a partir do início de seu cronograma.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Etapa de Articulação e Gestão Institucional: a Fundação Renova, por meio da consultoria executora das ações, baseada nos diálogos iniciais com os membros da comunidade, elencará quais profissionais precisam ser destinados ao território, tendo como base as queixas de saúde física e mental feitas pela população local. Em seguida, devem ser realizadas reuniões/oficinas de alinhamento com a CT-Saúde e com a Secretaria Municipal de Saúde para definir como se darão efetivamente as ações no território, tendo como base as informações já reunidas e consideradas as carências de especialidades médicas do município, para que as medidas necessárias sejam adotadas. Essas oficinas ocorrerão em número indefinido, até que todas as partes estejam seguras o suficiente para a implementação da medida em campo. Novas oficinas podem ser oportunamente agendadas para fins de monitoramento e avaliação do processo. <p><i>O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses a partir do término da atividade anterior.</i></p>

¹⁹ Importante frisar que a Fundação Renova é parte mencionada de deliberação que vincula eventuais ações ligadas à saúde Quilombolas devem estar ligadas aos subprogramas de saúde, executado pela Fundação em parceria com o município. Nesses termos, o futuro Plano de Trabalho deve assumir essa vinculação em suas diretrizes.

- **Etapa de Execução do Acompanhamento:** o acompanhamento social das famílias quilombolas impactadas, deve ser realizado por meio de visitas estruturadas e periódicas, como estratégia de relacionamento com a população e de gestão permanente da evolução da reparação sobre os efeitos negativos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. A periodicidade e escopo das visitas dependerão do status de reparação e das situações de vulnerabilidade existentes em cada família.

As ações de acompanhamento domiciliar multidisciplinar serão executadas em campo até que os relatórios de monitoramento e avaliação do processo indiquem a cessação dos efeitos diretos e indiretos da “chegada da lama” sobre as condições de saúde física e mental dos moradores do Degredo. Se inicia tão logo se encerre a atividade anterior.

- **Etapa de Encaminhamentos e Tratativas:** O trabalho de acompanhamento domiciliar, a ser realizado em campo, será capaz de reunir informações necessárias e suficientes para direcionar os quilombolas para atendimentos específicos às famílias acompanhadas, seja por meio do atendimento direto dos programas da Fundação Renova, ou a partir do encaminhamento a serviços e equipamentos públicos, especialmente nas áreas da saúde (SUS) e assistência social (SUAS). Os tipos, formas e tempos dos encaminhamentos para o Poder Público serão combinados e projetados ao longo da etapa de articulações disposta acima.

As ações de acompanhamento domiciliar multidisciplinar serão executadas em campo até que os relatórios de monitoramento e avaliação do processo indiquem a cessação dos efeitos diretos e indiretos da “chegada da lama” sobre as condições de saúde física e mental dos moradores do Degredo. Se inicia tão logo se encerre a atividade anterior.

EIXO EDUCAÇÃO

PUBLICAÇÃO DO LIVRO DE MEDICINA DO FINADO ATALINO

Objetivo:	Planejar e viabilizar a publicação do Livro de Medicina do Finado Atalino, como forma de salvaguardar e divulgar os saberes e práticas tradicionais da Comunidade do Degredo, relacionados ao cuidado com a saúde de sua população, a partir da manipulação de ervas medicinais existentes no território, e com isso difundir os preceitos de Educação Ambiental entre os comunitários.
Período:	O prazo de execução do projeto não deve extrapolar 24 meses. Esse período pode ser extrapolando apenas por limitações de prazos estipulados pela eventual editora contratada, em termos da revisão final e da publicação do volume. Em momento inicial da execução deste projeto, Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades.
Descrição:	A publicação do “Livro de Medicina do Finado Atalino” envolve a realização das seguintes ações: <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa Inicial de Conteúdo: inicialmente, deverá ser realizada pesquisa de conteúdo em referências diversas, como bibliotecas, sítios eletrônicos, acervos pessoais e comunitários, ou outras fontes disponíveis, para análise aprofundada de produções similares. Essa atividade permitirá a busca por diferenciais e, principalmente, traçar

caminhos que facilitem o encontro do conhecimento tradicional com o conhecimento científico. Com isso, espera-se que todas as partes envolvidas tenham maior clareza do que se espera com a escrita do livro e de como e quando se darão os próximos passos.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 1 mês a partir do início de seu cronograma.

- **Planejamento Conjunto da Construção do Livro:** em seguida, deverá ser desenvolvido processo de construção de mapa mental, com vistas à estruturação da publicação. A atividade deve acontecer com ampla participação da comunidade, como forma de orientá-la ao resgate da memória dos moradores quanto à versão original do livro. Devem ser considerados, neste momento, aspectos como: i) hierarquização de capítulos; ii) tópicos e subtópicos; iii) definição do conteúdo a ser abordado em cada segmento do volume. Além disso, devem ser definidas pessoas de referência para a busca de informações sobre o Livro de Atalino, que serão mobilizadas para construção das etapas subsequentes. Para essas indicações, as mulheres anciãs do território, notadamente as curandeiras e benzedeiças, deverão ser engajadas para ocuparem esse lugar de informantes chaves.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 2 meses a partir da conclusão da etapa anterior.

- **Organização do Conteúdo:** o processo de organização do conteúdo do Livro será realizado por meio de técnicas específicas de pesquisa, individual e coletiva, junto a pessoas de referência da comunidade. Além disso, serão mobilizados analistas, especialistas no tema (Engenharia Florestal, Botânica, Etnobotânica, etc), que possam auxiliar na adequação e complementação das informações, em conjunto com os moradores do Degredo. Tal integração deve permitir o intercâmbio de informações teóricas e práticas, sem que haja sobreposição entre a perspectiva dos técnicos, em detrimento da comunitária.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 6 meses a partir da conclusão da etapa anterior.

- **Redação Final do Livro:** a escrita formal do Livro de Medicina do Finado Atalino deverá ser consolidada pela Fundação Renova, envolvendo equipe técnica multidisciplinar que integrou as etapas anteriores do projeto. A versão produzida deverá ser apresentada à comunidade, para leitura preliminar e ajustes iniciais, antes do envio para a edição e revisões profissionais.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses a partir da conclusão da etapa anterior.

- **Publicação e Apresentação:** a Fundação Renova deverá viabilizar a publicação do Livro de Medicina do Finado Atalino, em versão impressa, em formato a ser definido junto à comunidade do Degredo. Além disso, deverá organizar evento de lançamento do livro na comunidade, apresentando seu conteúdo e distribuindo os exemplares entre os comunitários e entre os demais quilombos do norte capixaba. É desejável que a publicação seja disponibilizada em locais públicos e/ou de uso comunitário no território do Degredo.

O período previsto para a execução desta atividade está vinculado aos trâmites da publicação, tendo seu início vinculado ao término da atividade anterior.

PRÁTICAS PEGAGÓGICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

Objetivo:	Contribuir para a construção de práticas educativas que valorizem o acervo histórico, cultural, social e político da comunidade do Degredo e que permitam a multiplicação de seu conteúdo para todo o município de Linhares e para as demais comunidades tradicionais do norte capixaba.
Período:	O prazo de execução do projeto, no que tange ao início das articulações, não deve extrapolar 36 meses. Em momento inicial da execução deste projeto, Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades e os limites da vinculação com o sistema formal de Educação.
Descrição:	<p>A despeito da promulgação de leis como a 10.639/2003 e 11.645/2008, persiste o amplo desconhecimento quanto as comunidades tradicionais, seus modos de fazer, saberes e práticas.</p> <p>Compreendendo o quilombo como um espaço/vetor de preservação e expansão da cultura negra na sociedade, propõe-se aqui que sua potencialidade seja efetivada através do desenvolvimento de projeto educacional, denotativo das experiências vividas pelos quilombolas, contribuindo para o resgate da autoestima dos comunitários, para a construção da cidadania, da identidade racial e do pensamento crítico. Para tanto, esse projeto propõe a realização de duas atividades complementares, descritas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none">• Elaboração e publicação de materiais educativos: no formato de cartilhas ou livretos: para distribuição em escolas públicas do município de Linhares, principalmente naquelas frequentadas por alunos oriundos do Degredo. Os livretos serão elaborados com base nos materiais produzidos durante a realização do ECQ e dos programas do próprio PBAQ, sendo adequados seu conteúdo, forma e linguagem, de modo a facilitar a compreensão por parte dos alunos. O emprego de termos técnicos deve se restringir ao estritamente necessário e, nesse caso, os devidos esclarecimentos devem ser feitos mediante a utilização de exemplos. É desejável a inclusão de ilustrações, com o objetivo de tornar a leitura descontraída e de fácil compreensão. Todo o processo de elaboração conjunta dos materiais pretendidos nesse tópico será mediado por pedagogo ou linguista, especialista em tecnologias contemporâneas para a Educação, com experiência comprovada em elaboração de materiais paradidáticos. A ideia central dessa mediação é o engajamento de mulheres e jovens nesse processo de produção e difusão do conhecimento produzido no território. Serão produzidos livretos com os seguintes conteúdos, em interface com os demais projetos elaborados no âmbito deste PBAQ:<ul style="list-style-type: none">○ Histórico da comunidade (ECQ);○ Inventário do Patrimônio Cultural do Degredo;○ Livro de Medicina do Finado Atalino. <p><i>O período previsto para a execução desta atividade é de até 36 meses, a partir do início de seu cronograma, e dadas as necessárias vinculações com outras atividades previstas nesse PBAQ, listadas acima.</i></p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de parcerias com escolas municipais e com a Secretaria Municipal de Educação de Linhares: para realizar intercâmbio entre os centros educacionais e a CRQ do Degredo, permitindo que as mestras e mestres quilombolas possam visitar as escolas para, através da troca de saberes, fortalecer e promover a identidade e cultura negra quilombola. A inclusão do conhecimento de tais mestres do Degredo nas escolas de Linhares será importante, entre outros aspectos, para apresentar ao alunado os saberes criados e reproduzidos no âmbito das comunidades tradicionais, costumeiramente excluídos dos currículos escolares. <p><i>O período previsto para a execução desta atividade é de até 36 meses, estando vinculado à disponibilidade e temporalidade do Poder Público.</i></p>
--	---

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Objetivo:	Garantir a difusão de informações sobre o monitoramento ambiental e da ictiofauna do rio Ipiranga; garantir o registro de técnicas e conhecimentos tradicionais empregados pela população do Degredo para realização da pesca.
Período:	A ser executado semestralmente, em campo, até que a Justiça Federal, embasada em laudo técnico adequado ao contexto e conclusivo do status ambiental do meio retire a proibição imposta, possibilitando o retorno dos quilombolas à atividade pesqueira.
Descrição:	<p>O material educativo impresso tem sido recorrentemente utilizado para melhorar o entendimento, a satisfação e a aderência dos públicos às diversas ações de engajamento comunitário. Recomenda-se seu uso como ferramenta de reforço de orientações e de ampliação das informações repassadas durante reuniões e outras oportunidades de diálogo. Além disso, servirá para compartilhamento dos resultados do monitoramento ambiental realizado no Degredo e para registro de técnicas e conhecimentos tradicionais empregados durante as campanhas. As cartilhas serão elaboradas com base nos materiais produzidos durante a realização do ECQ e dos programas do próprio PBAQ, sendo adequados seu conteúdo, forma e linguagem, de modo a facilitar a compreensão por parte dos moradores do Degredo. O emprego de termos técnicos deve se restringir ao estritamente necessário e, nesse caso, os devidos esclarecimentos devem ser feitos mediante a utilização de exemplos. É desejável a inclusão de ilustrações, com o objetivo de tornar a leitura descontraída e de fácil compreensão. Todo o processo de elaboração da cartilha será mediado por pedagogo ou linguista, especialista em tecnologias contemporâneas para a Educação, com experiência comprovada em elaboração de materiais paradidáticos. A ideia central dessa mediação é o engajamento dos(as) pescadores(as) no processo de produção e difusão do conhecimento produzido no território. Conforme determinação da CT-IPCT, os materiais educativos a serem circulados, na oportunidade de apresentação dos resultados dos monitoramentos, trarão como conteúdo dados das pesquisas marinhas realizadas por outras organizações vinculadas ao processo de reparação no território.</p> <p><i>Esta atividade deverá ser realizada semestralmente, imediatamente após a finalização das campanhas pares (segunda, quarta, sexta, oitava, etc) de monitoramento ambiental e da ictiofauna do rio Ipiranga. Terá continuidade até que a Justiça Federal, embasada em laudo técnico adequado ao contexto e conclusivo do status ambiental do meio retire a proibição imposta, possibilitando o retorno dos quilombolas à atividade pesqueira.</i></p>

PONTOS DE ATENÇÃO

Para a realização das ações de reparação e compensação referentes ao tema *Socioeconomia e Empreendedorismo*, deve-se atentar aos seguintes elementos associados:

Indicadores e Metas

Um dos principais entendimentos obtidos, entre H&P e comunidade, ao longo da realização do Grupo de Trabalho: Saúde e Educação foi o acordo em torno da necessidade de execução das várias atividades em espaços distintos, no tempo. Disso emergiu a noção de que as ações podem ser de curto prazo (até 1 ano), médio prazo (até 3 anos), longo prazo (até 5 anos) e é fundamental que a evolução das ações e atividades elencadas reflitam os benefícios esperados, de modo a embasar a proposição dos objetivos e o caminho para o alcance deles. No entanto, é precipitado estabelecer de antemão metas vinculadas a marcos temporais, sem que os parâmetros de execução previstos nesse escopo sejam amplamente compartilhados e suficientemente entendidos pelos comunitários, particularmente pelas lideranças. Sendo assim, na oportunidade de construção em campo dos entendimentos e acordos com a comunidade, no âmbito do Programa de Gestão do Território, se estabelecerão de maneira mais acurada, e principalmente de maneira consensuada, metas mais adequadas, porque mais factíveis de avaliação de desempenho em torno da execução deste Programa. As ações de resgate da gestão tradicional da saúde local, e de promoção da saúde formal no território, terão planos de ação específicos, a serem elaborados em momento imediatamente posterior à validação deste documento.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades é parte fundamental da concepção do PBAQ. O entendimento de seu conteúdo é impreterível para a plena noção do momento de execução das atividades nele previstas e do tempo de duração de cada uma delas. Ao longo da tabela disposta abaixo, o leitor perceberá que alguns conjuntos de atividades são hierárquicos, ou seja, o início da atividade subsequente depende impreterivelmente do término da atividade anterior. Em outras oportunidades será possível perceber a ocorrência de atividades simultâneas, independentes. O mais importante de ser apreendido com a leitura do cronograma, disposto ao longo da tabela abaixo, são as legendas gráficas dispostas nas células. Cada uma das legendas, indica uma possibilidade de ocorrência para as atividades

que merecem atenção especial, para o amplo entendimento acerca do fluxo de execução das atividades em campo. As legendas e seus respectivos significados são as seguintes:

Preenchimento liso: Significa que a atividade será executada no exato instante de sua previsão.

Linhas Horizontais: Significa que a atividade se prolonga por todo o período de execução do PBAQ.

Traços diagonais descendentes à direita e à esquerda (xadrez): Significa que a atividade será realizada em campo, até que laudo técnico indique que não há mais a incidência do impacto.

Traços diagonais descendentes à direita: Significa que a atividade será realizada em campo, em ciclos de atividades, como o monitoramento por exemplo, até que a pesca seja liberada no Mar do Degredo e a retomada dessa atividade produtiva seja possibilidade aos moradores.

Cada ação, e seu respectivo conjunto de atividades, terá momento de início distinto. Na oportunidade de elaboração dos Planos de Trabalho, a Comissão de Atingidos indicará quais serão as atividades prioritárias, a serem executadas em campo, e qual a ordem das atividades, enfileiradas pelo momento de execução. Isso interfere diretamente no entendimento da leitura do cronograma. Não significa que, sendo o PBAQ validado na consulta de 23/02/19 próximo, seu cronograma se inicia de imediato. Os tempos de duração das atividades só começam a ser contados quando a comunidade indica seu início. Um exemplo. Suponhamos que a atividade de acompanhamento multidisciplinar

seja indicada para começar em junho de 2019, conforme solicitação da Comissão. Nesse exemplo, então, o mês 1 do ciclo de monitoramento será junho, no cronograma; o mês 6 será dezembro e o mês 9 será março, subsequentemente. Suponhamos que no mês 23 do cronograma de atividades, haja informações coletadas suficientes para se elaborar um laudo técnico que indique à Comissão que não há mais necessidade de acompanhamento. Ou seja, que ninguém sofre mais as debilitações físicas e mentais da “chegada da lama”. Nesse exemplo, então, a ação seria concluída naquele momento, dada a constatação de que o impacto não incide mais no território.

Importa ao leitor, portanto, estar atento ao momento de início das atividades, ao tempo de duração dessas e às vinculações (legendas) a que elas se submetem para o completo entendimento do cronograma disposto a seguir.

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 1 / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
4. Saúde e Educação												
<i>Eixo Saúde</i>												
Implantação do Viveiro de Mudas	■	■	■	■	■	■						
Nivelamento Conhecimentos Técnicos e Tradicionais							■	■	■	■	■	■
Registro das Informações para Consulta Permanente							■	■	■	■	■	■
Planejamento do Acompanhamento Multidisciplinar	■											
Articulação e Gestão Institucional		■	■	■								
Execução do Acompanhamento Multidisciplinar					■	■	■	■	■	■	■	■
Encaminhamentos e Tratativas					■	■	■	■	■	■	■	■

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 1 / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<i>Eixo Educação</i>												
Pesquisa Inicial de Conteúdo	■											
Planejamento Conjunto da Construção do Livro		■	■									
Organização do Conteúdo				■	■	■	■	■	■			
Redação Final do Livro										■	■	■

Publicação e Apresentação																					*
Práticas Pedagógicas de Educação Popular	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Articulação e Manutenção de Parcerias com o Poder Público	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Cartilha Educativa com Resultados do Monitoramento						■															■

ATIVIDADE PREVISTA

ANO 2 / Mês do Cronograma

	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Práticas Pedagógicas de Educação Popular	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Articulação e Manutenção de Parcerias com o Poder Público	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Cartilha Educativa com Resultados do Monitoramento						■						■

ATIVIDADE PREVISTA

ANO 3 / Mês do Cronograma

	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36
Práticas Pedagógicas de Educação Popular	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Articulação e Manutenção de Parcerias com o Poder Público	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Cartilha Educativa com Resultados do Monitoramento						■						■

PROJETO 4

ETNODESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR

O impedimento da pesca, especialmente marítima, comprometeu o exercício dessa atividade produtiva no Degredo, principal responsável pela geração de renda e pelo provimento de importante recurso alimentar para as famílias quilombolas. Em paralelo, as recorrentes pressões externas exercidas sobre o território, sejam oriundas da legislação ambiental vigente, sejam das outras formas de racismo institucional existentes, impedem a plena reprodução socioeconômica dos comunitários, na medida em que se tornam impossíveis as práticas das atividades tradicionais de manejo dos recursos naturais. A comunidade considera que a "chegada da lama" é fator agravante dessas pressões..

Considerando a riqueza e a abundância de recursos naturais disponíveis no território, a Comunidade do Degredo vivia da pesca e da agricultura, tendo como principais produtos, mandioca, abóbora, melancia, feijão e coco, além do peixe. Essas atividades eram complementadas pelas trocas realizadas entre os moradores e os centros comerciais mais próximos, com destaque para o distrito de Povoação, em Linhares, e para o município de São Mateus. A cultura da mandioca, que aparecia como principal atividade produtiva no Degredo, utilizada tanto para consumo e comercialização *in natura*, quanto para fabricação de farinha, beiju e tapioca, teve sua produção em larga escala impedida em 1991, por força de restrição da legislação ambiental.

A partir de então, a Comunidade do Degredo passou a se dedicar, com maior volume, a outras atividades produtivas, na finalidade de subsistência de seus moradores e na prioridade de geração de renda para obtenção de outros

produtos não existentes no território, não deixando de manter a característica de ser uma comunidade eminentemente rural, na qual a pesca, o plantio de alimentos e a criação de animais são atividades comuns entre os moradores. Em razão da proibição do plantio da mandioca, a pesca passou a ser a principal fonte de alimentação e geração de renda para os moradores do Degredo, sendo desenvolvida por quase a totalidade das famílias (95,2%), principalmente em sua modalidade marítima.

Outras atividades produtivas também possuem importância para a comunidade. Dentre essas, destacam-se a criação de abelhas para a produção de mel e de outros produtos derivados, como favo e própolis, que tem sido uma das alternativas à qual se dedicam 21 famílias da comunidade (14,2% do total); e a criação de porcos, galinhas e gado, concentrando os esforços de boa parte das unidades familiares do território: respectivamente, 30,4%, 60,8% e 23,7%..

CARACTERIZAÇÃO DOS IMPACTOS

O cenário da pesca na região, principal fonte de renda para a população do Degredo, alterou-se drasticamente após o rompimento da barragem de Fundão, comprometendo toda a cadeia produtiva. De acordo com dados do Estudo do Componente Quilombola, atualmente apenas 4% das unidades familiares possuem algum de seus integrantes exercendo a atividade da pesca, o que representa um total de seis famílias, das quais cinco o fazem apenas para consumo próprio, de forma esporádica. Apenas uma família indicou que segue comercializando o peixe coletado no território.

ESCOPO DE AÇÕES

As ações, seus objetivos, premissas e restrições são resultado do trabalho participativo junto ao Grupo de Trabalho formado para esse propósito, que contou com a participação de 16 comunitários, em atividade realizada no dia 30 de outubro de 2018.

Considerando os aspectos próprios da tradicionalidade, especialmente em sua dimensão socioeconômica, os impactos

Segundo a percepção da comunidade, a piora na qualidade da água em função do contato com os rejeitos provenientes do rompimento teria prejudicado o exercício das demais atividades produtivas e econômicas tradicionalmente desenvolvidas no território e, por conseguinte, comprometido a soberania alimentar da mesma. De novo conforme os comunitários, no atual cenário as condições para o crescimento das plantações, bem como para a dessedentação animal também foram impactadas, restringido as possibilidades alternativas de geração de trabalho e renda.

desencadeados pelo rompimento da barragem de Fundão, os encaminhamentos resultantes da Consulta Pública realizada em 15/12/18 e o conteúdo da Nota Técnica Nº 1/2019/COPAB/DPA/PR, foi revisado o escopo de ações de reparação e compensação direcionadas à dimensão da Socioeconomia e Empreendedorismo, mudando inclusive sua concepção teórico-metodológica para Etnodesenvolvimento e Segurança Alimentar. A síntese do processo é apresentada a seguir.

OBJETIVOS

As ações delineadas pela Comunidade do Degredo para o tema têm como objetivo geral incentivar a retomada da capacidade produtiva e da soberania alimentar, impactada diretamente com a “chegada da lama”. Subliminarmente, a empreitada assume os seguintes objetivos específicos:

- Desenvolver, nos Planos de Trabalho, análise aprofundada sobre as potencialidades identificadas na comunidade, avaliando a viabilidade de suas realizações, as estratégias de produção e as possibilidades de comercialização dos produtos indicados.
- Fornecer apoio e capacitação técnica, através de equipes de profissionais habilitados para construir, junto aos quilombolas e demais instancias que atuam no território, modos de organização, gestão e produção que primem pela autossuficiência produtiva e respeito aos modos de produção locais.
- Auxiliar no processo de reconfiguração econômica do território e retomada da soberania alimentar, atentando às características socioculturais deste;

- Assessorar a retomada da autonomia produtiva, tendo em vista a expectativa da comunidade de retomar seus parâmetros

PREMISSAS E RESTRIÇÕES

A partir das discussões e do resultado das atividades realizadas junto ao Grupo de Trabalho Socioeconomia e Empreendedorismo, foram definidas algumas diretrizes para o delineamento do presente escopo de ações, detalhadas a seguir. O último tópico, acrescido nesse volume revisado, é fruto das relações institucionais estabelecidas entre a H&P e a CT-IPCT:

- **Restrição do Manejo do Território:** Desde 1991, a produção da farinha foi drasticamente reduzida na comunidade, a partir de restrições legais. A Portaria Nº 31/1991, do IBAMA, que buscava a proteção da reprodução das tartarugas e a preservação das faixas litorâneas restantes de Mata Atlântica, foi aplicada no território do Degredo por meio de ações repressivas da polícia ambiental. Apesar da importância dessa política para o adequado manejo ambiental da área, ela desconsidera ou mesmo oblitera os modos e práticas locais de manejo, associados aos usos tradicionais do território, contribuindo para a violação dos direitos coletivos da comunidade. Além disso, limita as possibilidades de desenvolvimento produtivo e econômico, ainda que sustentável, na comunidade.
- **Inviabilidade da Retomada da Pesca no Atual Momento:** O interesse de parte dos moradores em buscar a retomada das atividades de pesca marítima a partir da aquisição de barcos a motor, capazes de viabilizar o alcance das áreas não proibidas

financeiros ao patamar existente antes da “chegada da lama”.

- Organizar ações de gestão para o Impacto 1 e Impacto 2 discutido no âmbito do ECQ²⁰;

em alto mar, não foi bem visto pela maioria dos presentes à reunião do GT. Também não foi possível, na oportunidade do GT, a indicação de áreas outras para o exercício da pesca, bem como não houve interesse em atividades relacionadas à aquicultura, como a instalação de tanques para produção de peixes na comunidade. Dessa forma, considerando o atual status de proibição e o entendimento da comunidade sobre a natureza de sua atividade e o modo desejável de sua retomada, tem-se limitadas as condições para exercício de atividades econômicas, no território do Degredo, para além daquelas consagradas na tradição.

- **Necessidade para destaque para a questão do etnodesenvolvimento e da segurança alimentar:** a CT-IPCT fez uma crítica contundente, no momento da consulta de 15/12/18: foi quanto à apresentação das alternativas produtivas sob o viés do empreendedorismo social, construída pela H&P, quando considerou estratégico pensar nas alternativas sob a lógica do etnodesenvolvimento e da segurança alimentar. A CT-IPCT considerou que ambos devem ser entendidos como objetivos primordiais, acima de qualquer proposta de empreendedorismo social, que lhes são subsequente. Ainda nessa mesma análise, a busca pela soberania alimentar da comunidade não poderia ser vista como mera consequência, mas como um fim em si. Em franca consideração a esse posicionamento da CT-IPCT, a H&P

²⁰ Impacto 1. Comprometimento das condições de geração de renda e subsistência dos comunitários.

Impacto 2. Comprometimento das práticas tradicionais relacionadas à cadeia produtiva da pesca.

empreendeu profunda reestruturação do projeto, conferindo esse lugar de centralidade para a abordagem teórico-metodológica do etnodesenvolvimento e igualmente para a questão da segurança alimentar, a ser obtida por meio da

promoção da soberania alimentar dos comunitários. Ao longo da descrição deste projeto, serão elencadas ações e atividades que desenvolvem de maneira adequada essas duas dimensões.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

O Grupo de Trabalho Socioeconomia e Empreendedorismo definiu proposta inicial de ações a serem implementadas pela Fundação Renova no Degredo, com vistas à reparação e compensação dos danos causados ao território nessa dimensão. Tal proposta foi avaliada e emendada pela CT-IPCT. O escopo revisado e atualizado pela H&P. O escopo revisado e atualizado pela H&P é composto pelas atividades detalhadas a seguir, trazendo

profundas alterações estruturais nas medidas. As medidas foram dispostas temporalmente, em curto, médio e longo prazo, considerando o período em que deverá ser retomada a capacidade de geração de renda dos moradores. As propostas destacam a centralidade de um processo de gestão participativa, no qual predomine a tomada conjunta de decisões.

INTENSIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DE APICULTURA NO TERRITÓRIO

<i>Objetivo:</i>	Fomentar o desenvolvimento da apicultura no território do Degredo, com base na produção sustentável e de base comunitária, como alternativa à geração de trabalho e renda à população local.
<i>Período:</i>	O prazo de execução do projeto, a partir de seu início, não deve extrapolar 18 meses, a partir do início de seu cronograma de atividades. Em momento inicial da execução deste projeto, Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades e os limites da produção, vinculados às restrições da distribuição sazonal dos insumos.
<i>Descrição:</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Etapa de Diagnóstico: Realização de levantamento de informações, a partir de dados secundários, pesquisas de campo (visitas técnicas) e entrevistas em profundidade com informantes-chaves, relativas à produção, sazonalidade e comercialização do mel e seus derivados. Em paralelo, realização de articulação com parceiros estratégicos como Incaper, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura, Vigilância Sanitária, Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outros. Essa articulação será seguida de reunião na localidade com o objetivo de levantar a produção local, os principais desafios e oportunidades encontrados, com foco na sustentabilidade das ações no longo prazo. <p><i>O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, a partir do início do cronograma de atividades.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Etapa de Execução: elaboração de Plano de Trabalho específico para o acompanhamento e detalhamento das atividades de intensificação da apicultura no território, devendo conter:

- i) Delimitação do espaço físico para realização da atividade no Degredo.
- ii) Delimitação dos pontos específicos de instalação das caixas de abelha, a partir das restrições indicadas pela prática tradicional.
- iii) Definição do calendário das etapas de floradas no território.
- iv) Definição dos recursos humanos necessários ao apoio e acompanhamento dos fluxos.
- v) Discriminação dos produtos e subprodutos a serem considerados.
- vi) Construção conjunta do modelo de gestão da produção pelos comunitários.
- vii) Indicação dos instrumentos a serem mobilizados, para coleta e registro de informações.
- viii) Incorporação dos Requisitos de registros, impostos e obrigações legais e tributárias para registro, produção, estoque e comercialização.
- ix) Aquisição dos equipamentos de proteção individual e coletiva necessários (EPI e EPC), assim como identificação das normas técnicas de saúde e segurança no trabalho (SST).
- x) Definição de valores e necessidades de investimento, custeio, manutenção preditiva, contingências e incertezas.
- xi) Alinhamento com Câmara Técnica de Economia e Inovação.
- xii) Construção conjunta dos indicadores de monitoramento e avaliação dos resultados.

A Comissão de Atingidos e os demais moradores da comunidade serão consultados e envolvidos na construção conjunta dos itens, considerando o conhecimento que possuem do território.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 6 meses, a partir do término da atividade anterior.

- **Etapa de Assessoria à Produção:** a Fundação Renova viabilizará ela própria, ou por meio de consultoria contratada para tal, assessoria técnica do processo de intensificação da atividade de apicultura, bem como pela promoção de visitas técnicas dos comunitários a outros projetos similares, para aprendizado de novas tecnologias e trocas de know-how e de lições aprendidas. Ademais, deverá manter fluxo continuado de visitas estruturadas e periódicas à comunidade, como estratégia de gestão das atividades. Essa assessoria deverá ser prestada em todas as etapas do processo, garantindo a organização e gestão da produção, em termos de seu beneficiamento, rotulagem, aquisição de selo de procedência e escoamento para os mercados consumidores e parceiros identificados durante a etapa de planejamento.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, a partir do término da atividade anterior.

- **Etapa de Finalização:** a Fundação Renova deverá ela mesma, ou por meio de consultoria contratada para tal, elaborar em conjunto com a Comissão e sua assessoria técnica relatório final para apresentação das seguintes informações:

xiii) Capacidade e qualidade de produção.

xiv) Lista dos produtos e subprodutos.

xv) Dados econômicos e financeiros, tais como faturamento, lucratividade, projeções de fluxo de caixa, capital de giro necessário.

xvi) Parâmetros para a garantia da qualidade do produto dentro das normas técnicas, legais e higiene.

Depois de elaborado o Relatório Final, sumário executivo será apresentado à comunidade. Com base no conhecimento técnico já consolidado no Degredo, é possível que no curto prazo, máximo de um ano a partir do início efetivo das atividades, seja possível escoar a primeira safra de produção do mel e outros subprodutos da apicultura.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, em concomitância com a atividade anterior.

Caso esse projeto não obtenha sucesso efetivo em campo, seja por questões de ordem formal, impeditiva da liberação de algum documento, por exemplo, seja por questões de qualquer inviabilidade técnica, a ser identificada ao longo da construção do Plano de Negócio, a Fundação Renova conduzirá novo processo de levantamento de vocações e oportunidades, na finalidade de construir, em conjunto com os comunitários, alternativa substitutiva para a geração de trabalho e renda para o território.

Ressalta-se que será papel da Fundação Renova garantir o financiamento da atividade até que relatório e de avaliação e monitoramento desta atividade, a ser elaborado no âmbito do projeto de gestão dos processos, indique sua sustentabilidade econômica.

RETOMADA DAS ATIVIDADES DE AGRICULTURA FAMILIAR

Objetivo:	Fomentar o desenvolvimento da agricultura familiar no território do Degredo, com base na produção sustentável e de base comunitária, como alternativa à geração de trabalho e renda à população local e garantia de segurança e soberania alimentar.
Período:	O prazo de execução do projeto não deve extrapolar 36 meses, a partir do início de seu cronograma de atividades. Em momento inicial da execução deste projeto, Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades e os limites da produção, vinculados às restrições da distribuição sazonal dos insumos.
Descrição:	A viabilidade da retomada das atividades de agricultura familiar, que busquem garantir a soberania alimentar dos comunitários, está estritamente vinculada à liberação das restrições legais de uso do solo no território, como enfatizado ao longo do Estudo do Componente Quilombola. O projeto de fortalecimento da agricultura familiar do Degredo deve, portanto, vir acompanhado do mapeamento dos atuais usos do território, que busque levantar as áreas atualmente utilizadas pelos comunitários para hortas e criação de animais, as áreas ocupadas

pelas casas e demais benfeitorias, os locais de reserva legal entre os demais usos possíveis que se sobrepõe no território tradicional quilombola. Ao realizar esta pesquisa, ainda inédita no território, objetiva-se ressaltar quais os locais de fato disponíveis para uma ação de incentivo agricultura de base comunitária junto aos quilombolas.

Para tanto, a Fundação Renova fará uma intervenção em duas frentes: a) Pesquisa, mapeamento territorial e articulação institucional e; b) Apoio técnico para ações de retomada do manejo agrícola e fortalecimento de agricultura familiar.

Detalhadamente, no que tange ao primeiro eixo, a Renova elaborará:

- **Mapa de Restrições Legais:** com o intuito levantar e espacializar as diferentes formas de uso e ocupação do solo, que compõem o mosaico ambiental local, esse levantamento é fundamental para identificar as glebas que poderão ser futuramente aproveitadas para as atividades desenvolvidas pela comunidade (tais como manejo de mandioca, criações pecuárias, etc.), bem como identificar áreas com vocação para a conservação e restauração ambiental. Para a elaboração do Mapa de Restrições Legais serão utilizadas as cartas já existentes, contendo a delimitação do território, feitas em conjunto por especialistas e representantes da comunidade. Serão indicados, em mapa, os pontos de referência para a comunidade, tais como residências, casas, estrada, etc., também já identificados junto com os moradores. Usando dispositivo GPS Garmin Etrex 20 e mapas com referências, a equipe de campo será designada para percorrer o território identificando locais com restrições legais para a ocupação, sobretudo faixas de APP e remanescentes de Mata Atlântica e Restinga. Também, deverão ser delimitados através de GPS os locais de maior interesse para a realização de atividades pela comunidade, em especial para o manejo e fabricação de produtos da mandioca, sempre em locais sem restrição de uso em consonância com o já descrito acima. Os dados dessa campanha de campo serão processados em escritório, onde será construído o Mapa. O produto dessa atividade identificará o atual mosaico formado pelas glebas ocupadas nas áreas, com as diversas formas de uso, identificando as restrições para a ocupação em consonância com a legislação ambiental. Servirá como ferramenta de planejamento das diferentes formas de uso e ocupação do solo pretendidas pela comunidade e será documento privilegiado que credenciará o pleito da Comissão de Atingidos para liberação das restrições legais, em consonância com o interesse da comunidade.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, a partir do início do seu cronograma de atividades.

Em relação ao segundo eixo, “Apoio técnico para ações de retomada do manejo agrícola e fortalecimento de agricultura familiar”, detalha-se que uma das formas de assegurar o consumo alimentar adequado aos comunitários, num espectro de longo prazo, é por meio do incentivo à produção agrícola, com foco nas hortas e quintais, assim como a produção de animais em pequena escala. Objetiva favorecer a autonomia das mulheres, tradicionalmente as principais responsáveis pela gestão dos alimentos domésticos, além diminuir o êxodo e as migrações forçadas, e viabilizar alternativas de geração de renda. Para tal, a ação divide-se nas seguintes atividades:

- **Etapa de Diagnóstico:** Realização de levantamento de informações, a partir de dados secundários, pesquisas de campo (visitas técnicas) e entrevistas em profundidade com informantes-chaves, relativas à produção, sazonalidade e comercialização, bem como, a articulação com parceiros estratégicos como Incaper, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura, Vigilância Sanitária, Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outros. A partir do engajamento do Poder Público Municipal, por exemplo, será apresentado o atual cardápio utilizado nas escolas, para que os produtores enxerguem as oportunidades atuais e levantada a possibilidade de implementação ou ampliação dos programas citados, em parceria com a prefeitura. Essa articulação será seguida de reunião na localidade com o objetivo de levantar a produção local, os principais desafios e oportunidades encontrados, que devem considerar programas tradicionais como o PNAE, PAA e criação de alternativas de comercialização como a Feira do Produtor Rural, o Programa Vale-Feira, grupos de compras coletivas, entre outros, com foco na sustentabilidade das ações no longo prazo.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, a partir do término da atividade anterior.

- **Etapa de Planejamento Estratégico:** realização de reuniões com lideranças do Degredo, e demais stakeholders relevantes para o processo, com o objetivo de desenvolver as ações necessárias em eixos estratégicos, como: a) produção, b) assistência técnica e extensão rural; c) comercialização; d) logística, e) estrutura necessária, entre outros, para que se consolide a agricultura familiar e sua comercialização em Linhares e região, a partir do Degredo. Nessa etapa será mapeado como cada parceiro poderá ser engajado no Plano, podendo ser desenvolvidas parcerias para sua execução.
- **Etapa de Articulação Técnica:** com os órgãos de extensão e desenvolvimento rural do Espírito Santo, como a Incaper e as secretarias municipais, no intuito de capacitar os comunitários para processo de manejo sustentável do território.
- **Etapa de Articulação Institucional:** com os órgãos de extensão e desenvolvimento rural do Espírito Santo, como a Incaper, as secretarias municipais e a própria Fundação Renova, por meio das expertises acumuladas em outros programas em execução, no intuito de informar e orientar os moradores a acessar linhas de crédito para agricultores familiares, como o PRONAF.
- **Etapa de Articulação Governamental:** com atenção especial para as localidades de Pontal do Ipiranga, Povoação e Linhares, no intuito de criar estratégia de aquisição de alimentos produzidos localmente para as escolas públicas locais.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 6 meses, a partir do término da atividade anterior.

- **Etapa de Distribuição de mudas e sementes:** de espécies que sejam adaptáveis às condições geográficas e climáticas locais, com atenção às PANCS (plantas alimentícias não convencionais) que compõem os hábitos alimentares quilombolas e, em consonância os hábitos de consumo das escolas públicas de Linhares e de outros potenciais agentes compradores mapeados na etapa de diagnóstico.

	<p>O período previsto para a execução desta atividade é de até 1 meses, a partir do término da atividade anterior.</p> <p>Caso esse projeto não obtenha sucesso efetivo em campo, seja por questões de ordem formal, impeditiva da liberação de algum documento, por exemplo, seja por questões de qualquer inviabilidade técnica, a ser identificada ao longo da construção do Plano de Negócio, a Fundação Renova conduzirá novo processo de levantamento de vocações e oportunidades, na finalidade de construir, em conjunto com os comunitários, alternativa substitutiva para a geração de trabalho e renda para o território.</p> <p>Ressalta-se que será papel da Fundação Renova garantir o financiamento da atividade até que ela seja autossustentável, o que deverá ser comprovado por meio de relatórios e pesquisas com periodicidade a ser definida de acordo com o ciclo da atividade produtiva.</p>
--	--

IMPLEMENTAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DE BENEFICIAMENTO E COMÉRCIO DAS POLPAS DE FRUTAS TÍPICAS DA REGIÃO DO DEGREDO

<p>Objetivo:</p>	<p>Fomentar o desenvolvimento de cadeia produtiva de beneficiamento e comércio de polpas de frutas típicas do território do Degredo, com base na produção sustentável e de base comunitária, como alternativa à geração de trabalho e renda à população local.</p>
<p>Período:</p>	<p>O prazo de execução do projeto não deve extrapolar 48 meses, a partir do início de seu cronograma de atividades. Em momento inicial da execução deste projeto, Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades e os limites da produção, vinculados às restrições da distribuição sazonal dos insumos.</p>
<p>Descrição:</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Etapa de Mapeamento: realização de pesquisa censitária para levantamento e mapeamento das árvores frutíferas existentes no território, no intuito de identificar as espécies com potencial de atração de abelhas no território e entorno, por meio de levantamento quantitativo e qualitativo realizado <i>in loco</i>. Tal interesse baseia-se na necessidade de se entender o suporte do ambiente, representado pela ocorrência das árvores frutíferas, para a realização da apicultura e produção melífera, na interface com a atividade anterior. Em paralelo, e principalmente, é intuito do Censo a identificação e levantamento quali-quantitativo de espécimes frutíferas nativas com interesse para a produção comercial de polpas de frutas congeladas. O resultado do levantamento, para além da rotina de campo, será materializado em relatório de pesquisa que contemplará: <ol style="list-style-type: none"> i) identificação e georreferenciamento das espécies frutíferas; ii) análise quali-quantitativa de espécimes frutíferas atrativas para abelhas, avaliando o seu suporte para a realização de apicultura e produção melífera; iii) análise quali-quantitativa de espécies frutíferas que possam ser utilizadas para a produção de polpas de frutas nativas congeladas, com potencial comercial; iv) avaliação da distribuição espacial e vinculação dos os resultados ao potencial de geração de renda da produção de polpas.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, a partir do início do cronograma de atividades.

- **Etapa de Diagnóstico:** Realização de levantamento de informações, a partir de dados secundários, pesquisas de campo (visitas técnicas) e entrevistas em profundidade com informantes-chaves, relativas à produção, sazonalidade e comercialização das frutíferas. Em paralelo, realização de articulação com parceiros estratégicos como Incaper, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura, Vigilância Sanitária, Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, entre outros. A partir do engajamento do Poder Público Municipal, por exemplo, será apresentado o atual cardápio utilizado nas escolas, para que os produtores enxerguem as oportunidades atuais e levantada a possibilidade de implementação ou ampliação dos programas citados, em parceria com a prefeitura. Essa articulação será seguida de reunião na localidade com o objetivo de levantar a produção local, os principais desafios e oportunidades encontrados, que devem considerar programas tradicionais como o PNAE, PAA e criação de alternativas de comercialização como a Feira do Produtor Rural, o Programa Vale-Feira, grupos de compras coletivas, entre outros, com foco na sustentabilidade das ações no longo prazo.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, a partir do término da atividade anterior.

- **Etapa de Execução:** elaboração de Plano de Negócio específico para o operacionalização e gestão das atividades de desenvolvimento de cadeia produtiva de beneficiamento e comércio de polpas de frutas típicas no território, devendo conter:
 - v) Contratação de consultoria especializada para redação de projeto de espaço físico necessário para as fases de implantação, com enfoque especial no aproveitamento do espaço já existente no Degredo, destinado à fábrica de biscoitos.
 - vi) Articulação com organização acreditada na condução de curso de aprendizado e reciclagem sobre o manejo de frutas para que os quilombolas possam executar as atividades de colheita, beneficiamento, envasamento e distribuição.
 - vii) Definição do público-alvo e estabelecimento de parcerias com possíveis clientes e ou distribuidores (sorveterias, lanchonetes, bares e restaurantes).
 - viii) Indicação dos recursos humanos necessários para o funcionamento do negócio.
 - ix) Definição de valores de investimento, custeio, manutenção preditiva, contingências e incertezas.
 - x) Identificação dos equipamentos de proteção individual e coletiva necessários (EPI e EPC), assim como identificação das normas técnicas de saúde e segurança no trabalho (SST).
 - xi) Registro junto aos órgãos governamentais e entidades competentes de vias legais e de tributos.

xii) Criação de logomarca e embalagens.

xiii) Construção conjunta de ferramenta para monitoramento e avaliação dos processos e para garantias da qualidade do futuro produto.

A Comissão de Atingidos e os demais moradores da comunidade deverão ser consultados e envolvidos para a construção conjunta dos itens, considerando o conhecimento que possuem do território.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 12 meses, a partir da conclusão da etapa anterior.

- **Etapade Finalização:** a Fundação Renova deverá ela mesma, ou por meio de consultoria contratada para tal, elaborar em conjunto com a Comissão de Atingidos relatório final para apresentação das seguintes informações:

xiv) Capacidade e qualidade de produção.

xv) Lista dos produtos e subprodutos.

xvi) Dados econômicos e financeiros, tais como faturamento, lucratividade, projeções de fluxo de caixa, capital de giro necessário.

xvii) Parâmetros para a garantia da qualidade do produto dentro das normas técnicas, legais e higiene.

Depois de elaborado o Relatório Final, sumário executivo será apresentado à comunidade, em reunião com formato de audiência pública, para devolutiva acerca dessas intervenções.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, a partir da conclusão da etapa anterior.

Caso esse projeto não obtenha sucesso efetivo em campo, seja por questões de ordem formal, impeditiva da liberação de algum documento, por exemplo, seja por questões de qualquer inviabilidade técnica, a ser identificada ao longo da construção do Plano de Negócio, a Fundação Renova conduzirá novo processo de levantamento de vocações e oportunidades, na finalidade de construir, em conjunto com os comunitários, alternativa substitutiva para a geração de trabalho e renda para o território.

Ressalta-se que será papel da Fundação Renova garantir o financiamento da atividade até que ela seja autossustentável, o que deverá ser comprovado por meio de relatórios e pesquisas com periodicidade a ser definida de acordo com o ciclo da atividade produtiva.

INCENTIVO AO TURISMO ECOLÓGICO-CULTURAL

Objetivo:	Fomentar o desenvolvimento do turismo ecológico-cultural no território do Degredo, com base na produção sustentável e de base comunitária, como alternativa de geração de trabalho e renda para os comunitários.
Período:	O prazo de execução do projeto não deve extrapolar 60 meses, a partir do início de seu cronograma de atividades. Em momento inicial da execução deste projeto, Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades e os limites da produção, vinculados às restrições da distribuição sazonal dos insumos.
Descrição:	<ul style="list-style-type: none">• Etapa de Diagnóstico: Realização de levantamento de informações, a partir de dados secundários, pesquisas de campo e entrevistas, relativas à produção, sazonalidade e comercialização, bem como, a articulação com parceiros estratégicos como Observatório do Turismo do Estado do Espírito Santo, Secretaria de Estado de Turismo, Prefeitura Municipal de Linhares, entre outros. Esta articulação será seguida de reunião na localidade com o objetivo de levantar conteúdo para auxiliar a elaboração de ações de integração à política pública do turismo e, assim, contribuir para o desenvolvimento do setor de forma estratégica no território. <p><i>O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, a partir do início do cronograma de atividades.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Etapa de Planejamento: elaboração de Plano de Negócio específico para acompanhamento e detalhamento das atividades de incentivo ao turismo ecológico no território, devendo conter:<ul style="list-style-type: none">i) Mapeamento dos atrativos turísticos do Degredo, sejam eles naturais ou etno-culturais.ii) Mapeamento dos circuitos turísticos existentes no Estado, das quais a rota do Degredo possa vir a tomar parte.iii) Mapeamento de ações do poder público municipal com as quais a proposta de rota turística do Degredo possa ser articulada.iv) Definição do perfil de turista que será captado.v) Definição da capacidade de recebimento de visitas.vi) Integração do cenário mapeado no Degredo, aos requisitos e orientações dispostos na Cartilha de Orientação para Gestão Municipal do Turismo, de autoria da SETUR-ES.vii) Realização de visitas técnicas à Secretária de Turismo municipal e estadual, com o objetivo de estabelecer parceria para a aquisição de <i>know how</i>.viii) Definição de valores de custeio, investimento e manutenção dos pontos de apoio e dos pontos turísticos.ix) Definição de valores de investimento, custeio, manutenção preditiva, contingências e incertezas.

- x) Construção de *Plano de Comunicação* e divulgação do turismo local, que incluirá a identificação das vias de acesso e de suas condições de rodagem.
- xi) Elaboração de mapa e/ou guia com as informações turísticas da região, com destaque para os atrativos do Degredo.
- xii) Elaboração de *Carta de Princípios* para fomento do turismo local.
- xiii) Identificação de todos os requisitos de registros, impostos e obrigações legais e tributárias necessários para registro, implantação e manutenção da atividade de turismo.
- xiv) Construção conjunta de ferramenta para monitoramento e avaliação dos processos e para garantias da qualidade do futuro serviço.
- xv) Articulação de parceria com instituição acreditada para condução de processo de capacitação de jovens e adultos, a fim de exercerem as atividades de guia turístico, de hospedagem compartilhada e de demais atividades corretas ao estabelecimento da cadeia turística no território.
- xvi) Viabilização da instalação de *Centro de Atendimento ao Visitante* em prédio já existente, ou vinculado à *Casa da Tradição do Degredo*, previsto no projeto de cultura integrante deste volume.

A Comissão de Atingidos e os demais moradores da comunidade deverão ser consultados e envolvidos para a construção conjunta dos itens, considerando o conhecimento que possuem do território. Destaca-se, ainda, a necessidade de se estabelecer vinculação deste planejamento com a *Agenda Cultural* da comunidade, a ser elaborada a partir do *Inventário de Bens Culturais do Degredo*. Requisita-se que mulheres e jovens da comunidade sejam público privilegiado a serem engajados nas capacitações e oportunidades de trabalho a serem geradas por ocasião da implementação desse projeto.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 60 meses, sendo esse tempo ajustado à evolução da execução das ações previstas.

Caso esse projeto não obtenha sucesso efetivo em campo, seja por questões de ordem formal, impeditiva da liberação de algum documento, por exemplo, seja por questões de qualquer inviabilidade técnica, a ser identificada ao longo da construção do Plano de Negócio, a Fundação Renova conduzirá novo processo de levantamento de vocações e oportunidades, na finalidade de construir, em conjunto com os comunitários, alternativa substitutiva para a geração de trabalho e renda para o território.

Ressalta-se que será papel da Fundação Renova garantir o financiamento da atividade até que ela seja autossustentável, o que deverá ser comprovado por meio de relatórios e pesquisas com periodicidade a ser definida de acordo com o ciclo da atividade produtiva.

PONTOS DE ATENÇÃO

Para a realização das ações de reparação e compensação referentes ao tema *Socioeconomia e Empreendedorismo*, deve-se atentar aos seguintes elementos associados:

Indicadores e Metas

Um dos principais entendimentos obtidos, entre H&P e comunidade, ao longo da realização do Grupo de Trabalho: Socioeconomia e Empreendedorismo foi o acordo em torno da necessidade de execução das várias atividades em espaços distintos, no tempo. Disso emergiu a noção de que as ações podem ser de curto prazo (até 1 ano), médio prazo (até 3 anos), longo prazo (até 5 anos) e é fundamental que a evolução das ações e atividades elencadas reflitam os benefícios esperados, de modo a embasar a proposição dos objetivos e o caminho para o alcance deles. No entanto, é precipitado estabelecer de antemão metas vinculadas a marcos temporais, sem que os parâmetros de execução previstos nesse escopo sejam amplamente compartilhados e suficientemente entendidos pelos comunitários, particularmente pelas lideranças. Sendo assim, na oportunidade de construção em campo dos entendimentos e acordos com a comunidade, no âmbito do Programa de Gestão do Território, se estabelecerão de maneira mais acurada, e principalmente de maneira consensuada, metas mais adequadas, porque mais factíveis de avaliação de desempenho em torno da execução deste Programa. As ações de retomada das atividades produtivas, e de fortalecimento das fontes tradicionais de geração de renda, terão planos de ação específicos, a serem elaborados em momento imediatamente posterior à validação deste documento.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades é parte fundamental da concepção do PBAQ. O entendimento de seu conteúdo é impreterível para a plena noção do momento de execução das atividades nele previstas e do tempo de duração de cada uma delas. Ao longo da tabela disposta abaixo, o leitor perceberá que alguns conjuntos de atividades são hierárquicos, ou seja, o início da atividade subsequente depende impreterivelmente do término da atividade anterior. Em outras oportunidades será possível perceber a ocorrência de atividades simultâneas, independentes. O mais importante de ser apreendido com a leitura do cronograma, disposto ao longo da tabela abaixo, são as legendas gráficas dispostas nas células. Cada uma das legendas, indica uma possibilidade de ocorrência para as atividades

que merecem atenção especial, para o amplo entendimento acerca do fluxo de execução das atividades em campo. As legendas e seus respectivos significados são as seguintes:

Preenchimento liso: Significa que a atividade será executada no exato instante de sua previsão.

Traços horizontais e verticais (quadriculados): Significa que a atividade se inicia no marco identificado e tem previsão de duração até o marco final. Mas pode terminar a qualquer momento, nesse período, viabilizando o início imediato da atividade subsequente.

Cada ação, e seu respectivo conjunto de atividades, terá momento de início distinto. Na oportunidade de elaboração dos Planos de

Trabalho, a Comissão de Atingidos indicará quais serão as atividades prioritárias, a serem executadas em campo, e qual a ordem das atividades, enfileiradas pelo momento de execução. Isso interfere diretamente no entendimento da leitura do cronograma. Não significa que, sendo o PBAQ validado na consulta de 23/02/19 próximo, seu cronograma se inicia de imediato. Os tempos de duração das atividades só começam a ser contados quando a comunidade indica seu início. Um exemplo. Suponhamos que a atividade de articulação técnica seja indicada para começar em junho de 2019, conforme solicitação da Comissão. Nesse exemplo, então, o mês 1 do ciclo de monitoramento será junho,

no cronograma; o mês 6 será dezembro e o mês 9 será março, subsequentemente. Nesse exemplo, a atividade tem período previsto para duração de 3 meses. Mas, se por qualquer razão, todos os encaminhamentos forem possível de se dar em 45 dias, por exemplo, a atividade será finalizada e o cronograma passará para a linha de baixo, iniciando-se a próxima atividade prevista.

Importa ao leitor, portanto, estar atento ao momento de início das atividades, ao tempo de duração dessas e às vinculações (legendas) a que elas se submetem para o completo entendimento do cronograma disposto a seguir

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 1 / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<i>Projeto 4. Etnodesenvolvimento e Segurança Alimentar</i>												
<i>Eixo Intensificação da Apicultura no Território</i>												
Etapa de Diagnóstico												
Entrega do Plano de Negócios da Apicultura												
Etapa de Execução												
Etapa de Assessoria à Produção												
Etapa de Finalização												

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 1 / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<i>Eixo Retomada das Atividades de Agricultura Familiar</i>												
Mapa de Restrições Legais												
Etapa de Diagnóstico												
Entrega do Plano de Negócios da Agricultura Familiar												
Etapa de Planejamento Estratégico												
Etapa de Articulação Técnica												
Etapa de Articulação Institucional												
Etapa de Articulação Governamental												
Etapa de Distribuição de mudas e sementes												

ATIVIDADE PREVISTA	ANO 1 / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
<i>Eixo Cadeia Produtiva das Frutíferas</i>												
Etapa de Mapeamento												
Etapa de Diagnóstico												

Entrega do Plano de Negócios da Cadeia Produtiva das Frutíferas

Etapa de Execução



ATIVIDADE PREVISTA

ANO 2 / Mês do Cronograma

13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24

Etapa de Execução



Etapa de Finalização da Cadeia Produtiva das Frutíferas



Eixo Incentivo ao Turismo Ecológico-Cultural

ATIVIDADE PREVISTA

ANO 1 / Mês do Cronograma

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12

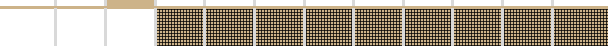
Etapa de Diagnóstico



Entrega do Plano de Negócios do Turismo



Etapa de Planejamento

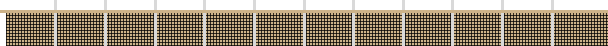


ATIVIDADE PREVISTA

ANO 2 / Mês do Cronograma

13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24

Etapa de Planejamento

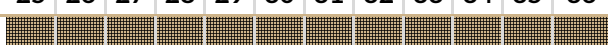


ATIVIDADE PREVISTA

ANO 3 / Mês do Cronograma

25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36

Etapa de Planejamento

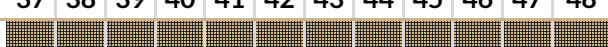


ATIVIDADE PREVISTA

ANO 4 / Mês do Cronograma

37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48

Etapa de Planejamento

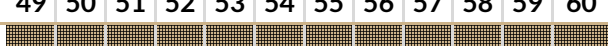


ATIVIDADE PREVISTA

ANO 5 / Mês do Cronograma

49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60

Etapa de Planejamento



AÇÕES TRANSVERSAIS

GESTÃO TERRITORIAL E PROCESSOS INTEGRADOS

A “chegada da lama” ao litoral de Linhares, proveniente da barragem de Fundão, causou a interrupção da dinâmica de transmissão intergeracional e intergênero dos saberes e fazerem do Degredo; com isso, ficaram fragilizadas as relações sociais e, com elas, notadamente as associativas. A atuação da Fundação Renova no território traz, inerente, o acirramento de conflitos latentes e geram um déficit da capacidade de os moradores, e principalmente das lideranças locais, de equacionarem todas as demandas por acesso à bens, serviços ou mesmo aos recursos da reparação.

A partir dos resultados consolidados ao longo da execução deste *Plano Básico Ambiental Quilombola*, espera-se dar corpo às atividades de reparação e compensação dos impactos causados à Comunidade do Degredo. Embora os esforços de construção conjunta, realizados durante as reuniões dos quatro grupos de trabalho, constituam passo de grande importância para a comunidade, sua elaboração, por si só, não garante o alcance dos objetivos estabelecidos, devendo ser dada atenção ao momento de execução dos projetos aqui apresentados. Por esse motivo, propõe-se o desenvolvimento de ações de acompanhamento, controle, avaliação e continuidade das atividades previstas.

Nesse contexto, a *Gestão Integrada dos Processos* tem como papel desenvolver ações coordenadas e estruturantes, na perspectiva da integração, previstas nos diferentes programas constantes do PBAQ, sendo instrumento de caráter dinâmico, que visa a dar efetividade ao que fora proposto.

Para tanto, a *Gestão Territorial* parte de algumas premissas:

- Deve ser um instrumento feito pelos os quilombolas, para os quilombolas, segundo

suas aspirações e visões de futuro, com a coautoria e o apoio da Fundação Renova, do Estado e de parceiros da sociedade civil.

- Deve ser um garantidor da consonância dos projetos a serem colocados em prática com o ordenamento jurídico nacional, seguindo e respeitando as normas vigentes, consideradas as especificidades das comunidades tradicionais.
- Deve objetivar a sustentabilidade das ações propostas no PBAQ, considerando os aspectos socioculturais, econômicos, políticos e ambientais do território, no sentido de atender às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras também atenderem às suas próprias necessidades.
- Deve ser o responsável pela negociação de acordos internos e externos, construindo canais de diálogo com o Estado, com a Fundação Renova e com demais organizações da sociedade civil, criando articulações e arranjos institucionais que contribuam para o processo de etnodesenvolvimento e sustentabilidade da comunidade do Degredo.

De forma adicional, as atividades aqui descritas buscam garantir o protagonismo da comunidade quilombola, permitindo sua efetiva participação e o exercício do controle social em todas as etapas relativas ao PBAQ, em respeito às disposições de normativas nacionais e internacionais, em especial, à Convenção N°

169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, objetiva estabelecer a adequação das ações ao contexto local, ampliando o alcance dos resultados, com base na promoção da autonomia e do fortalecimento comunitário.

ESCOPO DE AÇÕES

Considerando tais orientações, foi definida proposta inicial de ações a serem implementadas pela Fundação Renova, no Degredo, para gestão territorial e integração dos processos que compõem o PBAQ. As atividades aqui descritas são fruto da interlocução permanente entre as equipes

envolvidas na elaboração do ECQ e do presente PBAQ com a comunidade quilombola e com a CT-IPCT, bem como da incorporação de normativas e diretrizes relacionadas aos povos e comunidades tradicionais ao processo de reparação vivido no território.

OBJETIVOS

As ações delineadas para o tema de Gestão Territorial e Processos Integrados têm como objetivos garantir a adequada e efetiva implementação das ações propostas pelo

PBAQ e permitir a ampla oportunidade de controle social pelos atingidos, gerando autonomia à comunidade e sustentabilidade às ações de reparação e compensação.

DETALHAMENTO DAS AÇÕES

As atividades a serem implementadas neste eixo, são apresentadas a seguir:

CAPACITAÇÃO DE LIDERANÇAS QUILOMBOLAS

<i>Objetivo:</i>	Promover o compartilhamento de informações e a troca de saberes e experiências para fortalecer a autonomia da comunidade, sua capacidade de atuação sociopolítica para a gestão dos processos, e a sustentabilidade das ações de reparação a serem implementadas em campo.
<i>Período:</i>	A gestão dos processos ocorrerá ao longo de toda a vigência deste PBAQ. Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades.
<i>Descrição:</i>	A capacitação de lideranças quilombolas envolve a implementação de duas frentes de trabalho: <ul style="list-style-type: none">• Formação Comunitária: condução de sessões específicas de formação de lideranças quilombolas, em assuntos ligados à reparação e compensação dos impactos, bem como à organização sociopolítica da comunidade, com o objetivo de fortalecer sua capacidade de conduzir, com autonomia, os processos em que estão envolvidas. Inicialmente, sugere-se que sejam contempladas temáticas como: (a) direitos sociais, políticas públicas, instituições políticas e territorialidade quilombola; (b) proteção do patrimônio cultural; (c) desenvolvimento local e qualidade de vida; (d) participação e controle social; e)

associativismo; f) elaboração de projetos. Em todas elas, o objetivo será formar agentes sociais para que possam ser disseminadores políticos da garantia de seus direitos e, com isso, contribuir para o fortalecimento da representatividade quilombola. É desejável que a formação seja construída e planejada em conjunto com instituições responsáveis pela proteção de comunidades quilombolas, em especial, a *Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)*, a *Fundação Cultural Palmares (FCP)*; a *Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)* e o *Conselho Regional de Comunidades Quilombolas*, bem como com a assessoria técnica escolhida para acompanhar os atingidos. Além disso, é importante que as próprias lideranças comunitárias sejam envolvidas, na perspectiva de contribuir para o direcionamento e enfoque das temáticas, bem como de validar as propostas de capacitação construídas. As sessões devem ser realizadas na própria comunidade e/ou por meio de visitas técnicas para troca de experiências e saberes junto a outros grupos. Seu público-alvo deve envolver lideranças comunitárias reconhecidas pela comunidade e articuladoras dos processos em curso no âmbito da reparação e compensação dos impactos. Jovens e mulheres serão público alvo privilegiados para a mobilização e engajamento de novas lideranças do Degredo. Devem adotar metodologia de formação horizontal, como foco na troca experiências e conhecimentos em relação de complementariedades.

Esta atividade deverá ser realizada ao longo de toda a vigência deste PBAQ.

- **Acompanhamento e Suporte Técnico-Antropológico:** ao longo de todo o processo de implementação deste PBAQ, será mantido acompanhamento por parte de profissional designado pela Fundação Renova, cuja indicação deverá ser validada pela comunidade, com formação em Antropologia e ampla experiência no trabalho com povos e comunidades tradicionais. Tal escolha se deve ao fato de a Antropologia acumular conhecimentos e práticas em diálogo com diferentes atores e instâncias, voltados aos processos de reconhecimento e proteção de direitos de povos e comunidades tradicionais, necessários no atual momento que vive a comunidade do Degredo. Espera-se que esse profissional possa manter presença constante no território, em interlocução sistemática com suas lideranças e com os demais comunitários, prestando apoio indiscriminado aos atingidos nas ações de reparação e compensação na comunidade, bem como nos demais processos em que a comunidade está envolvida. Dessa forma, será papel desse profissional disponibilizar informações à comunidade, favorecer a compreensão mútua em torno das atividades em curso no território, acompanhar a comunidade nas etapas relacionadas ao seu fortalecimento institucional e de organização representativa; por fim, prestará orientações demandadas pelos próprios comunitários.

Esta atividade deverá ser realizada ao longo de toda a vigência deste PBAQ.

MONITORAMENTO E GESTÃO DAS AÇÕES DO PBAQ

Objetivo:	Acompanhar e controlar a implementação das ações previstas no PBAQ, mensurando seus resultados, bem como possibilitar informações para a revisão periódica do Plano e correção de rumos, visando à efetiva superação dos danos gerados à Comunidade.
Período:	A gestão dos processos ocorrerá ao longo de toda a vigência deste PBAQ. Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades.
Descrição:	<p>Para realização do monitoramento e gestão das ações do PBAQ, três macro atividades deverão ser implementadas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Construção do Plano de Monitoramento: inicialmente, será elaborado Plano de Monitoramento específico para orientar as ações de acompanhamento da implementação do PBAQ. O plano sistematizará e descreverá as atividades, indicadores e metas necessárias para garantir a avaliação sobre o andamento e os resultados do processo. Para tanto, além de informações técnicas sobre o monitoramento, contemplará expectativas dos comunitários ante a evolução das informações relevantes sobre as ações a serem implementadas. Esta etapa também elaborará o fluxo de coleta, verificação e consolidação dos dados e indicadores, atribuindo responsabilidades e cronogramas. <i>O período previsto para a execução desta atividade é de até 3 meses, sendo esses necessariamente os três primeiros meses de execução deste PBAQ.</i>• Monitoramento da Implementação do PBAQ: ao longo de todo o período de implementação do PBAQ, será realizado o monitoramento de suas ações, de modo a coletar, sistematizar e atualizar as informações pertinentes, com destaque para os indicadores e metas. Os resultados apurados serão apresentados em relatórios periódicos. Além disso, serão mantidos espaços de interlocução com lideranças locais e demais comunitários, a partir de metodologias adequadas ao contexto local, para discussão, construção coletiva de entendimentos e troca de experiências acerca dos resultados obtidos nas comunidades, permitindo a avaliação estratégica das ações necessárias a serem realizadas. <i>Esta atividade deverá ser realizada ao longo de toda a vigência deste PBAQ, a partir da construção do Plano de Monitoramento.</i>• Apoio à Gestão e Autonomia dos Atingidos: será prestado apoio às lideranças e representantes dos moradores do Degredo para interlocução e tomada de decisões acerca de suas perspectivas quanto ao processo reparatório. Essa atividade terá como foco garantir que a avaliação da comunidade sobre o andamento e resultado das ações implementadas possa ser qualificada e sistematizada enquanto entendimento comum dos moradores, bem como possa ser levada à consideração por parte da Fundação Renova, contribuindo para a adequação das ações delineadas para a reparação e compensação no Degredo. Além disso, espera-se que esse processo possa permitir a atualização do PBAQ, adequando-o às mudanças de contexto e novas realidades da reparação e compensação. <i>Esta atividade deverá ser realizada ao longo de toda a vigência deste PBAQ, a partir da construção do Plano de Monitoramento.</i>

DIÁLOGO, PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Objetivo:	Criar, manter e fomentar espaços de interlocução entre a Comunidade do Degredo, a Fundação Renova e demais partes interessadas, para fins de diálogo permanente, participação e controle social entre as partes, e afim garantir o protagonismo da população atingida no processo de reparação e compensação.
Período:	A gestão dos processos ocorrerá ao longo de toda a vigência deste PBAQ. Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades.
Descrição:	<ul style="list-style-type: none">• Relacionamento Permanente com a Fundação Renova: manutenção dos espaços de interlocução permanente entre a Fundação Renova e a comunidade do Degredo, para disponibilização de informações, esclarecimento de dúvidas, recebimento de demandas, entre outros. Para tanto, serão utilizadas diferentes estratégias, por meio de ações coletivas e individualizadas, que permitam o relacionamento entre as partes, tais como reuniões comunitárias, assembleias e visitas a famílias específicas. Entre elas, é desejável:<ul style="list-style-type: none">○ <i>Reunião com Lideranças:</i> manutenção de uma agenda periódica e sistemática de diálogo junto às lideranças comunitárias, para fins de diálogo sobre a reparação e compensação na comunidade.○ <i>Grupos de Trabalho:</i> os GTs constituídos no âmbito da construção do PBAQ se mostraram frutíferos em termos do envolvimento comunitário e profícuos quanto à qualidade dos resultados construídos naquela oportunidade. Espera-se que, no atual contexto, sejam mantidas suas atividades e organização, em caráter permanente, reunindo lideranças formais da comunidade, comunitários com notório saber nas pautas colocadas e, eventualmente, especialistas em tópicos, para acompanhamento e construção conjunta das ações em seus respectivos temas.○ <i>Diálogo Direto:</i> o relacionamento entre as partes também teve formatos descentralizados, por meio do contato frequente e direto com os comunitários, como forma de garantir a escuta qualificada a demandas e questionamentos sobre as ações em curso. Para tanto, serão direcionadas atividades de diálogo, de caráter individualizado, que permita a interlocução com integrantes da comunidade, para entendimento e tratativas de questões particularizadas. <p><i>Esta atividade deverá ser realizada ao longo de toda a vigência deste PBAQ.</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Participação e Controle Social: a Participação e o Controle Social destacam-se como processos orientadores da atuação da Fundação Renova, tendo em vista as suas responsabilidades e a relação entre a instituição e as demais partes vinculadas ao trabalho de reparação e compensação, notadamente a população impactada. A Participação Social consiste em procedimentos que buscam assegurar que as partes interessadas possam contribuir para a definição, detalhamento e tomada de decisões acerca dos programas e projetos da Fundação Renova, direcionando as prioridades e rumos das ações de reparação e compensação. O Controle Social, por sua vez, permite acompanhar e avaliar o andamento das ações realizadas. Considerando a necessidade de garantir o protagonismo da população atingida e respeitar os direitos a autodeterminação da comunidade, durante todo o processo de detalhamento, implementação e acompanhamento das ações, serão promovidas atividades que garantam o efetivo envolvimento da população atingida, por meio de estratégias coletivas e individualizadas,

para assegurar o exercício da participação e do controle social. Para tanto, serão observadas normativas e regulamentações específicas relacionadas aos povos e comunidades tradicionais, especialmente quanto à necessidade de consulta livre, prévia e informada à população, bem como àquelas diretamente relacionadas ao processo de reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, notadamente o TAC Governança.

Esta atividade deverá ser realizada ao longo de toda a vigência deste PBAQ.

SEDE ADMINISTRATIVA DA COMISSÃO DE ATINGIDOS E ASSOCIAÇÕES LOCAIS

Objetivo:	Mediar o processo de construção de prédio que tenha como principais focos: fortalecer os vínculos sociais comprometidos pela “chegada da lama”, reconstituir aqueles rompidos e impulsionar o associativismo local, como uma ação afirmativa para a garantia dos direitos da comunidade quilombola e como medida de fortalecimento de sua atuação socio-política e institucional na região.
Período:	O prazo de execução do projeto não deve extrapolar 12 meses, a partir do início de seu cronograma. Em momento inicial de sua execução, Plano de Ação específico será elaborado junto com a comunidade que definirá, principalmente, o momento de início das atividades, dentre outros pormenores do fluxo representado pelas atividades que virão em sequência.
Descrição:	<p>A construção da sede administrativa para a Comissão de Atingidos e para as associações locais foi ideia que partiu da CT-IPCT como iniciativa de promoção e fortalecimento da autonomia da comunidade, diante dos impactos sofridos, e principalmente diante das necessidades de articulação sócio-política que o próprio processo de reparação trouxe para o território, inerentemente. Faz-se necessário, portanto, que os locais tenham espaço adequado para esse trabalho rotineiro de acompanhamento e monitoramento das ações dispostas ao longo deste PBAQ</p> <p>O projeto que engloba a construção de Sede Administrativa para a Comissão de Atingidos e Demais Associações é composto por duas ações, desdobráveis em quatro atividades. A primeira delas é o planejamento de seu espaço e finalidades; e a segunda, a própria construção do equipamento. A proposta será viabilizada a partir das seguintes atividades:</p> <p>Etapa de Planejamento da Obra: Serão realizadas reuniões com as partes envolvidas no processo, Comissão de Atingidos, Asperqd e Amprod, prioritariamente, além de outras associações representativas do território para definição em torno da necessidade de construção de novo prédio para essa finalidade específica, ou da viabilidade de adequação de espaço existente, como o CIC, ou pré-existente, como a Casa da Tradição, para disponibilizar salas que abrigarão as atividades administrativas da Comissão de Atingidos e das demais Associações Locais.</p> <p>Etapa de Construção/Adequação da Sede: Inicia-se a construção da obra, seja de novo prédio, seja de adequação de espaço existente, ou pré-existente, orientada por profissionais especializados, em diálogo com a comunidade. Será privilegiada a absorção da mão de obra local para a empreitada e os materiais de construção serão cotados, dentre fornecedores da região, na procura por aquele com maior qualidade e menor preço. Esta etapa contará com a elaboração de cronograma de obra e com equipe de acompanhamento designada especificamente para esta tarefa. A Fundação Renova deverá equipar este espaço com, pelo</p>

menos, 2 microcomputadores, 2 mesas de escritório, 2 cadeiras executivas, 2 gaveteiros, 1 impressora, 1 kit de material de escritório (papel, caneta, folhas A4, etc) que garanta o funcionamento do espaço por, pelo menos, 1 ano.

O período previsto para a execução desta atividade é de até 12 meses, a partir do início de seu cronograma. O prazo pode ser estendido nos casos em que haja delonga no processo de negociação com eventuais promissários vendedores do terreno.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

O cronograma de atividades é parte fundamental da concepção do PBAQ. O entendimento de seu conteúdo é impreterível para a plena noção do momento de execução das atividades nele previstas e do tempo de duração de cada uma delas. Ao longo da tabela disposta abaixo, o leitor perceberá que alguns conjuntos de atividades são hierárquicos, ou seja, o início da atividade subsequente depende impreterivelmente do término da atividade anterior. Em outras oportunidades será possível perceber a ocorrência de atividades simultâneas, independentes. O mais importante de ser apreendido com a leitura do cronograma, disposto ao longo da tabela abaixo, são as legendas gráficas dispostas nas células. Cada uma das legendas, indica uma possibilidade de ocorrência para as atividades

que merecem atenção especial, para o amplo entendimento acerca do fluxo de execução das atividades em campo. As legendas e seus respectivos significados são as seguintes:

Preenchimento liso: Significa que a atividade será executada no exato instante de sua previsão.

Linhas Horizontais: Significa que a atividade se delonga por todo o período de execução do PBAQ.

Importa ao leitor, portanto, estar atento ao momento de início das atividades, ao tempo de duração dessas e às vinculações (legendas) a que elas se submetem para o completo entendimento do cronograma disposto a seguir.

ATIVIDADE PREVISTA	CICLO DE ATIVIDADE / Mês do Cronograma											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Eixo Transversal. Gestão Territorial e Processos Integrados												
Formação comunitária												
Acompanhamento e Suporte Técnico-Antropológico												
Construção do Plano de Monitoramento												
Monitoramento da Implementação do PBAQ												
Apoio à Gestão e Autonomia dos Atingidos												
Relacionamento Permanente com a Fundação Renova												
Participação e Controle Social												
Sede Administrativa da Comissão												

EQUIPE TÉCNICA

Ao longo dos cinco (5) projetos dispostos ao longo desse volume, viu-se a designação de profissionais especializados para a realização das atividades. Nesse momento, elucidamos que os profissionais indicados nos respectivos projetos, compõem uma **equipe chave obrigatória**, que pode ser expandida de acordo com a necessidade técnica da atividade em campo (vide balão **equipe de suporte** em amarelo). Ou seja, para todo o PBAQ, há a necessidade de pelo menos 17 profissionais, das mais variadas formações. Mas esse número pode crescer de acordo com as previsões das instituições executoras das atividades em campo. A Fundação Renova poderá executar ela mesma as atividades. Poderá ainda contratar uma ou mais Consultorias para a execução de uma ou várias atividades. Mas deverá garantir a gestão dos fluxos conforme o organograma abaixo. Há estrita importância de alocação de um Antropólogo Sênior (**balão verde**) para fazer as funções de coordenação geral do processo, sendo ele responsável pelas articulações entre a Comissão de Atingidos e a Fundação Renova. Há ainda a necessidade de contratação de três profissionais sênior para as funções de coordenação técnica dos eixos “Meio Ambiente”, “Socioeconomia” e “Saúde” que estão contidos ao longo dos cinco projetos (**balão rosa**). Cada um desses eixos, tem o seu respectivo número de profissionais impreteríveis à execução do PBAQ, conforme organograma abaixo (**balões azul**). A execução das atividades em campo, por meio do fluxo de pessoal disposto abaixo, contribui fortemente para o sucesso da empreitada.



